



## ANGOLA

Setembro de 2014

### CONSULTAS DE 2014 AO ABRIGO DO ARTIGO IV – RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO, COMUNICADO DE IMPRENSA E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FMI PARA ANGOLA

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2014 a Angola, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 29 de agosto de 2014, após as discussões encerradas em 14 de julho de 2014 com as autoridades angolanas sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 15 de agosto de 2014, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida**, elaborada por especialistas do FMI.
- **Anexo Informativo** elaborado por especialistas do FMI.
- **Comunicado de Imprensa**, que resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 29 de agosto de 2014 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas ao abrigo do Artigo IV a Angola.
- **Declaração do Administrador** do FMI para Angola.

O documento relacionado a seguir foi ou será publicado separadamente:

- **Angola — Temas Seleccionados**

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services  
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090  
Telefone: 1 202 623-7430 • Fax: 1 202 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Web: <http://www.imf.org>  
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**



# ANGOLA

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2014 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

14 de agosto de 2014

### PRINCIPAIS TEMAS

**Contexto e perspectivas:** A evolução económica recente de Angola tem sido positiva, mas o abrandamento das receitas do petróleo e a dimensão limitada das reservas petrolíferas confirmadas salientam a necessidade de conter os défices orçamentais emergentes, preservar as margens de manobra das políticas e continuar a diversificar a economia.

**Foco das consultas:** As discussões centraram-se na mitigação dos principais riscos ao quadro macroeconómico e, entre outros aspetos, nas políticas visando o retorno aos excedentes orçamentais estruturais a médio prazo, o apoio à diversificação económica e ao crescimento inclusivo, a modernização do quadro da política monetária e a estabilidade financeira.

#### Principais recomendações em matéria de políticas:

- Retornar aos excedentes orçamentais estruturais em linha com os objetivos definidos no Fundo Soberano de Angola, através da mobilização de mais receitas fiscais não petrolíferas, melhoria da eficiência do investimento público e redução dos gastos correntes, inclusive com a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis — que são regressivos e onerosos — e, em simultâneo, aliviando o impacto sobre os pobres através da assistência social bem direcionada.
- Adotar um cenário fiscal de médio prazo aperfeiçoado, centrado no saldo orçamental estrutural para limitar o impacto do sector petrolífero sobre a economia não petrolífera.
- Desenvolver um quadro coeso de gestão de ativos e passivos, que incorpore um fundo de estabilização bem formulado para proteger o orçamento das flutuações da receita petrolífera.
- Continuar a aperfeiçoar os sistemas de gestão das finanças públicas para evitar, entre outros problemas, a recorrência do problema dos atrasados de pagamentos internos no futuro.
- Continuar a melhorar o ambiente de negócios para estimular o desenvolvimento económico, a diversificação e a competitividade.
- Durante a transição a médio prazo para um regime de metas de inflação, reforçar a capacidade do Banco Nacional de Angola de recolher e analisar dados económicos de alta frequência e continuar a desdolarizar a economia.
- Avançar no fortalecimento do sistema financeiro, continuando a melhorar a transparência e prestação de contas dos bancos e a reforçar a supervisão bancária.
- Gerir as garantias públicas de forma transparente e de forma a minimizar os custos orçamentais, conforme previsto na lei de garantias públicas aprovada recentemente.

Aprovado por  
**David Robinson e**  
**Bob Traa**

As discussões decorreram em Luanda, entre os dias 1 e 14 de julho de 2014. A equipa da missão foi composta pelos Srs. Velloso (chefe), Fischer, García-Verdú, Staines (Representante Residente), Sra. Donnally (todos do AFR), Sr. Kapsoli (FAD), Sr. Pedras (MCM) e Sr. João (escritório do FMI em Luanda). O Sr. Tivane (OED) participou de todas as discussões de política económica. A missão reuniu-se com o Ministro das Finanças Armando Manuel, o Ministro da Economia Abrahão Gourgel, a Ministra do Comércio Rosa Pacavira, o Ministro da Agricultura Pedro Canga, o Ministro da Integração Social João Baptista Kussumua, o Ministro da Construção Waldemar Pires Alexandre, o Ministro do Petróleo Botelho Vasconcelos, o Governador do Banco Nacional de Angola José Massano, bem como outras autoridades do poder executivo. A missão manteve também discussões com o Presidente e membros da Comissão Económica e Financeira da Assembleia Nacional e representantes do setor financeiro, do setor privado não financeiro, da estatal do petróleo Sonangol, de organizações não governamentais e da comunidade diplomática.

## SUMÁRIO

<b>CONTEXTO</b>	<b>4</b>
<b>DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPECTIVAS E RISCOS</b>	<b>4</b>
<b>DISCUSSÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA</b>	<b>10</b>
A. Quadro Macroeconómico e Gestão de Ativos e Passivos	10
B. Poupar a Riqueza do Petróleo para as Gerações Futuras	11
C. Diversificação Económica e Crescimento Inclusivo	15
D. Modernização da Política Monetária e Fortalecimento da Estabilidade Financeira	16
E. Avaliação do Equilíbrio Externo	18
F. Questões Relativas aos Dados	20
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>20</b>
<b>CAIXAS</b>	
1. O Alastrar de Efeitos Externos sobre a Economia Angolana e o Recíproco	10
2. Eficiência do Investimento Público em Angola	14
3. Subsídios aos Combustíveis em Angola	15
4. Banco Espírito Santo Angola (BESA)	17

**FIGURAS**

1. Evolução Orçamental, 2003–15 _____	23
2. Evolução Monetária, 2007–15 _____	24
3. Evolução do Sector Externo, 2003–15 _____	25
4. Matriz de Avaliação do Risco (Junho de 2014) _____	26
5. Principais Recomendações da Consulta de 2012 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação __	27

**TABELAS**

1. Principais Indicadores Económicos, 2009–15 _____	29
2a. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15 (Mil milhões de Kwanzas) _____	30
2b. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15 (Percentagem do PIB) _____	31
2c. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15 (Percentagem do PIB não petrolífero) _____	32
3. Contas Monetárias, 2009–15 _____	33
4. Balança de Pagamentos, 2009–15 _____	34
5. Cenário Ilustrativo de Médio Prazo, 2009–19 _____	35
6. Indicadores de Estabilidade Financeira, dezembro de 2010–maio de 2014 _____	36
7. Dívida Externa e Pública, 2009–19 _____	37

**APÊNDICE**

I. Melhoria do Ambiente de Negócios _____	38
---	----

## CONTEXTO

1. **Angola foi duramente atingida pela crise mundial, mas conseguiu recobrar a estabilidade macroeconómica no âmbito do Acordo Stand-By (2009-12) e da Monitorização Pós-Programa (2012-14).** O crescimento económico, em especial do setor não petrolífero, tem sido vigoroso; a inflação foi reduzida a um dígito (um nível historicamente baixo) e as reservas externas e orçamentais foram restauradas.
2. **Pese embora a expressiva riqueza petrolífera de Angola, a desigualdade de rendimento continua elevada e a redução da pobreza tem sido lenta.** O inquérito aos agregados familiares de 2008-09, divulgado em 2011, mostra que a distribuição de rendimentos em Angola é uma das mais desiguais da África Subsariana, com um terço dos rendimentos a se concentrar nas mãos dos 10% mais ricos e um índice de pobreza de 37%, chegando a 58% nas zonas rurais.
3. **As últimas eleições gerais, realizadas em 2012, foram vencidas pelo partido do governo MPLA por larga margem.** Desde as eleições, as autoridades procuraram abordar a pobreza persistente, com ações viradas para a melhoria dos serviços básicos, especialmente o abastecimento de água e eletricidade, a diversificação da economia e a busca de um crescimento mais inclusivo, através da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período 2013-17. O PND prioriza a expansão significativa das despesas de capital para colmatar o grande défice de infraestruturas do país e melhorar a diversificação económica e a competitividade do sector não petrolífero.

## DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPECTIVAS E RISCOS

### Desenvolvimentos económicos recentes

4. **Projeta-se que o crescimento económico recue de 5,9% em 2013 para 3,9% em 2014, sobretudo por causa do declínio temporário na produção de petróleo e da desaceleração do crescimento do sector agrícola (em relação ao crescimento extraordinariamente forte verificado no ano passado após uma prolongada seca).** O crescimento da economia não petrolífera continua a ser robusto (7,3%), mormente impulsionado pelo setor agrícola e, em menor medida, indústria e serviços. A produção de petróleo recuou 10% entre janeiro e maio de 2014, devido a obras não programadas de manutenção e reparos nalguns campos petrolíferos, e a expectativa é que sofra um declínio de 3,5% no ano inteiro à medida que a produção se recupera no segundo semestre.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Os cálculos se baseiam na série do PIB fornecida pelo Ministério do Planeamento e, por isso, não refletem ainda a série revista conforme calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

**5. A meta de inflação de 7– 9% fixada pelo Banco Nacional de Angola (BNA) para o ano de 2014 pode ser cumprida com boa margem.**

O aumento da produção agrícola e o declínio dos preços internacionais dos alimentos, aliados a uma taxa de câmbio estável, ajudaram a manter a inflação em declínio constante, tendo-se alcançado o nível historicamente baixo de 6,9% (base homóloga) em junho de 2014. Projeta-se um pequeno aumento da inflação de fim de período, para 7,5%, o que reflete o impacto sobre os preços da entrada em vigor, em 1 de março de 2014, da nova pauta de direitos de importação (mais protecionista) sobre determinados produtos do sector agrícola e da indústria ligeira, embora ainda não haja sinais inequívocos de tal impacto.

**6. O saldo orçamental global, que nos últimos quatro anos era superavitário, deve se deteriorar consideravelmente em 2014, passando a um défice próximo dos 4% do PIB.**

Espera-se que uma recuperação da produção de petróleo no segundo semestre do ano contenha o declínio das receitas petrolíferas em cerca de 2,75% do PIB. A despesa pública deve crescer 1% do PIB em 2014, principalmente em função da folha salarial mais elevada (o que reflete tanto os aumentos salariais como as novas contratações), mas também do aumento dos gastos com bens e serviços. O investimento público deverá manter-se basicamente constante em relação ao PIB, e a aprovação atempada do orçamento de 2014 permitirá a execução mais uniforme do Programa de Investimento Público (PIP) ao longo do ano.

**7. O controlo sobre as despesas ainda está a evoluir, mas já foram registadas diversas melhorias.**

Como resultado do exercício em curso de reconciliação, a estimativa dos atrasados de despesas de 2012 foi revista em alta, de USD 1,5 mil milhões para USD 2,3 mil milhões, e as autoridades relataram que os atrasados acumulados em 2013 são agora estimados em cerca de USD 0,7 mil milhões. Duas medidas essenciais, formuladas com a assistência técnica do FMI, foram implementadas com a aprovação do orçamento de 2014: uma definição clara dos atrasados, coerente com as boas práticas internacionais,<sup>2</sup> e um novo procedimento de controlo exigindo a confirmação do Ministério das Finanças para todos os contratos de valor superior USD 1,5 milhões. A aprovação dos projetos exige, entre outras coisas, a apresentação de uma nota de compromisso do adjudicatário (assegurando que o projeto será custeado dentro do orçamento) e um cronograma trimestral de pagamentos pelo prazo do contrato, coerente com o orçamento anual. O novo procedimento de controlo já foi adotado pelo Ministério da Construção e o Ministério da Energia e Águas, e deve ser gradualmente estendido a todos os órgãos do governo até ao final de 2015.

**8. A orientação da política monetária tem sido coerente com o objetivo de redução progressiva da inflação, proporcionando, em simultâneo, o espaço para o alargamento do crédito ao setor privado.**

No primeiro semestre de 2014, o crédito ao setor privado cresceu cerca de 15% em relação ao igual período de 2013, com um aumento da participação do crédito em moeda nacional. A fim de estimular a intermediação financeira, as reservas obrigatórias sobre os depósitos em moeda nacional foram reduzidas de 15% para 12,5% em fevereiro de 2014, após terem sido reduzidas de 20% para 15% em junho de 2013. Acompanhando o declínio da inflação,

---

<sup>2</sup> Define-se como atrasados as despesas que tenham sido incursas porém não pagas no prazo de 90 dias.

a taxa interbancária de curto prazo (Luibor *overnight*) caiu de cerca de 6% no final de 2013 para menos de 3% em julho de 2014, e o Comité de Política Monetária do BNA (CPM) cortou a sua taxa de juro diretora de 9,25% para 8,75% em 28 de julho de 2014 (o segundo corte de 50 pontos base em oito meses).

**9. Os indicadores de solidez financeira revelam um sistema financeiro estável, mas um dos maiores bancos comerciais de Angola recebeu uma garantia soberana significativa no final de 2013.** O crédito vencido como parcela do total do crédito aumentou de 6,1% para 9,8% no último trimestre de 2013, mas esse aumento foi revertido no primeiro semestre de 2014, em parte como reflexo da melhor execução do PIP. O BNA está em vias de emitir novos regulamentos acerca da definição e classificação dos créditos vencidos para assegurar a uniformidade na classificação de tais créditos. O Banco Espírito Santo Angola (BESA) — que representa cerca de 17% do total de ativos do sistema bancário e cerca de 9% do seu total de depósitos — recebeu uma garantia soberana de USD 5,7 mil milhões (4,25% do PIB) no final de 2013, cobrindo o equivalente a 70% da sua carteira de empréstimos. A exposição dos outros bancos comerciais privados ao BESA através do mercado interbancário é limitada.

**10. A despeito de um menor excedente comercial externo no primeiro semestre de 2014, a taxa de câmbio nominal permaneceu estável.**<sup>3</sup> Nos cinco primeiros meses de 2014, as exportações declinaram 5% em relação ao igual período de 2013, sobretudo em razão do recuo nas exportações de petróleo. O crescimento das importações abrandou em março e abril de 2014, um período que coincidiu com uma disponibilidade mais reduzida de divisas no mercado, mas acelerou em maio, de modo que ao final dos cinco primeiros meses de 2014 as importações cresceram quase 19%. As vendas de divisas pelo BNA declinaram em março e abril de 2014 face ao mesmo período em 2013. As companhias petrolíferas e os seus fornecedores, que hoje têm de realizar todos os seus pagamentos aos residentes no país em kwanzas, compensaram apenas parcialmente a redução das vendas pelo BNA. Criou-se um atraso no atendimento aos pedidos de compra de moeda estrangeira dos bancos comerciais em nome dos seus clientes, levando ao aumento do diferencial entre as taxas de câmbio dos mercados paralelo e secundário. O BNA intensificou substancialmente as vendas de divisas em maio e em junho de 2014, e grande parte do atraso foi eliminado, ainda que o diferencial (que hoje ascende a cerca de 15%) ainda não retornou plenamente aos níveis registados em 2013.<sup>4</sup>

**11. As reservas internacionais do BNA permanecem estáveis, após a transferência de USD 5 mil milhões para o Fundo Soberano de Angola (FSDEA).** Após atingir o nível histórico máximo de USD 36,1 mil milhões em setembro de 2013, as reservas internacionais brutas declinaram para USD 31,4 mil milhões (7¾ meses de importações) no final de junho de 2014, em

<sup>3</sup> Angola continua a se valer do regime transitório previsto na Secção 2 do Artigo XIV e a manter duas medidas cambiais, duas restrições cambiais e duas práticas de taxas de câmbio múltiplas.

<sup>4</sup> É possível que o diferencial não tenha retornado aos níveis do final de 2013 devido à melhor fiscalização do BNA às exigências de verificação de determinadas operações de transferência de numerário, de forma que as transações ilícitas passaram a ser realizadas no mercado paralelo.

grande medida devido à transferência de USD 5 mil milhões do Fundo Petrolífero para Infraestruturas para o FSDEA, dos quais USD 3,5 mil milhões foram transferidos no quarto trimestre de 2013. A transferência dos restantes USD 1,5 mil milhões, originalmente programada para o primeiro trimestre de 2014, foi adiada para o segundo trimestre em razão do recuo nas receitas petrolíferas.

**12. Em 4 de julho de 2014, a Assembleia Nacional aprovou a tão esperada reforma fiscal do setor não petrolífero.** O pacote legislativo abrange três códigos de suma importância, nomeadamente: o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário e o Código de Execuções Fiscais. A taxa do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas foi reduzida de 35% para 30%, enquanto o rendimento mínimo mensal isento do imposto sobre os rendimentos das pessoas singulares foi elevado de 25.000 para 34.450 kwanzas. Em simultâneo, foram alargadas as bases de tributação através da eliminação das brechas. Foi também aprovada uma anistia fiscal parcial para algumas dívidas fiscais anteriores a dezembro de 2012,<sup>5</sup> embora tanto os parlamentares quanto as autoridades do Ministério das Finanças tenham explicado que, para resguardar o cumprimento das obrigações fiscais no futuro, não há previsão de novas anistias fiscais.

**13. As autoridades estão a tomar medidas para melhorar o ambiente de negócios e promover a diversificação económica** (Apêndice I). A chamada política da “Angolanização” tem como objetivo, entre outros, acelerar a formação de capital humano ao dar preferência aos trabalhadores angolanos em lugar dos expatriados. A Lei de Investimento do Setor Privado, aprovada em 2012, busca atrair os investidores estrangeiros através de incentivos fiscais aos investimentos acima de USD 1 milhão. O programa Angola Investe, também introduzido em 2012, busca facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento, ao oferecer garantias parciais de crédito e linhas de crédito bonificado.<sup>6</sup> Foram simplificados os procedimentos administrativos em diversas áreas, tais como abertura de empresas e processamento das importações.

### **Perspetivas e riscos**

**14. As perspetivas de crescimento económico a médio prazo continuam favoráveis.** A expectativa é de recuperação do sector petrolífero, com crescimento médio de 2,25% nos próximos cinco anos, à medida que o declínio na produção de alguns campos petrolíferos é mais do que compensada pela entrada em operação de sete novos campos, inclusive a primeira etapa de um campo petrolífero no pré-sal prevista para 2017. Os grandes investimentos no setor não petrolífero devem conduzir à tão necessária diversificação económica e geração de empregos, especialmente na agricultura, mas também no setor energético, na indústria transformadora e nos serviços. As

<sup>5</sup> A anistia fiscal abrange principalmente dívidas do imposto sobre os rendimentos e não inclui dívidas dos impostos de consumo e contribuições sociais.

<sup>6</sup> O orçamento destina USD 1,5 mil milhões (cerca de 1% do PIB) ao financiamento de bonificações de juros ou garantias para até 70% dos empréstimos concedidos através dos bancos em determinados setores.



perspetivas de crescimento a mais longo prazo serão fortemente influenciadas pelos resultados da prospeção em curso no pré-sal.

**15. Contudo, as perspetivas orçamentais a médio prazo são complexas.** As receitas do petróleo (como parcela do PIB) devem declinar, ao mesmo tempo em que a procura de gastos mais elevados em infraestruturas e alívio da pobreza está em alta. As projeções do corpo técnico mostram défices orçamentais persistentes e relativamente elevados a médio prazo, conduzindo a necessidades brutas de financiamento cada vez maiores e à elevação dos rácios dívida pública/PIB. A dívida pública deverá manter-se sustentável e o risco de sobreendividamento é baixo,<sup>7</sup> mas será importante reverter a tendência projetada de crescimento da dívida pública, através do retorno aos excedentes orçamentais e da constituição de ativos financeiros no FSDEA sem recurso à acumulação de dívida, de modo a poupar parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras. Os esforços para melhorar a posição das contas públicas poderia ser iniciado já em 2014, com a moderação do crescimento da massa salarial e das despesas com bens e serviços no segundo semestre para obter economias de cerca de 1% do PIB no conjunto do ano.

**16. Se a produção de petróleo não se recuperar no segundo semestre de 2014 conforme esperado, será importante incorporar a flexibilidade cambial ao conjunto de políticas a curto prazo.** Na opinião do corpo técnico, incorporar alguma flexibilidade cambial protegeria as reservas internacionais no BNA e seria compatível com a consecução do objetivo de inflação para o final de 2014, uma vez que a inflação situa-se hoje no limite inferior do intervalo definido pelo BNA, enquanto as condições externas, caracterizadas pelo declínio dos preços internacionais dos alimentos, devem ajudar a conter as pressões inflacionistas.

**17. Os principais riscos a curto prazo são de declínio prolongado na produção de petróleo e reversão dos ganhos recentes nos atrasados de despesas; a médio e longo prazo, os riscos negativos abrangem as derrapagens na implementação das reformas estruturais, um declínio sustentado dos preços do petróleo e a materialização das garantias soberanas, em contraste aos riscos positivos de novas descobertas de petróleo.** Os principais canais de transmissão dos riscos negativos são através de receitas orçamentais mais baixas, despesas orçamentais mais elevadas e recursos orçamentais reduzidos, o que poderia desencadear um ajustamento desordenado das contas públicas. Caso a produção de petróleo fique temporariamente abaixo das projeções, o corpo técnico recomendaria uma moderação no ritmo de implementação do programa de investimento público (também aconselhável por razões de qualidade), o uso de parte dos depósitos do Tesouro para financiar o orçamento, e flexibilidade cambial. Para mitigar os riscos a médio e longo prazo, as autoridades devem continuar a implementar as reformas da gestão das

---

<sup>7</sup> A dívida pública de Angola é sustentável no cenário de base, e os principais riscos decorrem de choques do PIB real e das taxas de juro. O corpo técnico estima que o rácio dívida pública/PIB aumente para 45% em 2019 ante 33,5% do PIB em 2013. Embora os níveis projetados permaneçam abaixo dos limiares de sustentabilidade, os riscos estão a aumentar, como mostram os testes de esforço — uma redução no crescimento real teria um impacto adverso significativo sobre a trajetória da dívida e, em vista das necessidades crescentes de financiamento e dos custos mais elevados dos novos financiamentos, a trajetória da dívida é também sensível ao aumento das taxas de juro. Para mais pormenores, consulte a Análise de Sustentabilidade da Dívida.

finanças públicas conforme o previsto, preservar as margens de manobra da política económica como proteção contra a diminuição das receitas do petróleo e agilizar os esforços para diversificar a economia. A fim de conter os riscos orçamentais possivelmente elevados das garantias governamentais, o corpo técnico recomenda a gestão transparente de quaisquer garantias futuras, em linha com a legislação aprovada recentemente. Existe o risco positivo de novas descobertas de petróleo, uma vez que a costa oeste de Angola é geologicamente semelhante à costa leste do Brasil, e está contêm formações pré-sal que, segundo estimativas, abrigam grandes quantidades de recursos em hidrocarbonetos.

### **Opinião das autoridades**

**18. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre as perspetivas e riscos.** Contudo, preveem que o crescimento económico não petrolífero será um pouco mais robusto, sobretudo na agricultura. As autoridades acreditam também que a flexibilidade cambial seria prematura devido ao elevado nível de dolarização da economia e às suas repercussões em termos de inflação. As autoridades reconhecem o risco de declínio do cumprimento das obrigações fiscais como resultado da anistia fiscal concedida recentemente, mas salientaram que tal medida era limitada e necessária para preparar o terreno para a implementação da reforma dos impostos não petrolíferos pela autoridade tributária. Destacaram que não serão concedidas novas anistias fiscais no futuro. No que respeita às garantias governamentais, observaram que a exposição a tais garantias será objeto de gestão ativa para minimizar os custos orçamentais.

**19. As autoridades concordaram com a análise de sustentabilidade da dívida do corpo técnico.** Consideram o aumento da dívida pública necessário para os seus esforços de reduzir o défice de infraestruturas. Permanecem confiantes em que o retorno social do investimento é mais elevado do que o seu custo financeiro e, assim sendo, acreditam que tais investimentos não terão um impacto negativo sobre a sustentabilidade da dívida. As autoridades assinalaram também que o recebimento dos principais fluxos orçamentais (receitas do petróleo) em moeda estrangeira protege o orçamento do risco cambial. Referiram ainda que a quase totalidade da dívida das empresas públicas não é garantida pelo governo (com a exceção da dívida da companhia aérea nacional TAAG) e, por conseguinte, consideram que a dívida bruta do governo central situa-se num patamar confortável, bem abaixo do seu limite legal (60% do PIB).

### Caixa 1. O Alastrar de Efeitos Externos sobre a Economia Angolana e o Recíproco

**A forte dependência da economia angolana em relação ao petróleo constitui o maior elo do país com o resto do mundo.** O colapso dos preços internacionais do petróleo durante a crise financeira mundial de 2008-09 ilustrou a importância desse elo: o crescimento desacelerou de 13,8% em 2008 para 2,4% em 2009; com a forte quebra das receitas orçamentais, e a despeito do corte profundo dos gastos públicos, o saldo orçamental global sofreu uma deterioração acentuada, de um excedente de 8,9% do PIB em 2008 para um défice de 7,4% em 2009; as reservas internacionais caíram um quarto; e a taxa de câmbio depreciou 18%, o que conduziu à alta da inflação.

**Com reflexo da evolução dos mercados mundiais de energia, os principais mercados das exportações de petróleo de Angola passaram a ser a China e a Índia, em lugar dos Estados Unidos.** Hoje, a China é o destino de cerca de metade das exportações de petróleo de Angola, com a Índia a receber 10% e os Estados Unidos apenas 7%.

**Os principais credores bilaterais de Angola são a China, a Grã-Bretanha e o Brasil.** A China detém quase 41% do total da dívida pública de Angola, seguida da Grã-Bretanha com 27% e do Brasil com 8%.

**Angola mantém importantes laços económicos com Portugal, mas a sua exposição parece ser limitada ao setor bancário.** Seis dos 24 bancos em atividade em Angola — representando cerca da metade do volume de ativos do sistema bancário angolano — são detidos maioritariamente por bancos portugueses. Portugal é a principal fonte das importações de Angola (15% do total), seguido por Singapura e China (13% e 11%, respetivamente). Angola, por seu turno, é o principal mercado de exportação de Portugal fora da União Europeia (7% do total das exportações, ou 2% do PIB português). As remessas de Portugal para Angola são mínimas (cerca de 0,2% do PIB). O IDE de Portugal em Angola é significativo no setor bancário e também nos meios de comunicação e telecomunicações, mas tem permanecido basicamente constante nos últimos anos (em cerca de 8% do total).

**As repercussões externas da economia de Angola são limitadas.** O comércio na região subsariana ainda é mínimo, embora as ligações financeiras — através do sistema bancário e dos empréstimos bilaterais a entidades soberanas — estejam a crescer.

## DISCUSSÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA

### A. Quadro Macroeconómico e Gestão de Ativos e Passivos

**20. O quadro de gestão de ativos e passivos de Angola precisa de ser reformulado para melhor alinhar os objetivos de poupança e estabilização com os resultados fiscais.** O FSDEA foi instituído com uma dotação inicial de USD 5 mil milhões, e estão previstas transferências anuais adicionais equivalentes a 50 mil barris por dia, quaisquer que sejam os resultados fiscais. Para além disso, a receita do petróleo resultante da diferença entre os preços do petróleo efetivos e orçamentados é depositada numa conta de reserva do Tesouro gerida pelo BNA, independentemente do desempenho da receita fiscal não petrolífera. Segundo as atuais políticas, estima-se que o governo registre défices orçamentais no futuro previsível, vindo a incorrer obrigações da dívida enquanto acumula ativos no BNA e no FSDEA. Limitar as transferências adicionais para o FSDEA e o BNA para as situações em que sejam registados excedentes orçamentais globais evitaria a incidência de dívida pública maior do que o necessário.

**21. Deve-se criar um fundo de estabilização fiscal com regras claras sobre depósitos e levantamentos para suavizar a volatilidade da receita do petróleo, em apoio ao objetivo de excedente orçamental estrutural a médio prazo.** Embora as receitas excedentes sejam hoje

depositadas em contas administradas pelo BNA, não há regras claras sobre em quais circunstâncias específicas os recursos dessas contas podem ser usados pelo governo para cobrir os défices orçamentais maiores do que o esperado. Outras economias ricas em recursos naturais instituíram fundos de estabilização fiscal com regras bem definidas sobre as transferências do e para o orçamento de acordo com o ciclo económico e o ciclo dos preços das matérias-primas. Tal quadro contribuiu para que diversos países exportadores de matérias-primas conseguissem reagir à crise financeira internacional de 2008-09, com uma exposição limitada das contas públicas e um impacto negativo moderado sobre o crescimento.

**22. O FSDEA já instituiu a maioria das melhores práticas internacionalmente na área de fundos soberanos, mas os elementos de transparência e governação ainda poderiam ser fortalecidos.** Destaca-se a emissão de relatórios frequentes (trimestrais) e atempados sobre as atividades e o desempenho do FSDEA, a publicação atempada dos relatórios de auditoria e regras claras para a seleção de administradores e gestores externos de ativos.

**23. A formulação de uma estratégia de endividamento a médio prazo será fundamental para o desenvolvimento dos mercados financeiros domésticos.** Os progressos na gestão da dívida são encorajadores, mas o Ministério das Finanças deveria continuar a ajustar as suas práticas de gestão da dívida, inclusive através da emissão de títulos de referência e do aumento da previsibilidade dos leilões. Tal serviria para aumentar a capacidade de financiamento interno, possibilitando um aumento gradual da participação dos instrumentos emitidos em moeda nacional, em linha com os objetivos de desdolarização e desenvolvimento do mercado de capitais local.

#### Opinião das autoridades

**24. As autoridades reconheceram a importância de transferir os recursos para o FSDEA apenas em períodos de excedentes orçamentais e referiram que os atuais regulamentos permitem tal flexibilidade.** Concordaram também com a necessidade de aumentar a transparência na gestão do FSDEA, salientando porém que já foram feitos progressos significativos para o efeito. As autoridades relataram que será iniciado em breve o trabalho de formulação de uma estratégia da dívida a médio prazo, com a assistência técnica do Banco Mundial.

## B. Poupar a Riqueza do Petróleo para as Gerações Futuras

**25. Uma consolidação orçamental gradual, começando já em 2014, de modo a registar excedentes estruturais anuais de cerca de 1,5% do PIB a médio prazo, seria coerente com o mandato de poupança intergeracional do FSDEA e com a busca do equilíbrio entre a necessidade de continuar a modernizar as infraestruturas do país e de reduzir a pobreza.** Entre as opções possíveis figuram:

- **Maior priorização dos investimentos públicos para garantir elevados retornos sociais e económicos,** apoiada pelo desenvolvimento e implementação de um sistema moderno de seleção e gestão do investimento público. O corpo técnico avaliou a qualidade do investimento público em Angola utilizando diferentes critérios, e constatou que ela é baixa de

modo geral (Caixa 2). Para além disso, a baixa qualidade do investimento tende a gerar custos de manutenção e reparos mais elevados ao longo do tempo.

- **Redução dos subsídios aos combustíveis.** Os subsídios aos combustíveis, que tendem a beneficiar desproporcionalmente as camadas mais abastadas, devem ser revistos e progressivamente reduzidos (Caixa 3) — instituir um mecanismo de transferência social condicional bem direcionado para proteger os menos favorecidos, com um subsídio equivalente a 50% da linha de pobreza, implicaria um custo anual de cerca de 0,5% do PIB, ou um oitavo do atual nível de gastos com os subsídios aos combustíveis.<sup>8</sup> Como mostra a experiência internacional, uma campanha pública e consultas abertas com os principais interessados (para expor os motivos que fundamentam a eliminação dos subsídios aos combustíveis) pode ajudar a garantir a fluidez do processo.
- **Melhoria das práticas orçamentais.** Duas áreas para melhorias são: uma maior racionalização das operações parafiscais, e o aprimoramento das políticas de emprego e remuneração do setor público. As despesas orçamentais com os subsídios aos combustíveis são atualmente calculadas com base no preço orçado do petróleo, que em geral é inferior ao preço de mercado, o que gera operações parafiscais. Essas operações poderiam ser eliminadas utilizando-se a reserva do orçamento para cobrir os custos maiores do que o esperado com os subsídios aos combustíveis. O orçamento prevê a indexação dos salários públicos à inflação e novas contratações. Embora comum nalguns países, a política de indexação não é a melhor prática, pois introduz inércia inflacionista e rigidez desnecessária na gestão do orçamento. Alinhar os aumentos salariais aos ganhos de produtividade e indicadores de desempenho evitaria tal rigidez e proporcionaria incentivos ao bom desempenho.
- **Maior desenvolvimento da tributação não petrolífera.** O corpo técnico enalteceu a aprovação recente dos principais diplomas que compõem a reforma da tributação não petrolífera. A aprovação desses diplomas deve ser seguida por melhorias nas administrações fiscal e aduaneira para realizar plenamente o potencial de aumento da receita não petrolífera. No devido tempo, poderia também ser introduzido um imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Se implementado corretamente, tal imposto proporcionaria receitas mais estáveis para o orçamento, reduzindo assim a dependência da receita do petróleo e protegendo mais o orçamento da volatilidade dessas receitas.

### Opinião das autoridades

**26. As autoridades concordaram com as recomendações do corpo técnico sobre as melhorias na tributação não petrolífera, reforma da gestão financeira pública e redução dos subsídios aos combustíveis.** Salientaram o seu compromisso com a racionalização das operações

<sup>8</sup> As transferências sociais condicionais em geral exigem uma rede bem desenvolvida de serviços sociais, capaz de atestar o cumprimento das condições exigidas para receber o benefício. Por este motivo, a maioria dos países introduziu inicialmente esse tipo de programa em pequena escala, como programa-piloto.

parafiscais, que foram reduzidas de USD 9,3 mil milhões em 2011 para USD 3,5 mil milhões em 2013, e referiram que a autorização da Sonangol para a realização de gastos fora do orçamento no âmbito do programa de habitação já havia sido revogada. As autoridades destacaram também o seu compromisso com o fortalecimento da tributação não petrolífera, para o qual contavam com a assistência técnica do FMI na área de administração tributária. Concordaram com a necessidade de aumentar a eficiência do investimento público, mas argumentaram que as necessidades urgentes de reconstrução após o fim da guerra civil explicariam em parte a pontuação muito baixa de Angola no quesito da eficiência. De todo modo, as autoridades expressaram interesse em implementar um sistema aperfeiçoado de gestão do investimento público, para o qual necessitariam de assistência técnica. Concordaram igualmente com a necessidade de reduzir gradativamente os subsídios aos combustíveis, mas observaram que tal reforma precisaria de ser muito bem formulada e comunicada ao público. As autoridades questionaram se a introdução de um mecanismo de transferência social condicional seria uma opção válida para Angola nas atuais circunstâncias (ver a seguir).

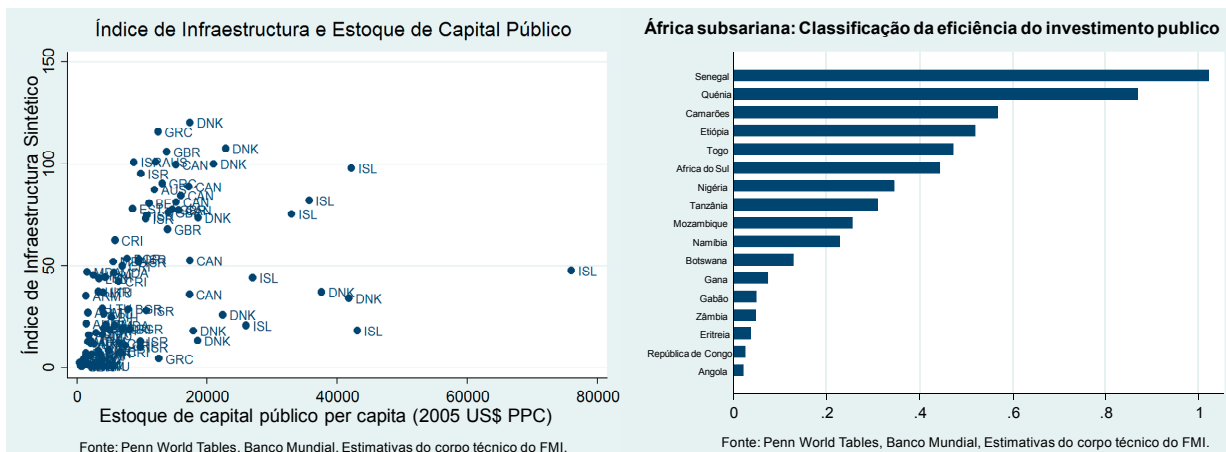
### Caixa 2. Eficiência do Investimento Público em Angola

O quadro que mede a eficiência das unidades de produção tem sido amplamente utilizado para avaliar a eficiência dos gastos públicos (ver Herrera e Pang, 2005). Tal quadro assenta na abordagem da função de produção, em que os fatores de produção são combinados para produzir resultados dada uma certa tecnologia. Uma forma comum de operacionalizar tal quadro é utilizando métodos não-paramétricos, tais como a análise por envoltória de dados, que estima as fronteiras de eficiência com referência às unidades de produção mais eficientes. Uma vez estimada a fronteira, pode-se calcular uma pontuação de eficiência para cada unidade, ao medir a distância desta em relação à fronteira.

Esse método tem, porém, diversas limitações, inclusive a sua sensibilidade a valores extremos (quando há valores extremos, a ineficiência pode ser sobrestimada). Para superar essa limitação, pode-se utilizar métodos de fronteiras parciais, que utilizam uma amostra aleatória com substituições do conjunto de dados para calcular as pontuações de pseudo-eficiência. Tal procedimento é repetido diversas vezes, e a pontuação final utiliza a média de todas as pontuações parciais de pseudo-eficiência (ver Felder e Tauchmann, 2013).

Essa metodologia foi empregada para avaliar a eficiência do investimento público em Angola e noutros 103 países entre 2000 e 2010, considerando como fator de entrada o stock de capital público real per capita e como fator de saída um índice composto das infraestruturas. O índice composto procura capturar a multidimensionalidade das infraestruturas utilizando indicadores de três setores: telecomunicações, energia e transporte rodoviário. Os indicadores de cada setor são então padronizados, expressos em termos *per capita*, e combinados através de um procedimento de componentes principais.

Segundo os cálculos, a eficiência do investimento público angolano ocupa o último lugar entre os 104 países da amostra. A curto prazo, esses resultados aconselham uma abordagem prudente por parte das autoridades em relação ao aumento do investimento público, sobretudo em vista da ambiciosa agenda de despesas prevista no PND. Aconselham também melhorias na coordenação institucional para aumentar a integração dos orçamentos de investimento e de despesas correntes. A médio prazo, as autoridades deveriam desenvolver e implementar um sistema de gestão do investimento público.

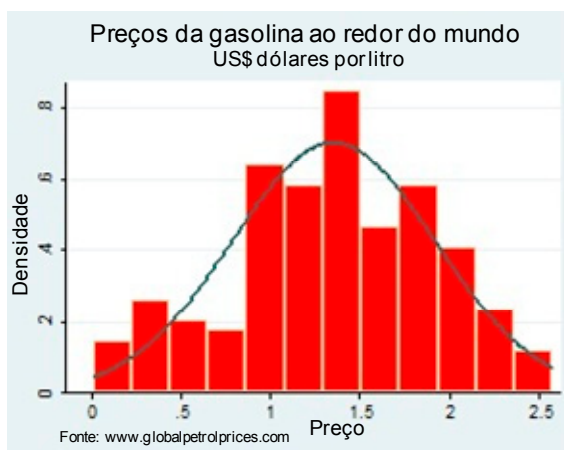


### Caixa 3. Subsídios aos Combustíveis em Angola

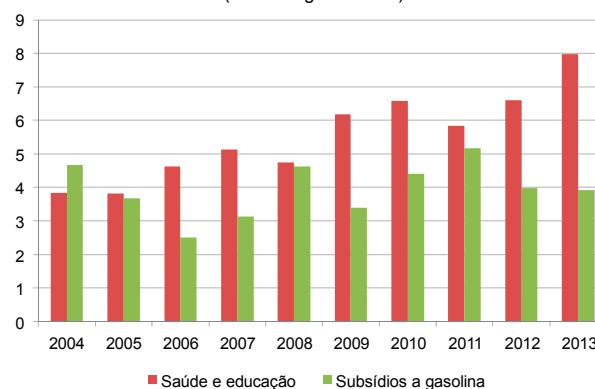
Angola é um dos países que concedem os maiores subsídios aos combustíveis em todo o mundo. O preço da gasolina (na bomba) em Angola, de USD 0,62 por litro (USD 2,35 por galão), situa-se no decil inferior da distribuição dos preços mundiais do produto.

O custo orçamental dos subsídios aos combustíveis em Angola tem estado a subir nos últimos anos devido à elevação dos preços internacionais dos combustíveis. A despesa com os subsídios aos combustíveis equivale hoje a 4% do PIB, o que representa a metade dos gastos com educação e saúde, um terço dos gastos com investimentos públicos, ou 16 vezes a soma de todos os gastos do país com programas de redes de proteção social.

A racionalização dos subsídios aos combustíveis não apenas geraria recursos para a ampliação da rede de segurança social, mas poderia também fortalecer a posição fiscal a médio prazo. Assim como se verifica noutros países, parte dos recursos poderia ser utilizada para financiar um programa de transferência social condicional para reduzir a pobreza e gerar oportunidade para os menos favorecidos. No caso de Angola, um programa de transferência social para os pobres equivalente a 50% da linha de pobreza (ou seja, USD 40,5 por mês para uma família de 5 pessoas) custaria apenas 0,5% do PIB, ou um oitavo do custo atual dos subsídios aos combustíveis.



Angola: Despesas em saúde e educação e subsídios a gasolina  
(Porcentagem do PIB)



## C. Diversificação Económica e Crescimento Inclusivo

**27. A despeito da expressiva riqueza em recursos naturais de Angola, e das suas altas taxas de crescimento ao longo da última década, a pobreza ainda é elevada e tem declinado a um ritmo mais lento do que em países comparáveis.** Não obstante o seu contributo substancial para o produto, o setor petrolífero emprega uma parcela relativamente pequena da população em idade ativa, e a elasticidade-rendimento da redução da pobreza é baixa. Uma economia mais diversificada, impulsionada, por exemplo, pela agricultura ou pelos serviços, poderia ter um impacto maior sobre a redução da pobreza, especialmente se amparada por programas mais robustos de redes de proteção social.

**28. Alcançar a diversificação económica é, porém, um desafio.** As exportações, receitas orçamentais e, em menor medida, o produto de Angola, continuam a ser dominados pelo setor petrolífero. Aos atuais preços elevados do petróleo no mercado internacional, o custo médio de produção de Angola implica que a cada barril de petróleo corresponde uma renda superior aos



USD 60. Embora grande parte dessa renda seja capturada pelo governo através de impostos e *royalties*, o setor petrolífero ainda é muito lucrativo, o que lhe permite atrair os trabalhadores angolanos mais qualificados.<sup>9</sup> Por conseguinte, é preciso continuar a melhorar o ambiente de negócios e desenvolver o setor privado não petrolífero, nomeadamente através da reforma do quadro institucional e jurídico e do fomento à diversificação económica, alargando o acesso dos empreendedores ao crédito e proporcionando formação aos trabalhadores do setor não petrolífero, entre outras medidas. A proteção na forma de direitos de importação, porém, deveria desempenhar um papel limitado e temporário no desenvolvimento da produção não petrolífera, em vista dos riscos de cristalizar interesses instalados e perpetuar ineficiências e preços elevados para os consumidores.

### Opinião das autoridades

**29. As autoridades estão confiantes em que as medidas que estão a ser tomadas para modernizar a infraestrutura do país e melhorar o ambiente de negócios conduzirão à diversificação da economia angolana, tornando o crescimento mais inclusivo.** Embora concordassem que a eliminação gradativa dos subsídios aos combustíveis e o uso de parte dos proveitos no fortalecimento da rede de proteção social do país seria uma opção apropriada para tornar o crescimento mais inclusivo, revelaram dúvidas acerca da utilidade dos mecanismos de transferência social condicional em Angola nas atuais circunstâncias. Observaram que o governo ainda precisa de investir pesadamente nas infraestruturas para eliminar os estrangulamentos e apoiar a diversificação económica, e expressaram a sua preferência pela exploração de opções de redes de proteção social que não desestimulem os trabalhadores a ingressar no mercado de trabalho. As autoridades concordaram com a necessidade de rever periodicamente a estrutura dos direitos de importação para impedir a cristalização de interesses instalados.

## D. Modernização da Política Monetária e Fortalecimento da Estabilidade Financeira

**30. A transição progressiva para um quadro de metas de inflação exige avanços em três frentes.** Primeiro, é preciso que o processo de desdolarização da economia siga o seu curso. Isso ajudará a eliminar o desfasamento de moedas nos balanços dos bancos e, com o tempo, permitirá uma maior flexibilidade cambial, o que por sua vez reforçará a desdolarização. Segundo, a taxa de juro dos títulos públicos deve ser determinada pelo mercado através da apresentação de ofertas em leilões primários. A desdolarização contínua e a definição de taxas de juro de mercado contribuirão para o maior desenvolvimento do setor financeiro e o aumento da oferta de ativos expressos em kwanzas e, assim, para o fortalecimento do canal de transmissão da taxa de juro da política monetária. Terceiro, o BNA e o Instituto Nacional de Estatística (INE) terão de continuar a

<sup>9</sup> A escassez de mão-de-obra qualificada é um dos principais entraves à diversificação económica de Angola. A prolongada guerra civil do país provocou graves constrangimentos no domínio do capital humano. A camada da população de onde normalmente provêm os gestores de nível médio e superior, por exemplo, apresenta um dos menores índices de formação universitária de toda África Subsariana.

desenvolver indicadores económicos de alta frequência para munir as autoridades de dados melhores e mais atempados para a tomada de decisões.

**31. O sistema financeiro de Angola tem grande potencial para aumentar a sua contribuição à intermediação financeira e, assim, ao crescimento económico, mas é preciso reforçar a supervisão.** O aumento no número de bancos levou a uma concorrência acrescida, com uma descida das margens das taxas de juro. O BNA deve se manter vigilante à tomada excessiva de riscos pelos bancos, limitar a extensão em que os bancos possam compensar a perda de receitas com aumentos indevidos nas tarifas e comissões, e evitar a complacência regulamentar — inclusive através da aplicação uniforme dos novos regulamentos que impõem mais rigor à classificação dos créditos vencidos. Nesse contexto, e de modo a conter os possíveis riscos orçamentais da garantia pública ao BESA, as autoridades devem monitorizar atentamente o cumprimento das medidas acordadas com a administração do BESA, inclusive no que respeita às práticas de concessão de empréstimos e classificação dos créditos vencidos, fiscalização rigorosa do plano acordado de provisões mensais e redução da alta dependência do banco em relação ao financiamento de curto prazo, buscando, no momento oportuno, aumentar o capital do BESA. Os setores de seguros e fundos de pensões, bem como o mercado de capitais interno, têm também o potencial de aumentar o seu contributo, ao disponibilizar opções de poupança e financiamento a mais longo prazo. Para garantir a estabilidade financeira, é importante que o BNA, a Comissão do Mercados de Capitais (CMC) e a Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) disponham dos recursos humanos e financeiros adequados para o bom exercício das suas funções de regulamentação e supervisão.

#### Caixa 4. Banco Espírito Santo Angola (BESA)

**O Banco Espírito Santo Angola (BESA) é um banco comercial — constituído segundo as leis angolanas — de propriedade conjunta do BES Portugal (55%) e investidores angolanos (45%).** No final de 2012, o BESA era o segundo maior banco de Angola por valor dos ativos, respondendo por 17% do total de ativos do sistema bancário, porém apenas 8,75% do total de depósitos. Como resultado dessa estrutura do balanço, o banco era mais dependente do mercado de financiamento por grosso do que outros bancos angolanos.

**O BESA passou a ser alvo de pressões à medida que cresciam as dificuldades do seu acionista maioritário, o Banco Espírito Santo (BES) Portugal.** O BNA reconheceu, em 17 de julho de 2014, que o BESA estava a enfrentar dificuldades com a sua carteira de empréstimos e indicou que solicitaria aos acionistas do BESA que aumentassem a sua contribuição de capital.

**Na ausência de uma nova infusão de capital, o BNA anunciou, em 4 de agosto de 2014, medidas extraordinárias para lidar com a situação do BESA,** entre elas a nomeação de administradores provisórios para levar a cabo uma reestruturação do banco. O BNA salientou também que os interesses dos depositantes do BESA seriam protegidos e que as relações comerciais com os atuais clientes seriam mantidas, observando que a garantia soberana de USD 5,7 mil milhões concedida em dezembro de 2013 acabaria por ser revogada.

**Não se espera que as dificuldades financeiras do BESA desestabilizem o sistema bancário angolano.** A exposição de outros bancos ao BESA no mercado interbancário é limitada, uma vez que os empréstimos são garantidos por títulos públicos. Para além disso, a intervenção do BNA, ao nomear novos gestores e tranquilizar os depositantes, conteve os riscos para o restante do sistema bancário. Até à semana finda em 31 de julho de 2014, não havia sinais de tensão no mercado interbancário.

**32. Continuam a ser feitos progressos no aperfeiçoamento do quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBCFT) de Angola.** A lei de CBCFT foi alterada em janeiro de 2014, para solucionar algumas das questões mais prementes identificadas pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI), e a Unidade de Informação Financeira de Angola foi admitida recentemente como novo membro do Grupo de Egmont. Em junho de 2014, o GAFI incentivou as autoridades a introduzirem novas melhorias, por exemplo, ao abordar as questões remanescentes sobre a criminalização do branqueamento de capitais e a garantia de que Angola disponha de um enquadramento jurídico apropriado para a apreensão de fundos relacionados ao branqueamento de capitais.

### Opinião das autoridades

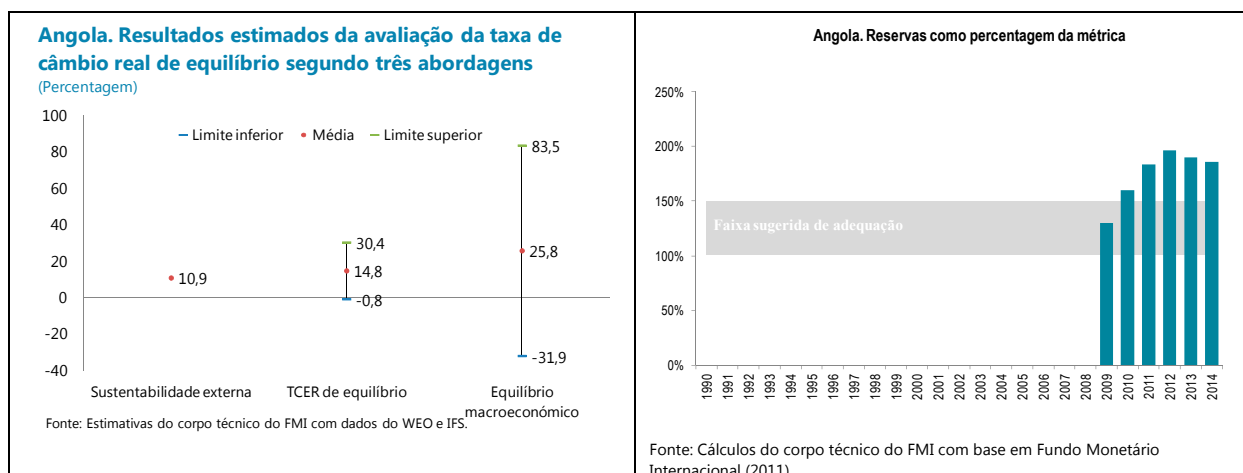
**33. As autoridades concordaram que uma das primeiras medidas na transição para um regime de metas de inflação é permitir que as taxas de juro dos títulos do Tesouro sejam determinadas pelo mercado.** Salientaram que seria preciso proceder com cautela no aumento da flexibilidade cambial, considerando a impossibilidade de alterações significativas na taxa de câmbio nominal dado o alto nível de transmissão aos preços na atualidade. Em relação aos indicadores de alta frequência, as autoridades mencionaram diversas áreas em que estavam a ser realizados progressos, com destaque para as contas nacionais trimestrais, que deverão ser divulgadas em 2015.

**34. As autoridades observaram que os novos regulamentos sobre os créditos vencidos ajudariam a fortalecer a supervisão bancária, e assinalaram o seu compromisso e as medidas em curso para melhorar o quadro de CBCFT e estimular o desenvolvimento do mercado de capitais interno.** Este último é tido como prioritário para aprofundar o mercado, facilitar o financiamento das empresas privadas, fortalecer o canal de transmissão da política monetária e contribuir para a desdolarização. As autoridades observaram também que, a curto prazo, esse processo poderia implicar custos financeiros mais elevados para o Tesouro, mas isso seria compensado pelos ganhos a longo prazo em termos de crescimento e competitividade.

## E. Avaliação do Equilíbrio Externo

**35. Os modelos empíricos sugerem que a taxa de câmbio real poderia estar sobrevalorizada em 10% a 25%.** A magnitude estimada da sobrevalorização depende da abordagem específica empregada. Os intervalos de confiança são em geral grandes e, num dos casos, não se pode descartar a possibilidade de subvalorização. Ainda assim, as estimativas pontuais das três abordagens indicam a sobrevalorização.

**36. O atual nível das reservas internacionais no BNA parece ser adequado.** Os resultados da avaliação da adequação das reservas indicam que o nível de reservas internacionais de Angola é apropriado para fins preventivos. A avaliação incorpora a estabilidade da taxa de câmbio nos últimos anos, mas não considera o alto nível de dolarização do sistema financeiro, o que confere uma função adicional às reservas.



**37. Os indicadores de competitividade não relacionada aos preços apoiam a conclusão de sobrevalorização.** Angola situou-se na 179ª colocação entre 189 economias na edição de 2014 do índice *Doing Business* do Banco Mundial. Outros indicadores de competitividade, tais como o Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, apontam basicamente o mesmo resultado. Dentre as várias dimensões do índice do Banco Mundial, o desempenho de Angola é especialmente ruim em quatro indicadores: i) Solução de insolvências (188º de 189); ii) Execução de contratos (188º de 189); iii) Abertura de empresa (178º de 189); e iv) Comércio entre fronteiras (169º de 189). Os programas liderados pelo Ministério da Economia estão a abordar alguns desses elevados custos de fazer negócios.

**38. Para restaurar a competitividade é preciso abordar uma vasta gama de constrangimentos estruturais.** Devido ao alto conteúdo de importações e consequente transmissão elevada para a inflação, qualquer depreciação significativa da taxa de câmbio nominal resultaria na subida da inflação e, assim, não teria um efeito expressivo sobre a taxa de câmbio real. Embora o corpo técnico apoie a flexibilização gradual do câmbio, as políticas mais eficazes para abordar a sobrevalorização da moeda são as que buscam melhorar a infraestrutura do país e atacar os problemas estruturais que afetam a competitividade, como deficiências no estado de direito, fragilidades no cumprimento dos contratos e dificuldades na abertura de empresas.

### Opinião das autoridades

**39. As autoridades concordaram com a necessidade de acelerar e aprofundar as reformas para melhorar o ambiente de negócios com vistas a aumentar a competitividade.** Houve algumas divergências de opinião no que respeita à adequação das reservas internacionais, que alguns consideravam mais do que apropriadas, podendo vir a constituir também uma fonte de financiamento do orçamento. Embora o corpo técnico concorde que tal faria sentido de uma perspectiva de gestão de ativos e passivos, recomendou claramente a definição e delimitação das funções das reservas internacionais, entre aquelas consignadas à estabilização da receita e aquelas que serviriam a outros propósitos.

## F. Questões Relativas aos Dados

**40. A compilação e disseminação de dados em Angola melhoraram desde o fim da guerra civil, mas ainda há muita margem para melhorias.** A disponibilidade de dados sobre o setor petrolífero é desigual, mas basicamente adequada em termos agregados — são publicados dados orçamentais mensais sobre as exportações e as receitas, mas não dados mensais sobre a produção. Os dados sobre o setor de diamantes estão disponíveis apenas em base anual. O INE publica informações mensais sobre os preços no consumidor e do comércio por grosso referentes a Luanda, e está a alargar os índices para cobrir o restante do país; lançou recentemente a primeira edição das Contas Nacionais, contendo dados anuais sobre o produto, a despesa e os rendimentos no período 2002-12 e tem planos de começar a publicar estimativas trimestrais do PIB em 2015. O Ministério das Finanças fez grandes avanços na melhoria da qualidade das contas públicas, para o qual contribuiu a incorporação de todos os gastos públicos no orçamento a partir de 2013. Contudo, a atualidade e disponibilidade de um conjunto completo de contas públicas ainda é insuficiente, o que reflete, em grande medida, os desafios na reconciliação dos fluxos de receitas do petróleo e as despesas de capital financiadas através de linhas de crédito externas. O BNA realizou melhorias substanciais na recolha e disseminação de dados dos setores monetário e financeiro, mas a reconciliação dos dados financeiros e orçamentais ainda é problemática. Os dados sobre o setor externo são desiguais e são publicados apenas com grande defasamento. Os dados sobre as transações da conta de capital privado ainda apresentam deficiências e precisam de ser mais desenvolvidos.

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**41. Angola conquistou resultados notáveis em termos de crescimento e estabilidade económica desde o fim da guerra civil.** A inflação atingiu mínimos históricos, as reservas internacionais são adequadas e o país começou a poupar parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras. Esta gestão macroeconómica exitosa pode ser mantida com o desenvolvimento de um quadro coerente de gestão de ativos e passivos que satisfaça necessidades diferentes porém importantes, que inclua um fundo de estabilização fiscal para proteger o orçamento anual da volatilidade das receitas do petróleo, um fundo soberano de poupança para as gerações futuras quando forem gerados excedentes orçamentais e uma política de endividamento a médio prazo que contribua para a gestão dos défices orçamentais e o desenvolvimento do mercado de capitais interno.

**42. Os défices orçamentais emergentes devem ser abordados para preservar o espaço para a consecução dos objetivos das autoridades de reconstrução das infraestruturas e redução da pobreza e da desigualdade.** Não obstante a possibilidade de descobertas comercialmente viáveis de petróleo no pré-sal, o corpo técnico urge as autoridades a esperar pelo melhor e preparar-se para o pior. Os défices orçamentais projetados para os próximos cinco anos devem ser reduzidos, e Angola deveria retornar aos excedentes orçamentais a médio prazo, o que pode ser atingido com esforços concertados para reformar a administração dos impostos não petrolíferos, modernizar a política salarial do setor público e reduzir e, por fim, eliminar os subsídios aos combustíveis, que são

onerosos e regressivos, alargando a rede de proteção social para as camadas mais pobres da população. No futuro, as obrigações fiscais devem ser fiscalizadas com rigor, para evitar o risco moral na sequência da anistia fiscal parcial concedida recentemente.

**43. A baixa eficiência do investimento público precisa de ser abordada.** Uma opção para limitar o custo do aumento das despesas de capital e melhorar a eficiência seria o desenvolvimento e a implementação de um sistema de gestão do investimento público, que poderia reduzir consideravelmente o custo do investimento público, otimizar o uso dos recursos, facilitar a necessária modernização das infraestruturas de Angola e, em simultâneo, conter os custos futuros com manutenção e reparos.

**44. Eliminar os atrasados de pagamentos internos é uma necessidade que exige empenhamento e vigilância constantes.** As medidas recentes para fortalecer a gestão das finanças públicas — inclusive através do reforço da função do Ministério das Finanças na aprovação dos contratos, e do estabelecimento de um vínculo claro entre os cronogramas de execução e pagamento dos projetos e os recursos orçamentais disponíveis — são um passo importante nesse sentido. Contudo, a melhor gestão das finanças públicas numa base duradoura requer o apoio constante nos mais altos níveis à implementação do plano de ação das autoridades.

**45. O atual nível das reservas internacionais proporciona uma margem de proteção apropriada, e uma certa dose de flexibilidade cambial poderia aliviar as pressões sobre o BNA para a provisão de divisas ao mercado.** A concentração das exportações angolanas numa matéria-prima de comportamento volátil, bem como o nível atualmente elevado (ainda que em declínio) de dolarização da economia e do sistema financeiro, exigem que o nível de reservas internacionais seja superior ao que em geral se considera apropriado noutros países. O atual nível das reservas internacionais parece suficiente e a margem para reduções é pequena ou inexistente. A inflação abaixo do esperado proporciona uma oportunidade para a introdução de alguma flexibilidade cambial. Dispor de mais flexibilidade cambial reduziria a expectativa do público acerca de uma taxa de câmbio fixa e o sensibilizaria quanto às duas faces do risco cambial. Isso, por sua vez, conteria a assunção de riscos e, em última análise, tornaria a economia mais resistente a flutuações na taxa de câmbio. O corpo técnico incentiva a maior liberalização do regime cambial, uma vez que a atual conjuntura angolana parece apoiar um avanço no sentido da aceitação das obrigações previstas nas Secções 2(a), 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo.

**46. A diversificação económica é um imperativo não apenas para reduzir a dependência do petróleo mas também para aumentar o emprego e reduzir a pobreza.** A redução sustentável da pobreza terá de ser alcançada através da criação de emprego, principalmente por meio do desenvolvimento das pequenas e médias empresas do setor não petrolífero, que são responsáveis pelo maior número de postos de trabalho. A agenda de reformas das autoridades aborda uma série de constrangimentos profundos à realização de negócios em Angola, tratando de temas como a melhoria do acesso ao crédito e à formação, e a racionalização dos procedimentos para a abertura de empresas e a redução dos seus custos. A implementação dessas iniciativas, juntamente com a modernização das infraestruturas, é fundamental para aumentar a competitividade. Mas a majoração recente dos direitos de importação para fomentar a produção no setor não petrolífero

deve ser objeto de análise periódica, com vista à sua eliminação dentro de um prazo específico, antes que os interesses pessoais se cristalizem.

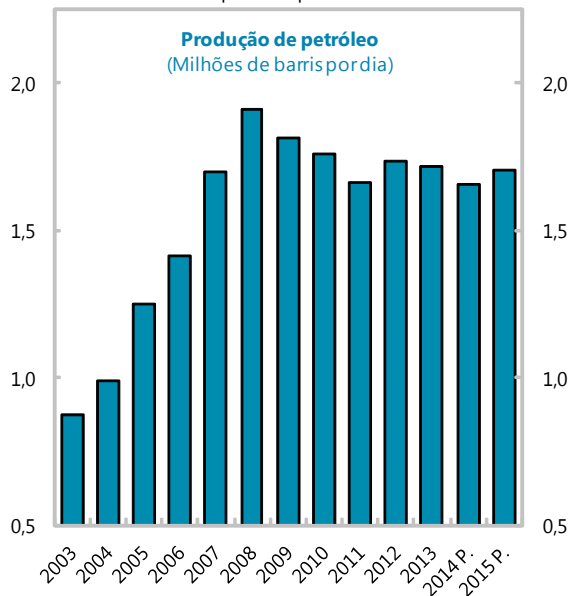
**47. A intermediação financeira continua a crescer com vigor acompanhando o processo de desdolarização, e a estabilidade financeira deve ser apoiada por novos aperfeiçoamentos na supervisão.** O abrandamento recente da política monetária foi apropriado dado que a inflação encontra-se abaixo da meta do BNA. Contudo, o BNA deve manter-se vigilante acerca das pressões inflacionistas. A implementação eficaz e equilibrada das normas prudenciais, nomeadamente os novos regulamentos para a avaliação mais uniforme dos créditos vencidos, ajudará a estimular a confiança no sistema bancário. O acompanhamento rigoroso do cumprimento das medidas acordadas com a administração do BESA deve ajudar a conter o possível custo fiscal da garantia pública concedida a esse banco no final de 2013. A legislação aprovada recentemente proporciona um grau apropriado de transparência na concessão de garantias governamentais no futuro. Acelerar a implementação do plano de ação para superar as deficiências remanescentes no quadro de CBCFT de Angola também contribuiria para o fortalecimento do sistema financeiro.

**48. Os dados macroeconómicos de Angola são basicamente apropriados para fins de monitoramento.** Foram feitos avanços na melhoria da compilação e disseminação de estatísticas, mas ainda é preciso colmatar algumas lacunas, sobretudo na produção de contas públicas mais detalhadas e atempadas e na cobertura da balança de pagamentos.

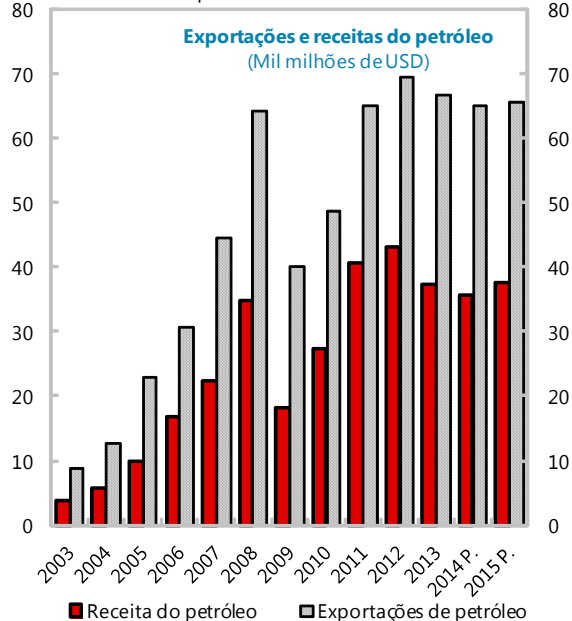
**49. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV seja realizada no ciclo normal de doze meses.**

**Figura 1. Angola: Evolução Orçamental, 2003–15**

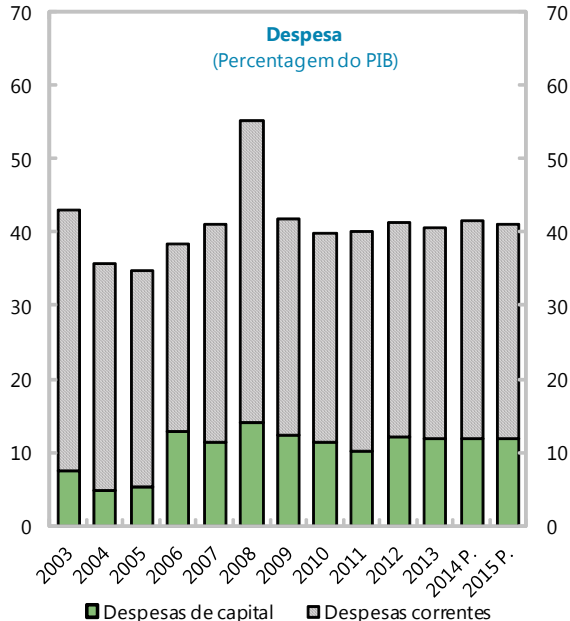
A produção de petróleo caiu nos últimos dois anos mas espera-se que volte a subir.



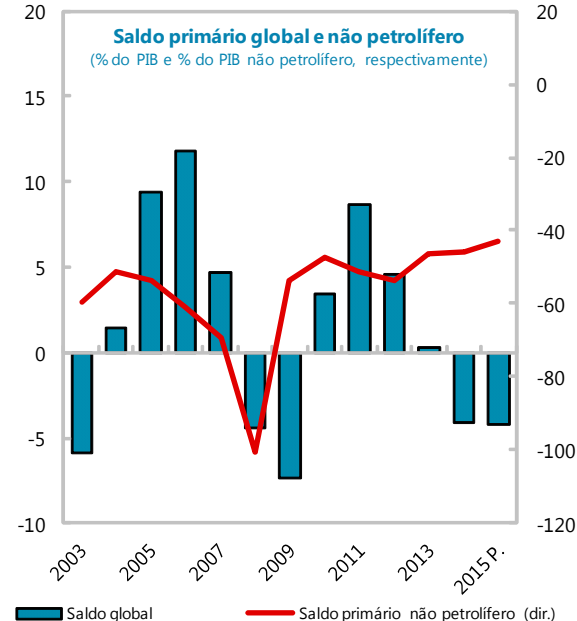
As exportações e receitas do petróleo registaram uma queda acentuada em 2014...



... enquanto as despesas fiscais como percentagem do PIB continuaram a aumentar.



Por conseguinte, espera-se que o excedente fiscal se transforme em défice e que o SPNP se deteriore.

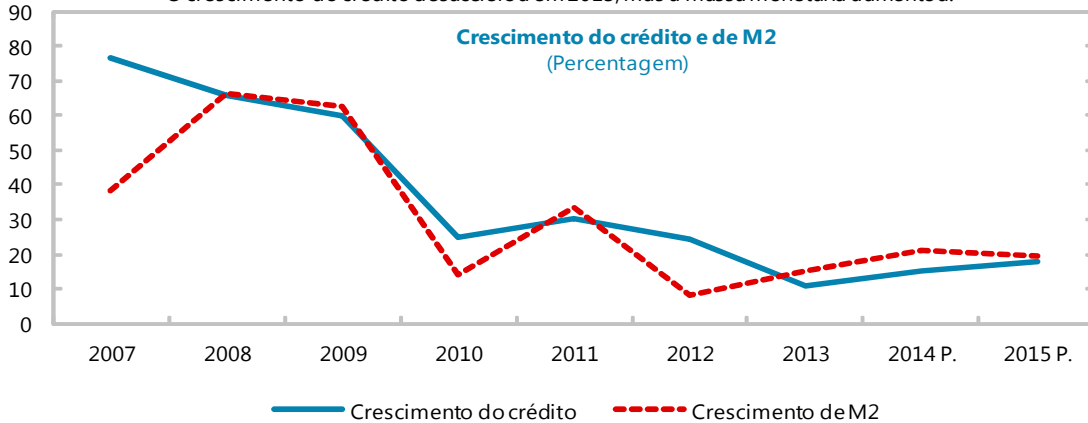


Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

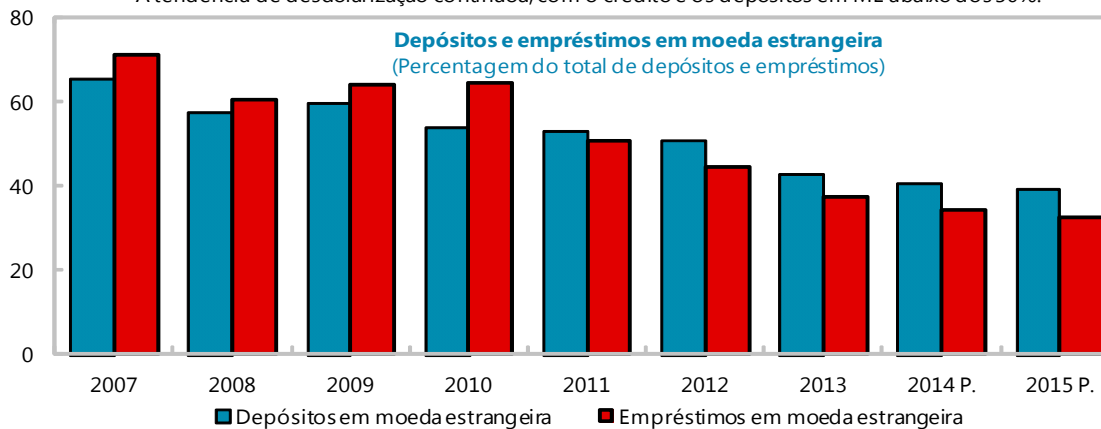


**Figura 2. Angola: Evolução Monetária, 2007–15**

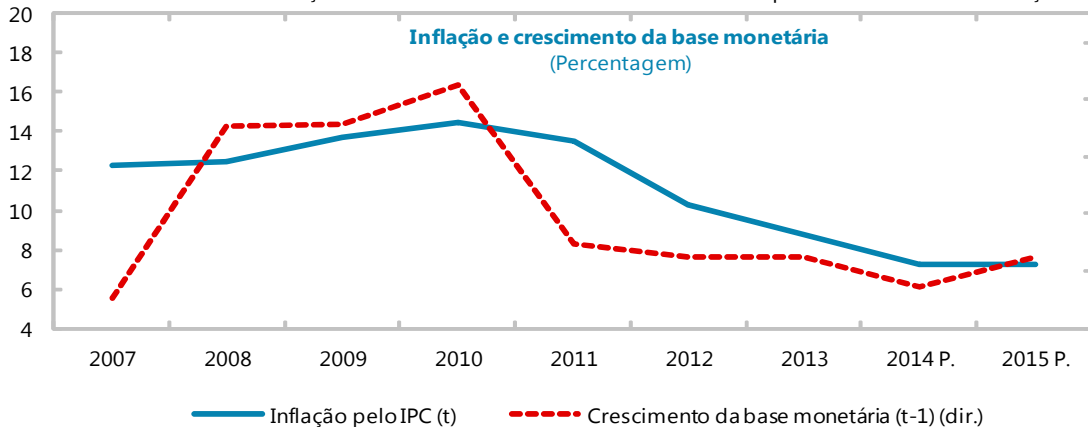
O crescimento do crédito desacelerou em 2013, mas a massa monetária aumentou.



A tendência de desdolarização continuou, com o crédito e os depósitos em ME abaixo dos 50%.



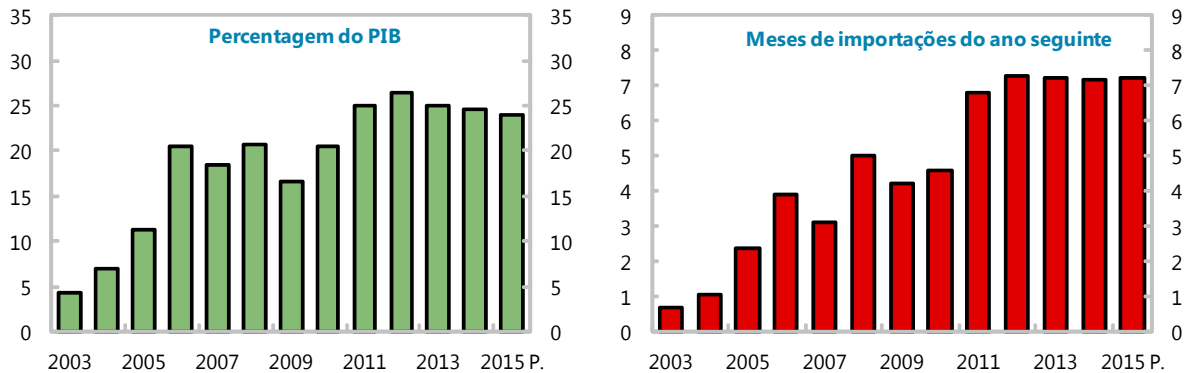
E a desaceleração constante do crescimento da base monetária precedeu a descida da inflação.



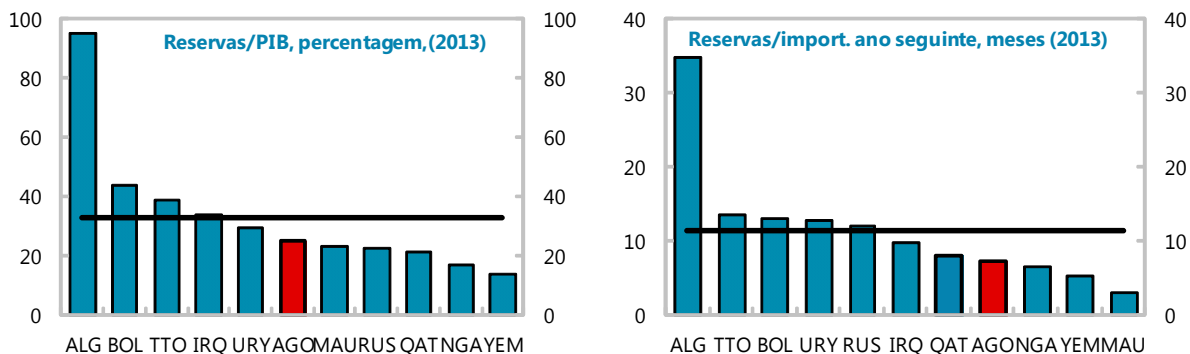
Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Angola: Evolução do Sector Externo, 2003–15**

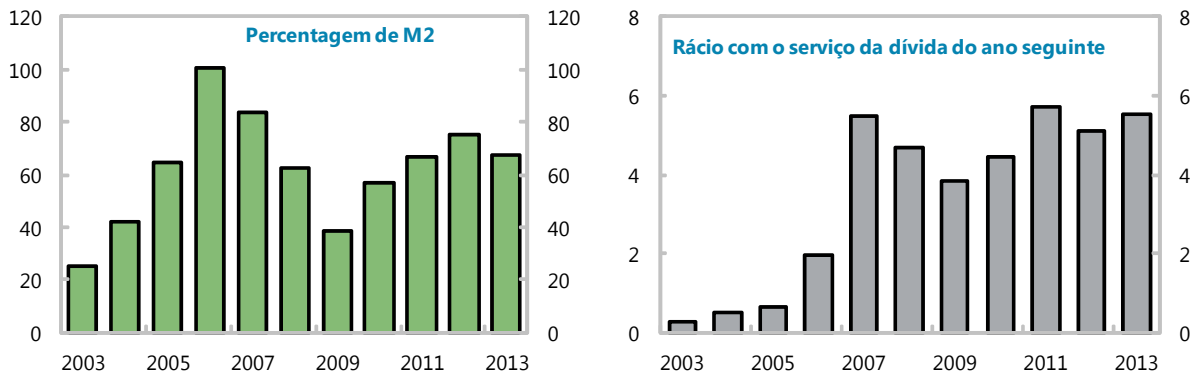
Segundo as medidas tradicionais, a acumulação de reservas abrandou em 2013.



O nível das reservas em relação ao PIB ou às importações do ano seguinte ainda são inferiores aos dos países comparáveis...



...especialmente em relação à reserva do serviço da dívida externa do ano seguinte, a acumulação tem sido modesta ou declinante.



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Figura 4. Angola: Matriz de Avaliação do Risco (Junho de 2014)<sup>1</sup>**  
**Possíveis desvios em relação ao cenário de base**

	Fonte de Risco	Probabilidade relativa	Impacto em Angola	Reação de Política
Riscos de curto prazo	<b>Declínio prolongado da produção de petróleo</b>	Média	Médio	Permitir alguma flexibilidade cambial e reduzir o défice orçamental através da moderação no ritmo de implementação do programa de investimento público, financiando o défice restante com o uso dos depósitos do governo no banco central.
	<b>Deterioração na governança</b> (abandono do processo de reconciliação dos fluxos de receitas do petróleo)	Média	Alto	Reforçar o grupo de trabalho interministerial que presta aconselhamento técnico ao processo de reconciliação.
	<b>Efeitos colaterais das condições financeiras mundiais:</b> <b>a) Aumento acentuado da volatilidade no mercado financeiro mundial</b> desencadeado por tensões geopolíticas ou por expectativas de mercado revistas sobre o abandono das políticas monetárias não convencionais/os fundamentos dos mercados emergentes. <b>(b) Acumulação contínua de distorções causadas pelo período prolongado de baixas taxas de juro:</b> excesso de alavancagem, sobretudo nas empresas; atrasos nas reformas orçamentais e estruturais	Alta Baixa	Baixo	Adiar a primeira emissão de obrigações (prevista para o outono de 2014) até que os mercados internacionais estabilizem; e continuar a desenvolver fontes internas de financiamento.
Riscos de médio prazo	<b>Declínio sustentado dos preços das matérias-primas</b> , desencadeado pelo abrandamento da procura mundial e início de excesso de capacidade (médio prazo)	Média	Alto	Estimular a receita interna não petrolífera e a GFP para criar a margem de manobra orçamental e aumentar a eficiência dos gastos orçamentais no contexto de um envelope global de recursos em declínio.
	<b>Desaceleração do crescimento na China:</b> <b>(a) a) Acumulação contínua e futura correção do excesso de capacidade</b> , o que poderia resultar numa forte desaceleração do crescimento e em grandes perdas financeiras e orçamentais (médio prazo) <b>b) b) Desaceleração acentuada do crescimento em 2014.</b> O crescimento poderia ser muito inferior à meta das autoridades, tendo como causa uma amplitude de motivos e na ausência de medidas compensatórias de estímulo.	Média Baixa	Alto	Introduzir uma função de estabilização orçamental na gestão das reservas e do FSDEA e buscar fontes alternativas de financiamento externo para alargar as opções de financiamento e assegurar a implementação sustentada dos projetos de capital.
	<b>Período prolongado de crescimento mais brando nas economias avançadas e emergentes:</b> <b>a) Economias avançadas:</b> Crescimento potencial inferior ao previsto e inflação persistentemente baixa devido à incapacidade de solucionar todos os problemas causados pela crise financeira, o que levaria à estagnação secular. <b>b) Mercados emergentes:</b> Amadurecimento do ciclo, má afetação do investimento e reformas estruturais incompletas, conduzido a um período prolongado de crescimento mais lento.	Alta	Médio	Acelerar a implementação de reformas estruturais para aumentar a competitividade da produção interna frente às importações das economias avançadas e emergentes.
	<b>Tensão nos mercados de títulos devido à reavaliação do risco soberano:</b> <b>Japão:</b> <i>Abenomics</i> vacila; procura interna deprimida e deflação conduzem a tensões no mercado de obrigações (médio prazo) <b>Área do euro:</b> A tensão soberana ressurgiu devido às reformas incompletas, resultados inesperados do exame da qualidade dos ativos e testes de esforço na ausência de um mecanismo de apoio orçamental <b>Estados Unidos:</b> insucesso prolongado em chegar a um plano fiável para garantir a sustentabilidade orçamental (médio prazo)	Média Baixa Baixa	Baixo	Ajustar a estratégia de gestão de ativos e passivos a médio prazo à função de estabilização orçamental; passar a utilizar de preferência fontes de financiamento interno.
	<b>Riscos regional geopolíticos</b> (fluxos financeiros, preços das matérias-primas e cadeias de abastecimento) <b>a) Um forte aumento nas tensões geopolíticas envolvendo a Rússia e a Ucrânia</b> que acarrete transtornos significativos ao nível mundial nos mercados financeiros, comerciais e de matérias-primas. <b>b) Elevados riscos geopolíticos no Médio Oriente, que provoque um forte aumento dos preços do petróleo</b> , com repercussões negativas para a economia mundial.	Média Alta	Alto Alto	Adiar os gastos de investimento não-críticos e financiar o défice orçamental mais elevado com os depósitos do governo. Manter inalteradas as despesas públicas e destinar as receitas extraordinárias às reservas internacionais e ao FSDEA.
	Atraso na <b>implementação do CFMP</b> (que conduza ao financiamento imprudente da dívida soberana)	Alta	Médio	Priorizar os projetos de investimento, minimizar os gastos de baixa prioridade e manter os gastos sociais.
	<b>Garantias governamentais</b> aos bancos em dificuldades resultem em custos orçamentais expressivos e crie o risco moral no sistema bancário	Média	Médio	Administrar as garantias públicas com transparência e de modo a minimizar os custos orçamentais. Implementar a resolução bancária com a responsabilização dos acionistas. Fortalecer a supervisão bancária e fiscalizar a aplicação dos regulamentos prudenciais.

<sup>1</sup> A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) lista os eventos que podem alterar de forma material o cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A classificação da probabilidade relativa dos riscos aqui descritos é fruto da avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" indica uma probabilidade abaixo dos 10%; "média" indica uma probabilidade situada entre os 10 e 30% e "alta" indica uma probabilidade igual ou superior aos 30%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações à altura das discussões com as autoridades. Os riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e se concretizar em simultâneo.

**Figura 5. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2012 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação**

Área	Recomendação	Ponto da situação
Orçamental	Formular a política orçamental com base num cenário fiscal de médio prazo (CFMP), ancorado no saldo primário não petrolífero	Em curso. Em 2013 foi introduzido um processo de cabimentação plurianual para o investimento público. A assistência técnica ora prestada pelo FMI está a ajudar as autoridades a desenvolver as capacidades visando a utilização efetiva do CFMP para formular uma lei de responsabilidade fiscal nos próximos anos.
	Impedir a recorrência de atrasados internos volumosos	Em curso. As reformas da gestão das finanças públicas (GFP) também avançaram, com a introdução de duas medidas cruciais para controlar a proliferação de atrasados de pagamentos internos: i) a lei-quadro do OGE inclui agora uma definição clara de atrasados que é compatível com as boas práticas internacionais; e ii) um novo procedimento de controlo exige a confirmação, pelo Ministério das Finanças, de todos os contratos de valor superior a USD 1,5 milhões.
	Avançar com a agenda de reforma fiscal do sector não petrolífero	Em curso. Os principais códigos da reforma da tributação não petrolífera foram aprovados pela Assembleia Nacional em 4 de julho de 2014, abrindo caminho para as próximas etapas.
	Conter os custos dos subsídios energéticos	Não cumprida.
	Aumentar a transparência fiscal e melhorar a governação, sobretudo em relação ao fluxo de recursos do petróleo	Parcialmente cumprida. Desde 2011 a Conta Geral do Estado inclui uma reconciliação completa dos stocks e fluxos das receitas do petróleo. Não são publicadas regularmente dados sobre a dívida fiscal ou pública.
	Eliminar gradualmente as operações parafiscais	Parcialmente cumprida. A única operação parafiscal que ainda resta é a parcela dos subsídios do petróleo não autorizada na lei do orçamento. A autorização para que a Sonangol realize despesas extraorçamentais com os programas de habitação foi revogada.
	Reduzir a comissão paga pelo Tesouro à Sonangol como concessionária nacional	Parcialmente cumprida. Desde 2013, as receitas da Sonangol como concessionária foram reduzidas de 10% para 7%, mas a fórmula ainda não utiliza um sistema de reembolsos das despesas da concessionária com base nos custos incorridos, de forma a reduzir a perda de recursos orçamentais.
	Implementar uma contabilidade e relatórios separados relativos às receitas e balanços da função de concessionária	Não cumprida.

**Figura 5. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2012 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação (conclusão)**

<b>Monetária e financeira</b>	Melhorar a supervisão financeira	Em curso. O Comité de Estabilidade Financeira foi criado e o BNA publicou três Relatórios de Estabilidade Financeira. É preciso intensificar a fiscalização das regras e regulamentos existentes, e reforçar os regulamentos sobre créditos vencidos e provisões.
	Melhorar a governação societária do sistema financeiro	Parcialmente cumprida. Em 2013 o BNA emitiu uma série de novos regulamentos relativos à governança corporativa para o sistema financeiro, elaborados com base nas recomendações do FSAP de 2011. O BNA emitiu também uma série de regulamentos exigindo aos bancos e outras instituições financeiras a divulgação da sua estrutura de propriedade e organização interna, incluindo os sistemas de controlo interno.
	Prosseguir no processo de desdolarização	Em curso. O BNA removeu acertadamente e reverteu os desincentivos aos instrumentos de poupança em moeda nacional, uniformizando os requisitos de reservas dos depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira. A nova lei cambial do setor petrolífero deu novo ímpeto à desdolarização.
	Continuar a acumular reservas internacionais	Cumprida. As reservas internacionais aumentaram cerca de USD 5 mil milhões desde o final de 2011.
	Reduzir o excesso de liquidez	Cumprida. O BNA mostrou-se propenso a reduzir o crónico excesso de reservas, bem como as reservas mantidas na facilidade de depósito.
	Alinhar o nível das reservas obrigatórias sobre depósitos em moeda estrangeira ao dos depósitos em moeda nacional	Cumprida. As reservas obrigatórias sobre os depósitos em moeda nacional foram reduzidas.
	Reforçar as reservas de capital do sistema bancário	Cumprida na generalidade. Os requisitos mínimos de capital foram elevados em 2013.
	Abordar as deficiências no regime de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (CBC/FT)	Em curso. A legislação aprovada no final de 2013 aborda a questão mais premente identificada pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI). A Unidade de Informação Financeira de Angola foi recentemente admitida como novo membro do Grupo Egmont.
	Aceitar as obrigações previstas nas Secções 2(a), 3 e 4 do Artigo VIII	Não cumprida.
<b>Estatísticas</b>	Alargar a cobertura das estatísticas da dívida para que inclua as empresas públicas	Não cumprida.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2009–15<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)							
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	5,9
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	2,6
Setor não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	7,3
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	7,8	9,7
Setor petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-1,1	2,6
Setor não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	13,9	13,9
Deflator do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	3,7	3,5
Deflator do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,1	6,2
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	7,3
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,4	7,2
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.984	12.917	14.167
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.808	4.933
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.120	8.109	9.234
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	131,4	141,8
Produto interno bruto per capita (USD)	4.081	4.329	5.305	5.706	5.964	6.128	6.418
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)							
Total da receita	34,5	43,5	48,8	45,9	41,0	37,5	37,0
D/q: Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,0	27,2	26,5
D/q: Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,2	8,6
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,7	41,6	41,2
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	29,6	29,3
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,0	12,0	11,9
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	0,3	-4,1	-4,2
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-27,5	-28,9	-27,9
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)							
Massa monetária (M2)	62,6	14,0	33,5	8,4	15,3	21,4	19,8
Percentagem do PIB	38,5	34,6	35,9	34,5	36,5	41,1	44,9
Velocidade (PIB/M2)	2,6	2,9	2,8	2,9	2,7	2,4	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	59,5	25,0	30,4	24,2	10,9	15,2	17,7
<b>Balança de pagamentos</b>							
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,2	40,1	45,2	40,7	33,6	29,6	26,0
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,2	60,4	64,6	61,3	54,8	50,4	47,2
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,8	58,8	62,3	60,1	53,7	49,4	46,1
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	20,8	21,2
Termos de troca (variação percentual)	-28,8	16,7	23,3	7,9	-2,1	1,3	-0,5
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-9,9	8,1	12,6	11,7	5,5	4,1	2,0
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	13.238	19.339	28.396	33.035	33.179	33.898	35.113
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	4,5	5,3	7,4	7,8	7,7	7,5	7,4
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	12.514	16.848	26.083	30.632	30.987	32.464	34.064
<b>Taxa de câmbio</b>							
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,5	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)							
Total da dívida (bruta) do setor público	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8
<b>Petróleo</b>							
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.809	1.758	1.660	1.735	1.716	1.656	1.700
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,9	48,5	64,8	69,3	66,7	64,9	65,4
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	110,3	110,9	107,3	107,9	106,1
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	61,9	79,6	111,0	112,0	109,1	108,2	106,1
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril)	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	106,1	102,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup>Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013.

**Tabela 2a. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15**  
(Mil milhões de Kwanzas)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Receitas</b>	2.070	3.295	4.776	5.054	4.920	4.841	5.245
Impostos	1.988	3.094	4.528	4.826	4.571	4.574	4.970
Petrolíferos	1.449	2.500	3.817	4.103	3.599	3.516	3.749
Não petrolíferos	539	594	711	723	972	1.058	1.222
Contribuições sociais	16	76	90	107	206	165	153
Donativos	2	2	2	2	2	1	0
Outras receitas	63	123	156	120	141	101	122
<b>Despesas</b>	2.510	3.034	3.928	4.549	4.880	5.371	5.835
<i>D/q:</i> Despesas com atrasados internos	...	140	154	220	72	...	...
<b>Despesas</b>	1.767	2.166	2.935	3.193	3.443	3.818	4.147
Remuneração dos empregados	665	714	877	1.031	1.155	1.300	1.423
Uso de bens e serviços	383	625	1.037	1.305	1.231	1.412	1.548
Petrolíferos	0	166	246	280	169	162	173
Não petrolíferos	383	459	790	1.025	1.062	1.249	1.375
Juros	103	90	95	105	99	152	212
Internos	24	27	56	68	59	75	93
Externos	79	63	38	37	40	76	119
Subsídios	308	507	766	548	670	744	751
Outras despesas	307	232	159	203	287	210	212
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	743	868	993	1.356	1.437	1.553	1.688
Com financiamento interno	518	714	659	972	1.005	753	788
Com financiamento externo	226	154	186	384	432	800	900
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-440	261	855	505	40	-530	-590
<b>Discrepância estatística</b>	47	-22	56	-100	141	0	0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-144	14	805	604	300	106	118
Internos	-160	1	660	244	-155	-94	118
Numerário e depósitos	-535	298	780	489	-29	-66	118
<i>D/q:</i> Pagamento de atrasados internos	...	-164	-59	-84	-195	-73	0
Ações e quotas de fundos de investimento	0	-1	0	8	0	-28	0
Outras contas a receber	376	-297	-120	-253	-126	0	0
Externos	16	13	145	361	455	200	0
Numerário e depósitos	16	13	145	361	455	200	0
<b>Aumento líquido de passivos</b>	343	-270	6	0	574	635	708
Internos	269	-286	-44	-218	340	96	171
Títulos da dívida	-89	-78	-187	-415	58	133	121
<i>D/q:</i> Títulos de regularização dos atrasados internos	...	366	131	187	-195	-1	0
Empréstimos	20	-49	-42	-59	0	130	50
Outras contas a pagar	337	-158	184	256	282	-168	0
<i>D/q:</i> Atrasados internos incorridos	...	140	154	220	72	...	...
<i>D/q:</i> Pagamento de atrasados internos (-: redução)	...	-530	-190	-271	-308	-72	0
Externos	74	16	51	218	234	539	536
Títulos da dívida	111	16	51	218	234	539	536
Desembolsos	380	154	186	384	432	950	1.050
Amortizações	-269	-138	-135	-166	-199	-411	-514
Outras contas a pagar	-36	0	0	0	0	0	0
<b>Por memória:</b>							
Saldo orçamental primário não petrolífero	-1.787	-1.984	-2.627	-3.212	-3.291	-3.731	-3.953
Porcentagem do PIB não petrolífero	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	108,7	110,9	107,3	107,9	106,1
Gastos sociais	0	0	0	1.410	1.635	1.799	1.955
Stock de atrasados internos	786	396	359	307	72	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	2.987	3.017	3.149	3.260	4.143	4.731	5.500

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 2b. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15**  
(Porcentagem do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Receitas</b>	34,6	43,5	48,8	45,9	41,1	37,5	37,0
Impostos	33,2	40,8	46,3	43,8	38,1	35,4	35,1
Petrolíferos	24,2	33,0	39,0	37,3	30,0	27,2	26,5
Não petrolíferos	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,2	8,6
Contribuições sociais	0,3	1,0	0,9	1,0	1,7	1,3	1,1
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,1	1,6	1,6	1,1	1,2	0,8	0,9
<b>Despesas</b>	41,9	40,0	40,2	41,3	40,7	41,6	41,2
<i>D/q: Despesas com atrasados internos</i>	...	1,8	1,6	2,0	0,6	...	...
<b>Despesas</b>	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	29,6	29,3
Remuneração dos empregados	11,1	9,4	9,0	9,4	9,6	10,1	10,0
Uso de bens e serviços	6,4	8,2	10,6	11,9	10,3	10,9	10,9
Petrolíferos	0,0	2,2	2,5	2,5	1,4	1,3	1,2
Não petrolíferos	6,4	6,1	8,1	9,3	8,9	9,7	9,7
Juros	1,7	1,2	1,0	1,0	0,8	1,2	1,5
Internos	0,4	0,4	0,6	0,6	0,5	0,6	0,7
Externos	1,3	0,8	0,4	0,3	0,3	0,6	0,8
Subsídios	5,2	6,7	7,8	5,0	5,6	5,8	5,3
Outras despesas	5,1	3,1	1,6	1,8	2,4	1,6	1,5
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	12,4	11,4	10,2	12,3	12,0	12,0	11,9
Com financiamento interno	8,6	9,4	6,7	8,8	8,4	5,8	5,6
Com financiamento externo	3,8	2,0	1,9	3,5	3,6	6,2	6,4
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-7,4	3,4	8,7	4,6	0,3	-4,1	-4,2
<b>Discrepância estatística</b>	0,8	-0,3	0,6	-0,9	1,2	0,0	0,0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-2,4	0,2	8,2	5,5	2,5	0,8	0,8
Internos	-2,7	0,0	6,7	2,2	-1,3	-0,7	0,8
Numerário e depósitos	-8,9	3,9	8,0	4,4	-0,2	-0,5	0,8
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos</i>	...	-2,2	-0,6	-0,8	-1,6	-0,6	...
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	-0,2	0,0
Outras contas a receber	6,3	-3,9	-1,2	-2,3	-1,1	0,0	0,0
Externos	0,3	0,2	1,5	3,3	3,8	1,5	0,0
Numerário e depósitos	0,3	0,2	1,5	3,3	3,8	1,5	0,0
<b>Aumento líquido de passivos</b>	5,7	-3,6	0,1	0,0	4,8	4,9	5,0
Internos	4,5	-3,8	-0,5	-2,0	2,8	0,7	1,2
Títulos da dívida	-1,5	-1,0	-1,9	-3,8	0,5	1,0	0,9
<i>D/q: Títulos de regularização dos atrasados internos</i>	...	4,8	1,3	1,7	-1,6	0,0	0,0
Empréstimos	0,3	-0,6	-0,4	-0,5	0,0	1,0	0,4
Outras contas a pagar	5,6	-2,1	1,9	2,3	2,3	-1,3	0,0
<i>D/q: Atrasados internos incorridos</i>	...	1,8	1,6	2,0	0,6	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos (-: redução)</i>	...	-7,0	-1,9	-2,5	-2,6	-0,6	0,0
Externos	1,2	0,2	0,5	2,0	2,0	4,2	3,8
Títulos da dívida	1,9	0,2	0,5	2,0	1,9	4,2	3,8
Outras contas a pagar	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>							
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-27,5	-28,9	-27,9
Receita não petrolífera	10,3	10,5	9,8	8,6	11,0	10,2	10,6
Gastos sociais	0,0	0,0	0,0	12,8	13,6	13,9	13,8
Stock de atrasados internos	13,1	5,2	3,7	2,8	0,6	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.



**Tabela 2c. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2009–15**  
(Percentagem do PIB não petrolífero)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Receitas</b>	62,2	78,8	92,9	84,5	69,1	59,7	56,8
Impostos	59,8	74,0	88,1	80,7	64,2	56,4	53,8
Petrolíferos	43,6	59,8	74,3	68,6	50,5	43,4	40,6
Não petrolíferos	16,2	14,2	13,8	12,1	13,7	13,0	13,2
Contribuições sociais	0,5	1,8	1,7	1,8	2,9	2,0	1,7
Donativos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,9	3,0	3,0	2,0	2,0	1,2	1,3
<b>Despesas</b>	75,4	72,5	76,4	76,0	68,5	66,2	63,2
<i>D/q: Despesas com atrasados internos</i>	...	3,3	3,0	3,7	1,0	...	...
<b>Despesas</b>	53,1	51,8	57,1	53,4	48,4	47,1	44,9
Remuneração dos empregados	20,0	17,1	17,1	17,2	16,2	16,0	15,4
Uso de bens e serviços	11,5	14,9	20,2	21,8	17,3	17,4	16,8
Petrolíferos	0,0	4,0	4,8	4,7	2,4	2,0	1,9
Não petrolíferos	11,5	11,0	15,4	17,1	14,9	15,4	14,9
Juros	3,1	2,1	1,8	1,8	1,4	1,9	2,3
Internos	0,7	0,6	1,1	1,1	0,8	0,9	1,0
Externos	2,4	1,5	0,7	0,6	0,6	0,9	1,3
Subsídios	9,3	12,1	14,9	9,2	9,4	9,2	8,1
Outras despesas	9,2	5,5	3,1	3,4	4,0	2,6	2,3
<b>Aquisição líquida de ativos não financeiros</b>	22,3	20,7	19,3	22,7	20,2	19,2	18,3
Com financiamento interno	15,6	17,1	12,8	16,2	14,1	9,3	8,5
Com financiamento externo	6,8	3,7	3,6	6,4	6,1	9,9	9,7
<b>Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento</b>	-13,2	6,2	16,6	8,4	0,6	-6,5	-6,4
<b>Discrepância estatística</b>	1,4	-0,5	1,1	-1,7	2,0	0,0	0,0
<b>Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)</b>	-4,3	0,3	15,7	10,1	4,2	1,3	1,3
Internos	-4,8	0,0	12,8	4,1	-2,2	-1,2	1,3
Numerário e depósitos	-16,1	7,1	15,2	8,2	-0,4	-0,8	1,3
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos</i>	...	-3,9	-1,1	-1,4	-2,7	-0,9	...
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	-0,3	0,0
Outras contas a receber	11,3	-7,1	-2,3	-4,2	-1,8	0,0	0,0
Externos	0,5	0,3	2,8	6,0	6,4	2,5	0,0
Numerário e depósitos	0,5	0,3	2,8	6,0	6,4	2,5	0,0
<b>Aumento líquido de passivos</b>	10,3	-6,4	0,1	0,0	8,1	7,8	7,7
Internos	8,1	-6,8	-0,9	-3,6	4,8	1,2	1,9
Títulos da dívida	-2,7	-1,9	-3,6	-6,9	0,8	1,6	1,3
<i>D/q: Títulos de regularização dos atrasados internos</i>	...	8,7	2,6	3,1	-2,7	0,0	0,0
Empréstimos	0,6	-1,2	-0,8	-1,0	0,0	1,6	0,5
Outras contas a pagar	10,1	-3,8	3,6	4,3	4,0	-2,1	0,0
<i>D/q: Atrasados internos incorridos</i>	...	3,3	3,0	3,7	1,0	...	...
<i>D/q: Pagamento de atrasados internos (-: redução)</i>	...	-12,7	-3,7	-4,5	-4,3	-0,9	...
Externos	2,2	0,4	1,0	3,6	3,3	6,7	5,8
Títulos da dívida	3,3	0,4	1,0	3,6	3,3	6,7	5,8
Outras contas a pagar	-1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Por memória:</b>							
Saldo orçamental primário não petrolífero	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8
Receita não petrolífera	18,6	19,0	18,6	15,9	18,5	16,3	16,2
Gastos sociais	0,0	0,0	0,0	23,6	23,0	22,2	21,2
Stock de atrasados internos	23,6	9,5	7,0	5,1	1,0	...	...
Dívida (bruta) do sector público, valor facial	89,8	72,1	61,3	54,5	58,2	58,3	59,6

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 3. Angola: Contas Monetárias, 2009–15<sup>1</sup>**  
(Mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>I. Síntese Monetária</b>							
<b>Ativos externos líquidos</b>	1.289	1.948	3.046	3.250	3.141	3.402	3.722
<b>Ativos internos líquidos</b>	1.259	780	611	626	1.290	1.965	2.694
Crédito (líquido) ao governo central	417	97	-409	-933	-653	-340	-114
Crédito a outras unidades do sector público	66	95	92	102	86	98	111
Crédito ao setor privado	1.267	1.583	2.064	2.563	2.842	3.275	3.855
Outras rubricas (líquido) <sup>2</sup>	-594	-1.136	-1.300	-1.443	-1.361	-1.497	-1.647
<b>Massa monetária (M3)</b>	2.548	2.728	3.657	3.876	4.432	5.367	6.417
Moeda e quase-moeda (M2)	2.304	2.626	3.506	3.799	4.379	5.315	6.365
Moeda	779	905	1.165	1.286	1.739	2.180	2.670
Moeda em circulação	170	172	209	245	276	346	414
Depósitos à ordem em moeda nacional	609	733	956	1.041	1.463	1.835	2.256
Quase-moeda	260	409	596	724	899	1.127	1.386
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	260	409	596	724	899	1.127	1.386
Depósitos em moeda estrangeira	1.265	1.312	1.745	1.790	1.742	2.007	2.308
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	244	102	151	77	52	52	52
<b>II. Autoridades Monetárias</b>							
<b>Ativos externos líquidos</b>	1.287	1.934	2.711	3.101	3.123	3.294	3.513
Reservas internacionais líquidas	1.119	1.561	2.485	2.935	3.022	3.216	3.434
Outros ativos externos (líquidos)	168	373	226	166	100	77	79
<b>Ativos internos líquidos</b>	-583	-1.092	-1.743	-2.090	-1.959	-1.881	-1.821
Crédito a outras sociedades de depósitos	85	38	85	54	0	0	0
Crédito (líquido) ao governo central	-272	-543	-971	-1.357	-1.218	-1.152	-1.268
Crédito a outras unidades do setor público <sup>3</sup>	1	0	0	0	0	0	0
Crédito ao setor privado	2	2	0	0	0	0	0
Outras rubricas (líquido) <sup>2</sup>	-253	-306	-685	-699	-732	-781	-839
Títulos do BNA detidos pelos bancos comerciais	-146	-281	-172	-88	-9	51	285
<b>Base monetária</b>	704	843	968	1.011	1.164	1.413	1.692
Moeda em circulação	214	229	288	336	410	514	615
Depósitos dos bancos comerciais	490	613	681	676	754	899	1.077
<b>Por memória:</b>							
Base monetária (variação percentual)	75,2	19,6	14,9	4,4	15,1	21,4	19,8
Massa monetária (M3) (variação percentual)	21,5	7,1	34,0	6,0	14,3	21,1	19,6
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	62,6	14,0	33,5	8,4	15,3	21,4	19,8
Crédito ao setor privado (variação percentual)	59,5	25,0	30,4	24,2	10,9	15,2	17,7
Rácio M2/PIB (em percentagem)	42,5	36,0	35,9	34,5	36,5	41,1	44,9
Rácio M2/PIB não petrolífero (em percentagem)	69,2	62,8	68,2	63,5	61,5	65,5	68,9
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,3	3,1	3,6	3,8	3,8	3,8	3,8
Velocidade (PIB/M2)	2,6	2,9	2,8	2,9	2,7	2,4	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Crédito ao setor privado (em percentagem do PIB)	21,2	20,9	21,1	23,3	23,7	25,4	27,2
Crédito real ao setor privado (variação percentual)	39,9	8,4	17,1	13,9	3,0	7,3	9,8
Depósitos em moeda estrangeira (parcela do total de depósitos)	59,3	53,4	52,9	50,4	42,4	40,4	38,8
Crédito em ME ao setor priv. (parcela do crédito total ao set. priv.)	63,8	64,4	50,5	44,4	37,3	34,3	32,3

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Fim de período.

<sup>2</sup> Inclui a valorização.

<sup>3</sup> Inclui o crédito às empresas públicas e às administrações locais.

**Tabela 4. Angola: Balança de Pagamentos, 2009–15**  
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2009	2010	2011	2012	2013		2015	
					Prel.	Proj.		
<b>Conta corrente</b>	-7.497	6.683	13.085	13.441	6.812	5.387	2.850	
Balança comercial	18.243	33.105	47.082	46.946	41.669	38.912	36.916	
Exportações, FOB	40.903	49.772	67.310	70.663	68.013	66.294	66.906	
Petróleo bruto	39.346	47.806	63.765	68.441	65.378	63.452	64.031	
Produtos petrolíferos refinados e gás	532	722	1.052	845	1.291	1.410	1.348	
Diamantes	814	976	1.205	1.160	1.167	1.249	1.337	
Outros	212	267	1.288	217	177	183	190	
Importações, FOB	-22.660	-16.667	-20.228	-23.717	-26.344	-27.382	-29.989	
Setor petrolífero	-4.326	-3.158	-3.371	-3.571	-3.527	-3.405	-3.495	
Setor não petrolífero	-18.334	-13.508	-16.858	-20.146	-22.817	-23.977	-26.495	
Serviços (líquido)	-18.546	-17.897	-22.938	-21.339	-22.967	-22.646	-22.935	
Recebimentos	623	857	732	780	1.250	1.346	1.424	
Pagamentos	-19.169	-18.754	-23.670	-22.119	-24.217	-23.992	-24.359	
<i>D/q:</i> Setor petrolífero	-12.345	-11.000	-16.442	-18.024	-18.564	-19.017	-19.191	
Rendimento (líquido)	-6.823	-8.087	-9.697	-10.404	-10.199	-9.001	-9.169	
Recebimentos	131	134	210	278	296	374	410	
Pagamentos	-6.954	-8.221	-9.907	-10.682	-10.495	-9.376	-9.579	
<i>D/q:</i> Setor petrolífero	-6.263	-7.521	-9.112	-8.963	-8.562	-8.310	-8.386	
Transferências (líquidas)	-370	-438	-1.362	-1.762	-1.691	-1.878	-1.962	
Transferências oficiais	27	-43	-64	-109	21	21	21	
Outras transferências	-397	-395	-1.298	-1.736	-1.830	-1.899	-1.983	
<i>D/q:</i> Remessas dos trabalhadores	-395	-393	-231	-297	-318	-308	-311	
<b>Conta de capital e financeira</b>	2.542	-871	-3.597	-8.892	-9.269	-4.159	-1.250	
Conta de capital	11	1	5	0	3	2	4	
Conta financeira	2.531	-872	-3.602	-8.892	-9.272	-4.161	-1.254	
Investimento direto estrangeiro	2.199	-4.568	-5.116	-9.639	-8.039	-6.012	-3.245	
No país <sup>1</sup>	2.205	-3.227	-3.024	-6.222	-5.189	-3.881	-4.812	
No estrangeiro	-7	-1.340	-2.093	-3.417	-2.850	-2.131	1.567	
Investimento de carteira	-490	-271	-52	-1.009	-944	-1.230	-1.067	
Outros investimentos	822	3.967	1.567	1.756	-289	3.081	3.058	
Créditos comerciais	-2.063	-2.089	-1.061	-1.146	-1.264	-1.284	-1.208	
Numerário e depósitos	-544	2.439	2.039	-1.092	-955	-879	-736	
Empréstimos	2.632	1.992	2.463	1.366	2.408	5.685	5.371	
Empréstimos de médio e longo prazo	813	3.348	3.274	1.707	2.420	5.486	5.367	
<i>D/q:</i> Governo central (líquido)	1.398	173	541	2.283	2.420	5.486	5.367	
<i>D/q:</i> Outros setores (líquido) <sup>2</sup>	-751	2.107	2.152	-575	0	0	0	
Empréstimos de curto prazo	1.818	-1.356	-811	-341	-11	198	4	
Outros	798	1.625	-1.874	2.627	-478	-440	-368	
<b>Erros e omissões</b>	-405	-970	-220	0	0	0	0	
<b>Saldo global</b>	-5.359	4.842	9.268	4.549	-2.457	1.228	1.600	
<b>Financiamento</b>	5.359	-4.842	-9.268	-4.549	2.457	-1.228	-1.600	
Reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias (aumento -)	4.950	-4.334	-9.234	-4.549	2.457	-1.228	-1.600	
<i>D/q:</i> Uso do crédito do FMI	367	530	318	137	-261	-509	-385	
Financiamento excepcional	409	-508	-34	0	0	0	0	
<b>Por memória:</b>								
Conta corrente (percentagem do PIB)	-9,9	8,1	12,6	11,7	5,5	4,1	2,0	
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	-0,4	18,4	23,2	22,2	15,1	12,4	9,9	
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,2	40,1	45,2	40,7	33,6	29,6	26,0	
Conta de capital e financeira (percentagem do PIB)	3,4	-1,1	-3,5	-7,7	-7,5	-3,2	-0,9	
Saldo global (percentagem do PIB)	-7,1	5,9	8,9	3,9	-2,0	0,9	1,1	
Donativos oficiais (percentagem do PIB)	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	
Exportações de bens, FOB (variação percentual)	-37,5	21,7	35,2	5,0	-3,8	-2,5	0,9	
<i>D/q:</i> Exportações de petróleo e gás (variação percentual)	-37,6	21,7	33,6	6,9	-3,8	-2,7	0,8	
Importações de bens, FOB (variação percentual)	8,0	-26,4	21,4	17,2	11,1	3,9	9,5	
Termos de troca (variação percentual)	-28,8	16,7	23,3	7,9	-2,1	1,3	-0,5	
Exportações de bens, FOB (parcela do PIB)	54,2	60,4	64,6	61,3	54,8	50,4	47,2	
Importações de bens, FOB (parcela do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	20,8	21,2	
Reservas internacionais brutas								
Milhões de USD	13.238	19.339	28.396	33.035	33.179	33.898	35.113	
Meses das importações do ano seguinte	4,5	5,3	7,4	7,8	7,7	7,5	7,4	
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	...	...	...	

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Reflecte na sua maioria a recuperação de investimentos no sector de petróleo.

<sup>2</sup> Reflecte na sua maioria as empresas públicas.

Tabela 5. Angola: Cenário Ilustrativo de Médio Prazo, 2009–19<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
					Prel.			Projeções			
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)											
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	2,6	3,2	2,6	2,8	0,0
Setor não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	7,3	7,3	8,0	8,2	8,3
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	7,8	9,7	9,2	10,2	10,8	10,7
Setor petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-1,1	2,6	0,8	1,9	3,3	1,9
Setor não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	13,9	13,9	13,7	14,1	14,0	14,1
Deflator do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3
Deflator do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,1	6,2	5,9	5,7	5,4	5,3
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	7,3	7,0	6,7	6,4	6,3
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,4	7,2	6,9	6,6	6,3	6,3
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.984	12.917	14.167	15.471	17.049	18.899	20.929
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.808	4.933	4.973	5.068	5.235	5.336
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.120	8.109	9.234	10.498	11.981	13.664	15.593
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	131,4	141,8	152,0	164,4	178,8	194,2
Produto interno bruto per capita (USD)	4.081	4.329	5.305	5.706	5.964	6.128	6.418	6.682	6.921	7.223	7.543
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)											
Total da receita	34,5	43,5	48,8	45,9	41,0	37,5	37,0	36,0	34,3	33,2	32,3
D/q: Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,0	27,2	26,5	24,9	22,6	21,1	19,4
D/q: Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,2	8,6	9,1	9,5	9,8	10,4
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,7	41,6	41,2	40,1	38,4	36,9	35,9
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	29,6	29,3	28,8	27,9	26,5	25,9
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,0	12,0	11,9	11,3	10,5	10,4	10,0
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	0,3	-4,1	-4,2	-4,1	-4,1	-3,7	-3,6
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-27,5	-28,9	-27,9	-25,9	-23,4	-21,5	-19,7
Saldo primário não petrolífero/PIB não petrolífero	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8	-38,2	-33,3	-29,7	-26,5
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)											
Massa monetária (M2)	62,6	14,0	33,5	8,4	15,3	21,4	19,8	15,7	11,8	10,3	14,1
Percentagem do PIB	38,5	34,6	35,9	34,5	36,5	41,1	44,9	47,6	48,3	48,0	49,5
Velocidade (PIB/M2)	2,6	2,9	2,8	2,9	2,7	2,4	2,2	2,1	2,1	2,1	2,0
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5
Crédito ao setor privado											
Variação percentual em 12 meses	59,5	25,0	30,4	24,2	10,9	15,2	17,7	24,4	27,2	16,0	19,1
Percentagem do PIB	21,2	20,9	21,1	23,3	23,7	25,4	27,2	31,0	35,8	37,4	40,3
Percentagem do PIB não petrolífero	38,1	37,8	40,2	42,8	39,9	40,4	41,7	45,7	50,9	51,8	54,1
<b>Balança de pagamentos</b>											
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,2	40,1	45,2	40,7	33,6	29,6	26,0	22,2	20,0	17,3	16,7
Exportações, FOB (percentagem do PIB)	54,2	60,4	64,6	61,3	54,8	50,4	47,2	43,6	40,6	37,9	35,9
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,8	58,8	62,3	60,1	53,7	49,4	46,1	42,5	39,5	36,9	34,9
Importações, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	20,8	21,2	21,3	20,6	20,6	19,3
Termos de troca (variação percentual)	-28,8	16,7	23,3	7,9	-2,1	1,3	-0,5	-3,8	-2,8	-2,0	-0,5
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-9,9	8,1	12,6	11,7	5,5	4,1	2,0	-0,1	0,2	-0,6	-0,3
Reservas internacionais brutas (fim do p., mil milhões de USD)	13,2	19,3	28,4	33,0	33,2	33,9	35,1	32,3	32,5	32,1	32,3
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	4,5	5,3	7,4	7,8	7,7	7,5	7,4	6,9	6,6	6,4	6,5
<b>Taxa de câmbio</b>											
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,5	...	...	...	...	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)											
Total da dívida (bruta) do setor público	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8	40,3	43,0	43,6	45,6
<b>Petróleo</b>											
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.809	1.758	1.660	1.735	1.716	1.656	1.700	1.755	1.800	1.850	1.850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,9	48,5	64,8	69,3	66,7	64,9	65,4	64,6	64,9	65,9	67,9
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	110,3	110,9	107,3	107,9	106,1	101,7	99,1	97,8	97,8
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	61,9	79,6	111,0	112,0	109,1	108,2	106,1	101,7	99,1	97,8	97,8
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril)	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	106,1	102,8	98,5	95,9	94,5	93,6

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup>Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013.

**Tabela 6. Angola: Indicadores de Estabilidade Financeira, dezembro de 2010–maio de 2014**  
(Porcentagem)

	Dez-10	Mar-11	Jun-11	Set-11	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Set-12	Dez-12	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Mar-14	Mai-14
<b>Adequação dos fundos próprios</b>															
Rácio de solvência = FPR/APR+ (ECRC/0,10)	18,6	19,2	14,9	14,5	18,5	19,2	18,7	18,7	18,3	18,6	18,0	18,0	19,5	22,5	22,2
Fundos próprios de base (tier 1)/ativos ponderados pelo risco	17,9	18,9	14,6	14,2	14,3	14,8	14,3	14,0	13,6	13,7	13,7	12,9	14,3	16,4	16,0
<b>Qualidade dos ativos</b>															
Créditos em moeda estrangeira/total do crédito	64,9	63,3	60,0	52,6	50,9	50,5	47,5	44,7	42,7	41,4	41,3	40,6	37,8	36,9	35,8
Crédito vencido/total do crédito	8,6	8,6	7,2	2,5	2,4	2,5	5,5	6,9	6,8	5,5	6,3	6,1	9,7	5,4	5,6
(Crédito vencido - provisões para créditos vencidos)/Capital de base	24,0	27,4	24,5	4,0	2,8	4,6	13,4	15,8	11,6	6,9	9,5	8,9	22,3	6,8	10,2
<b>Distribuição setorial do crédito</b>															
Crédito ao setor público/total do crédito	4,4	6,7	7,1	7,9	5,4	3,7	5,5	7,1	5,7	3,4	3,9	4,3	3,7	3,8	3,9
Crédito ao setor privado/total do crédito	95,6	93,3	92,9	92,1	94,6	96,3	94,5	92,9	94,3	96,6	96,1	95,7	96,3	96,2	96,1
<b>Lucros e rentabilidade</b>															
Rendibilidade do ativo (ROA)	3,0	0,8	1,5	1,9	2,6	0,6	1,0	1,4	1,6	0,3	0,7	1,1	1,4	0,3	0,4
Rendibilidade do capital (ROE)	32,1	8,6	16,0	20,2	21,6	4,7	7,8	10,9	12,5	2,4	5,9	8,5	10,9	2,5	3,2
Total dos custos/Total dos rendimentos	84,0	83,8	80,6	81,9	90,2	96,8	97,8	99,3	99,4	99,7	99,7	99,5	99,6	99,9	99,9
Taxa de juro s/empr. - taxa de juro s/dep. à vista (diferencial)	16,1	16,9	17,4	17,9	9,1	12,8	14,5	11,1	13,3	7,5	13,5	12,9	13,9	12,4	15,0
Taxa de juro sobre a poupança	1,7	6,6	7,0	7,1	8,6	7,3	5,9	6,8	7,0	6,7	7,2	5,5	4,1	4,9	5,0
Resultados líquidos de juros/margem bruta de intermediação	68,2	68,2	67,6	65,0	67,3	64,3	61,6	60,9	59,8	67,3	62,4	61,0	62,5	65,0	65,2
<b>Liquidez</b>															
Ativos líquidos/total do ativo	32,0	32,8	30,3	31,5	28,1	27,6	25,9	26,1	26,3	25,9	28,8	28,2	30,1	30,6	31,4
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	38,6	39,3	36,3	37,9	35,4	36,1	33,2	32,4	33,7	33,7	37,2	35,8	36,9	37,3	38,6
Total do crédito/total de depósitos	60,6	62,6	62,6	61,4	59,5	59,0	62,5	63,4	65,5	66,8	63,5	64,3	63,3	62,1	60,3
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	53,7	56,8	55,7	53,2	53,6	53,4	50,3	51,4	50,7	38,5	50,5	45,6	43,0	41,4	41,9
<b>Sensibilidade e variações do mercado</b>															
Posição aberta líquida em ME/fundos próprios	4,5	7,9	12,5	13,3	21,1	-1,0	1,1	5,8	7,0	4,6	14,6	20,7	16,4	11,9	11,1
Número de bancos declarantes durante o período	20	20	18	21	22	22	21	22	22	22	22	22	22	23	23

Fonte: Autoridades angolanas.

Tabela 7. Angola: Dívida Externa e Pública, 2009–19

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
							Projeções					
<b>Dívida (Mil milhões de USD)</b>												
Total da dívida privada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Total da dívida pública	37,7	32,8	33,5	34,1	42,9	48,1	55,0	61,3	70,6	78,0	88,5	
Curto prazo	12,0	6,0	7,3	3,7	3,4	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	
Médio e longo prazo	25,7	26,8	26,2	30,5	39,5	45,3	52,2	58,5	67,7	75,1	85,6	
Interna	22,4	15,0	12,5	11,4	15,5	15,3	16,7	17,0	15,8	15,8	17,0	
Curto prazo	11,8	5,9	7,2	3,6	3,3	2,7	2,7	2,6	2,6	2,5	2,5	
Médio e longo prazo	10,6	9,1	5,3	7,8	12,2	12,6	14,1	14,4	13,3	13,3	14,5	
Externa	15,2	17,9	21,1	22,7	27,4	32,9	38,3	44,3	54,8	62,2	71,5	
Curto prazo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	
Médio e longo prazo	15,0	17,7	21,0	22,6	27,3	32,8	38,1	44,1	54,4	61,8	71,1	
<i>D/q: Sonangol</i>	5,3	7,4	9,6	8,9	13,3	12,4	12,1	12,9	14,1	15,1	15,8	
<b>Dívida (Porcentagem do PIB)</b>												
Total da dívida privada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Total da dívida pública	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8	40,3	43,0	43,6	45,6	
Curto prazo	15,9	7,3	7,0	3,2	2,7	2,1	2,0	1,9	1,8	1,6	1,5	
Médio e longo prazo	34,0	32,5	25,2	26,4	31,8	34,5	36,8	38,5	41,2	42,0	44,1	
Interna	29,7	18,1	12,0	9,9	12,5	11,6	11,8	11,2	9,6	8,8	8,7	
Curto prazo	15,7	7,2	6,9	3,1	2,7	2,1	1,9	1,7	1,6	1,4	1,3	
Médio e longo prazo	14,1	11,0	5,1	6,8	9,9	9,6	9,9	9,4	8,1	7,4	7,5	
Externa	20,2	21,7	20,2	19,7	22,1	25,0	27,0	29,2	33,3	34,8	36,8	
Curto prazo	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	
Médio e longo prazo	19,9	21,5	20,1	19,6	22,0	24,9	26,9	29,0	33,1	34,6	36,6	
<i>D/q: Sonangol</i>	7,0	9,0	9,2	7,7	10,7	9,4	8,5	8,5	8,6	8,4	8,1	

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

## Apêndice I. Melhoria do Ambiente de Negócios<sup>1</sup>

Este Apêndice resume as reformas estruturais do governo para melhorar o ambiente de negócios e desenvolver o setor privado. As reformas estão agrupadas em três áreas: quadro institucional e jurídico; diversificação económica; e apoio aos empreendedores nacionais e à produção local.

### Avaliação do ambiente de negócios

**1. O ambiente de negócios em Angola melhorou nos últimos anos, mas ainda há muito a fazer** (Figura 1). Na edição de 2014 do relatório *Doing Business* do Banco Mundial, Angola está entre os países que mais realizaram melhorias desde 2005. Contudo, muito ainda precisa ser feito. Angola continua a apresentar uma classificação ruim em diversos índices. O relatório do Banco Mundial de 2014 posiciona Angola em 179º lugar entre 189 países. Dentre as variadas dimensões do índice, o desempenho de Angola é especialmente ruim nos quesitos de resolução de insolvência (189), execução de contratos (187), abertura de empresas (178) e comércio entre fronteiras (169). Igualmente ruim era a posição de Angola no Índice de Competitividade Global de 2013-14 do Fórum Económico Mundial (142ª posição entre 148 países). Os cinco fatores citados pelos respondentes como os mais problemáticos foram a corrupção (19%), uma população ativa pouco qualificada (15%), burocracia governamental ineficiente (15%), pouco acesso ao financiamento (14%) e infraestruturas insuficientes (10%). O fraco desempenho do país no quesito corrupção se repete na classificação ruim de Angola (155ª posição entre 177 países) no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional relativo a 2013.

Angola Banco Mundial, Índice de Facilidade para Fazer Negócios, 2014 Classificação entre um total de 189 países		Angola Foro Económico Mundial Índice de Competitividade Global 2013-14 Factores mas problematicos para fazer negócios Proporção de entrevistados classificando o factor	
Índice Geral	179		
Abertura de empresas	178	Corrupção	18.9
Obtenção de alvarás de construção	65	Força de trabalho inadequadamente treinada	14.9
Obtenção de eletricidade	170	Burocracia governamental ineficiente	14.7
Registro de propriedades	132	Acesso ao financiamento	13.8
Obtenção de crédito	130	Oferta de infraestrutura insuficiente	10.0
Proteção de investidores	80	Ética de trabalho pobre na força de trabalho nacional	7.8
Pagamento de impostos	155	Regulamentações trabalhistas restritivas	5.3
Comércio entre fronteiras	169	Regulamentação de moeda estrangeira	3.1
Execução de contratos	187	Saúde pública deficiente	2.7
Resolução de insolvência	189	Taxa dos Impostos	2.0

<sup>1</sup> Este Apêndice foi elaborado por Nick Staines (AFR).

## Reforma do quadro institucional e jurídico

**2. Aperfeiçoar os quadros institucional e jurídico para apoiar o desenvolvimento do setor privado é uma prioridade chave do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola.** As três principais iniciativas nessa área se referem à desburocratização, facilitação do crédito e incentivo ao investimento privado.

**3. A simplificação dos processos burocráticos** é parte integrante do Programa Angola Investe (ver a seguir) e busca eliminar as barreiras administrativas desnecessárias aos negócios. O programa utiliza o relatório *Doing Business* do Banco Mundial para mapear tais barreiras, definir parâmetros de desempenho e identificar as melhores práticas. O programa já alcançou resultados importantes. A legislação recente reduziu consideravelmente o tempo necessário para a abertura de uma empresa — para dois dias — e o seu custo, de USD 2.800 para USD 120. O custo de um alvará comercial foi reduzido de USD 1.000 para USD 100, e o tempo necessário para obtê-lo baixou de diversos meses para cerca de oito dias. Existem projetos de diplomas que voltarão a reavaliar esses custos, abolindo o requisito de capital mínimo realizado e a necessidade de uma escritura pública lavrada em cartório. Uma nova estrutura de emolumentos reduzirá em cerca de 70% o custo de licenciamento de atividades industriais inferiores a USD 5 milhões. Está prevista para o final de 2014 uma ampla reforma do licenciamento das empresas de construção, com o corte das taxas de licenciamento, introdução da renovação automática de licenças, abolição das licenças para fornecedores de materiais de construção e a fusão dos alvarás para contratos públicos e privados. Noutras áreas, o governo introduziu um sistema eletrónico integrado para racionalizar o comércio e os pagamentos transfronteiriços, o cadastramento obrigatório de todos os comerciantes e uma nova licença para essas transações.

**4. O Programa de Facilitação do Acesso ao Crédito** reúne diversos órgãos governamentais visando a implementação de medidas para reduzir os entraves ao crescimento do crédito às empresas. O programa atua em três frentes. As medidas relativas ao quadro jurídico e institucional visam simplificar o registo dos direitos de propriedade, clarificar os direitos fundiários, criar um cadastro público das garantias de crédito prestadas, introduzir alternativas às hipotecas que se adaptem ao contexto local, aperfeiçoar os processos e simplificar as exigências legais para a execução de garantias, melhorar e alargar o uso da Central de Informação e Risco de Crédito do BNA, e aumentar a eficácia dos pagamentos do Estado aos fornecedores. As medidas na vertente da oferta buscam fomentar o crédito à agricultura, desenvolver produtos de crédito com diferentes maturidades, apoiar o crédito à habitação, promover consórcios de crédito para financiar projetos nacionais de grande envergadura e promover as atividades de *leasing*, *factoring* e *renting*. As medidas na vertente da procura buscam melhorar as práticas escriturais das empresas (em especial das pequenas e médias empresas), promover o desenvolvimento do seguro agrícola, incentivar a bancarização e aumentar a educação financeira.

**5. A Lei de Investimento Privado** foi revista em 2012. A lei revista concede incentivos aos investimentos superiores a USD 1 milhão, sujeitos a aprovação e negociação com a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) e cobrindo a repatriação de capital e as deduções fiscais mediante a análise caso-a-caso. Os benefícios mais generosos são oferecidos aos investimentos no setor não petrolífero e nas regiões menos desenvolvidas. Os investimentos entre USD 10 milhões e USD 50 milhões devem ser aprovados pelo Conselho de Ministros, e os investimentos superiores a USD 50 milhões exigem a aprovação do Presidente. Os investidores



estrangeiros podem formar empresas detidas a 100% em diversos setores, mas muitas vezes são incentivados, porém não obrigados, a forjar parcerias locais.

6. O Governo segue uma política de incentivo à **Angolanização** dos quadros de funcionários das empresas e ao uso de fornecedores locais. Os regulamentos laborais restringem a contratação de expatriados a 30% da força de trabalho das empresas e proíbem a discriminação na remuneração de cargos e responsabilidades semelhantes. Da mesma forma, embora não exista a discriminação contra as empresas estrangeiras, em geral as empresas com participação angolana são favorecidas. **A Lei de Fomento ao Empresariado Privado Angolano** concede tratamento preferencial às empresas angolanas na adjudicação de contratos públicos, e somente as empresas com participação angolana maioritária podem beneficiar dos incentivos do Programa Angola Investe.

### Diversificação da economia

7. **A diversificação da economia é essencial para o desenvolvimento de Angola.** O governo concentrou-se na melhoria do ambiente de negócios, através da consolidação da estabilidade macroeconómica e da construção de infraestruturas. O Plano Nacional de Desenvolvimento passou a dar mais ênfase à coordenação de investimentos públicos e privados para desenvolver agrupamentos industriais (*clusters*) e redes empresariais, com três dimensões complementares que agregam iniciativas específicas:

- Primeiro, na base da estratégia, procura-se criar **Ligações Transversais**, que consistem de iniciativas específicas para a diversificação estratégica ou outros programas, como o de desburocratização.
- Segundo, no nível intermédio, encontram-se os **Projetos Estruturantes** para alterar a estrutura das cadeias de produção em setores específicos. Tais projetos são organizados em torno dos *clusters* económicos identificados no Plano Nacional de Desenvolvimento, nomeadamente alimentação e agro-indústria, atividades extrativas, petróleo e gás, habitação, serviços, água e energia, transportes e logística.
- Terceiro, no nível superior, encontra-se o programa de **Projetos para Acelerar a Diversificação**, em apoio a projetos que possam estimular o investimento ao longo da cadeia de valor. Esse potencial é avaliado com base na dimensão do projeto, sua possível função como âncora num *cluster* ou cadeia de produção, externalidades positivas, ou transferência de conhecimentos. Até à altura, foram identificados 45 projetos.

8. Para estimular o investimento internacional que contribua para a diversificação, o governo lançou recentemente o **Programa de Deslocalização e Internacionalização de Empresas para Angola**, que busca atrair o investimento estrangeiro de empresas tecnologicamente avançadas que tenham sido negativamente afetadas pela economia mundial mas que possam beneficiar do ingresso num mercado em rápida expansão como o de Angola. Para apoiar tais investimentos, o governo pode ajudar a identificar infraestruturas e facilitar a desburocratização administrativa.

### Apoio ao empresariado nacional e à produção local

9. **O Programa Investe Angola**, lançado em janeiro de 2013, é a peça-chave da política do governo de fomento à produção interna, com foco nas pequenas e médias empresas. Para reduzir

os entraves administrativos, o Angola Investe lançou a já citada iniciativa de simplificação dos processos burocráticos. Para beneficiar dos incentivos do Programa, as empresas têm de comprovar que pelo menos 75% do seu capital é detido por cidadãos angolanos, e devem obter a certificação junto ao Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM). Cerca de 8 mil empresas foram certificadas até à altura.

- Para facilitar o **acesso ao crédito**, o orçamento destina USD 1,5 mil milhões ao financiamento de bonificações de juros ou garantias de até 70% dos empréstimos concedidos através dos bancos em determinados setores. Até meados de 2014, haviam sido aprovados mais de USD 520 milhões em empréstimos para 270 projetos.
- O Angola Investe prevê **serviços educacionais e de consultoria aos empreendedores** através do INAPEM. Desde janeiro de 2014, o INAPEM ofereceu formação sobre a abertura de uma empresa a mais de 22 mil empreendedores, e serviços de consultoria a 93 empresas.
- **A Iniciativa de Apoio Institucional** no âmbito do Angola Investe exige que as entidades públicas destinem até 25% dos seus orçamentos a empresas certificadas pelo INAPEM. As empresas certificadas podem beneficiar de impostos 10% mais baixos, para além de outros benefícios fiscais.
- O Angola Investe fornece também **apoio a setores estratégicos assim designados**, como a produção de ovos, frangos e leite. A produção de ovos triplicou desde janeiro de 2013 e Angola está a se aproximar da autossuficiência. Estão a ser implementados projetos de grande envergadura para expandir a avicultura. A viabilidade da produção de leite em pequena escala está a ser avaliada.
- O Angola Investe lançou a marca **'Feito em Angola'** para a produção local. Até à altura, 54 empresas aderiram ao programa, num total de 387 produtos.

**10.** O governo está igualmente empenhado em apoiar o **setor das cooperativas**, e o Angola Investe inclui iniciativas nesse sentido. Uma Lei das Cooperativas será submetida em breve à Assembleia Nacional, tendo beneficiado de consultas amplas com o setor privado e do apoio deste.

**11.** Por último, o Angola Investe inclui ainda o estímulo às **Zonas Económicas Especiais (ZEE)**. O quadro jurídico que regula as ZEE está quase concluído, e posiciona as ZEE com áreas providas de infraestruturas da mais alta qualidade para o desenvolvimento de atividades industriais ou agroindustriais, com serviços públicos dedicados a reduzir a burocracia e aumentar a transparência, e sujeitas a regulamentos mais flexíveis (nos domínios laboral e aduaneiro) para criar empresas competitivas que produzam produtos que venham a substituir as importações. Já foi estabelecida em Luanda uma ZEE de grande envergadura, mas esta ainda necessita de financiamento adicional, para além de algumas questões pendentes ainda por resolver.



# ANGOLA

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2014 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

14 de agosto de 2014

Aprovado por  
**David Robinson e Bob Traa**

Elaborado pelo corpo técnico do Fundo Monetário  
Internacional.

*As dívidas pública e externa de Angola estão a crescer mas continuam sustentáveis. A dívida pública bruta aumentou cerca de 5 pontos percentuais em 2013, ascendendo a 35% do PIB no final de 2013, sobretudo em razão dos empréstimos externos contraídos pela Sonangol, a companhia petrolífera do Estado; a dívida pública líquida do país era mais reduzida, totalizando 21% do PIB. A trajetória projetada da dívida pública de Angola é sustentável, embora apresente vulnerabilidades. Projeta-se que a dívida pública bruta alcance os 45% do PIB em 2019 em vista dos consideráveis défices orçamentais projetados num futuro previsível. Tal trajetória é vulnerável a choques do PIB real e das taxas de juro. A dívida externa bruta de Angola, que situava-se nos 22% do PIB no final de 2013, deve ascender a 37% do PIB em 2019, segundo as projeções.*

## ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

**A dívida pública de Angola está estimada em 35% do PIB ao final de 2013.** As estatísticas da dívida pública abrangem o governo central, as entidades públicas e a dívida externa das empresas estatais do petróleo e de transporte aéreo (Sonangol e TAAG, respetivamente).<sup>1</sup> Verificou-se um aumento de 5 p.p. do PIB na dívida pública em 2013 em relação a 2012, que se explica sobretudo pelo acréscimo de cerca de 1 p.p. na dívida interna de curto prazo e de 3 p.p. na dívida externa da Sonangol.

**O corpo técnico estima que a dívida pública líquida situava-se em 21% do PIB no final de 2013.** Angola acumulou um volume significativo de bens públicos nos últimos anos. A dívida líquida é calculada excluindo-se da dívida bruta o valor dos ativos financeiros disponíveis. Tais ativos encontram-se em dois fundos: o Fundo do Petróleo/Fundo Soberano de Angola (FSDEA)<sup>2</sup> e o Fundo de Reserva do Tesouro no BNA.

**O crescimento da dívida de curto prazo e da dívida expressa em moeda estrangeira (como percentagem da dívida total) precisa de ser monitorizado atentamente.** Conforme ilustrado no mapa de tensão financeira, tais indicadores encontram-se acima dos níveis de adequação (por uma pequena margem no caso da dívida em moeda estrangeira). As autoridades precisam de moderar o uso dos Bilhetes do Tesouro (dívida de curto prazo), privilegiando a dívida de médio e longo prazo. Os riscos decorrentes da grande parcela da dívida expressa em moeda estrangeira são, porém, baixos, pois a principal fonte de receita orçamental das autoridades — o petróleo — também é expressa em moeda estrangeira.

**O corpo técnico estima que haverá um aumento persistente da dívida pública no médio prazo devido aos défices orçamentais projetados num futuro previsível.** Em 2014, prevê-se que o défice orçamental global ascenda a 4% do PIB. Nos próximos anos, a estimativa é que o governo central continue a apresentar uma posição deficitária, devido sobretudo ao abrandamento da receita do petróleo e também à implementação da ambiciosa agenda de investimento prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento. Com a persistência dos défices orçamentais, e a despeito do sólido crescimento económico, estima-se que o rácio entre a dívida pública e o PIB aumente para cerca de 45% até 2019.

**Prevê-se um aumento dos custos dos juros.** No passado, os custos dos juros eram baixos porque Angola utilizava como fonte de financiamento os atrasados de despesas (a uma taxa de juro zero) e as linhas de crédito bilaterais (com taxas de juro baixas). Com o abrandamento das receitas do petróleo e necessidades elevadas de financiamento, o país passaria a depender mais do

<sup>1</sup> Tal como reportado como dívida pública no Boletim da Dívida Pública do MINFIN.

<sup>2</sup> O Fundo do Petróleo foi criado em março de 2011 pelo Decreto Presidencial 48/11. Em junho de 2013, passou a ser denominado Fundo Soberano de Angola (FSDEA). Os ativos do FSDEA no final de 2013 eram constituídos por depósitos bancários.

financiamento de mercado e, por conseguinte, enfrentaria custos de financiamento progressivamente mais elevados nos próximos anos.

**A trajetória de base da dívida é altamente vulnerável a choques do PIB real e das taxas de juro.** Os testes de esforço mostram que a trajetória da dívida é altamente sensível a choques do PIB real e das taxas de juro. Conforme discutido no relatório do corpo técnico sobre a consulta de 2014 ao abrigo do Artigo IV, o ciclo económico angolano historicamente apresenta uma elevada correlação com os preços do petróleo. Por conseguinte (e como se verificou no passado) um forte declínio dos preços do petróleo poderia facilmente desencadear uma acentuada desaceleração ou recessão económica. Nesse cenário de tensão, a dívida passaria a apresentar uma forte trajetória ascendente. Para além disso, dadas as necessidades alargadas de financiamento, um aumento das taxas de juro também colocaria a dívida numa trajetória mais elevada.

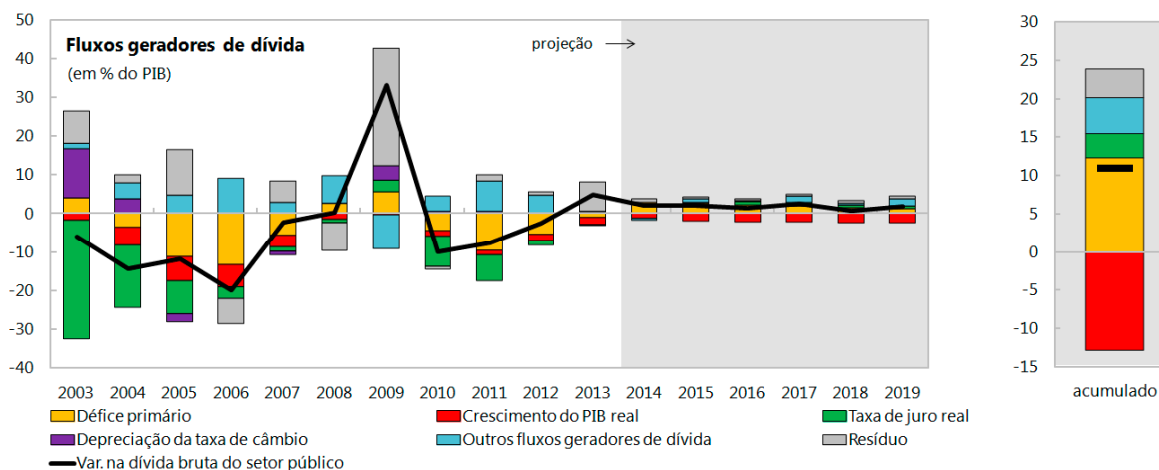
## Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) do Setor Público – Cenário de Base (Como percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

### Indicadores económicos, da dívida e de mercado <sup>1/</sup>

	Efetivo			Projeções						Em 30 de maio de 2014		
	2003-2011 <sup>2/</sup>	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Spreads soberanos		
Dívida pública bruta nominal	36,4	29,6	34,6	36,6	38,8	40,3	43,0	43,6	45,6	EMBIG (pb) <sup>3/</sup>	295	
Nec. bruta de financiamento público	3,0	-3,1	1,3	11,4	10,8	10,9	11,0	9,4	10,3	5A CDS (pb)	n.a.	
Dívida pública líquida	36,4	18,5	21,2	21,4	22,9	24,8	28,5	28,6	30,8			
Cresc. do PIB real (em %)	11,3	5,2	6,8	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2	Ratings	Externo	Local
Inflação (deflador do PIB, em %)	26,2	7,1	1,9	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3	Moody's	Ba3	Ba3
Cresc. do PIB nominal (em %)	40,1	12,6	8,8	7,8	9,7	9,2	10,2	10,8	10,7	S&Ps	BB-	BB-
Taxa de juro efetiva (em %) <sup>4/</sup>	6,9	3,3	3,0	3,7	4,4	5,5	6,2	5,9	6,1	Fitch	BB-	BB-

### Contribuição para a Variação da Dívida Pública

	Efetivo			Projeções						Acumul.	Saldo primário que estabiliza a dívida <sup>9/</sup>
	2003-2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Var. na dívida bruta do setor público	-4,3	-2,6	5,0	2,0	2,2	1,5	2,6	0,7	1,9	11,0	
Fluxos geradores de dívida identificados	-9,4	-3,6	-2,6	1,1	1,8	1,0	2,1	0,1	1,3	7,3	
Défice primário	-4,0	-5,6	-1,2	2,9	2,7	2,2	1,9	1,4	1,2	12,2	0,1
Rec. primária (excl. juros) e donativos	43,6	45,9	41,1	37,5	37,0	36,0	34,3	33,2	32,3	210,3	
Despesa primária (excl. juros)	39,6	40,3	39,9	40,4	39,7	38,2	36,1	34,6	33,5	222,5	
Dinâmica automática da dívida <sup>5/</sup>	-8,9	-2,5	-1,2	-1,3	-1,8	-1,3	-1,5	-1,9	-1,8	-9,6	
Diferencial taxa de juro/crescimento <sup>6/</sup>	-10,9	-2,6	-1,6	-1,3	-1,8	-1,3	-1,5	-1,9	-1,8	-9,6	
D/q: taxa de juro real	-8,0	-1,2	0,3	-0,1	0,2	0,9	0,9	0,7	0,6	3,2	
D/q: crescimento do PIB real	-2,9	-1,5	-1,8	-1,3	-2,0	-2,2	-2,4	-2,6	-2,5	-12,9	
Depreciação da taxa de câmbio <sup>7/</sup>	2,0	0,1	0,3	...	...	...	...	...	...	...	
Outros fluxos geradores de dívida ident.	3,6	4,5	-0,2	-0,5	0,8	0,1	1,7	0,6	1,9	4,7	
Uso dos depósitos (negativo)	3,4	4,4	-0,2	-0,5	0,8	0,1	1,7	0,6	1,9	4,6	
Passivos contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Especif. (2) (p. ex., ESM e empr. z. euro)	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	
Resíduo, incl. variação do ativo <sup>8/</sup>	5,1	1,0	7,6	0,9	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	3,7	



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ O setor público é definido como o Governo central e as empresas públicas.

2/ Com base nos dados disponíveis.

3/ EMBIG.

4/ Definida como os pagamentos de juros divididos pelo stock da dívida (excl. garantias) no final do ano anterior.

5/ Calculada como  $[(r - \pi(1+g) - g + ae(1+r)] / (1+g + \pi + g\pi)$  multip. pelo rácio da div. do per. anterior, sendo  $r$  = taxa de juro;  $\pi$  = taxa de cresc. do deflador do PIB;  $g$  = taxa de cresc. do PIB real;  $a$  = a parcela da dívida expressa em moeda estrangeira e  $e$  = a depreciação da taxa de câmbio nominal (medida pelo aumento do valor do USD em moeda nacional).

6/ O contributo da taxa de juro real é derivado do numerador da nota 5 como  $r - \pi(1+g)$  e o contributo do crescimento real como  $-g$ .

7/ O contributo da taxa de câmbio é derivado do numerador da nota 5 como  $ae(1+r)$ .

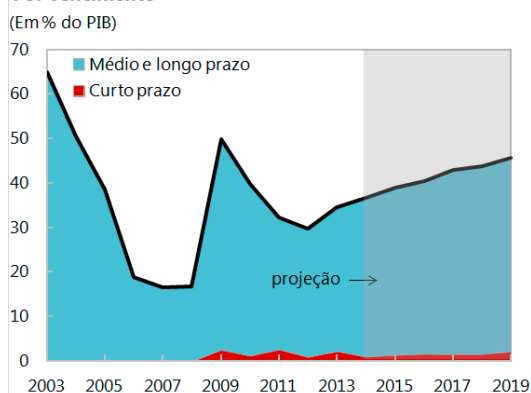
8/ Inclui variações no ativo e receitas de juros (se houver). Para as projeções, inclui variações nas taxas de câmbio durante o período das projeções.

9/ Presume que as principais variáveis (cresc. do PIB real, taxa de juro real e outros fluxos geradores de dívida identificados) permaneçam no nível do último ano das projeções.

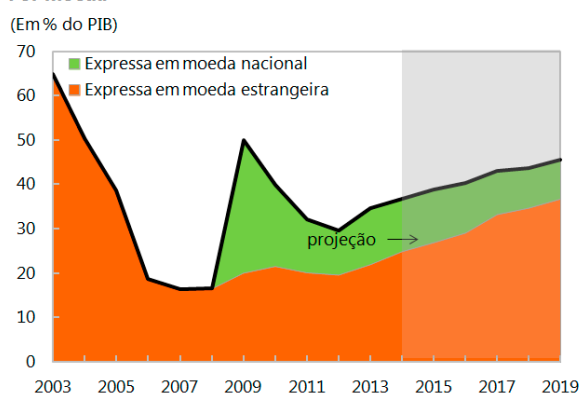
## Angola: ASD do Setor Público – Composição da Dívida Pública e Cenários Alternativos

### Composição da dívida pública

#### Por vencimento



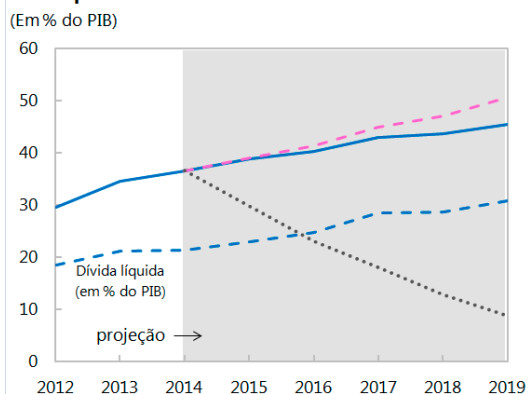
#### Por moeda



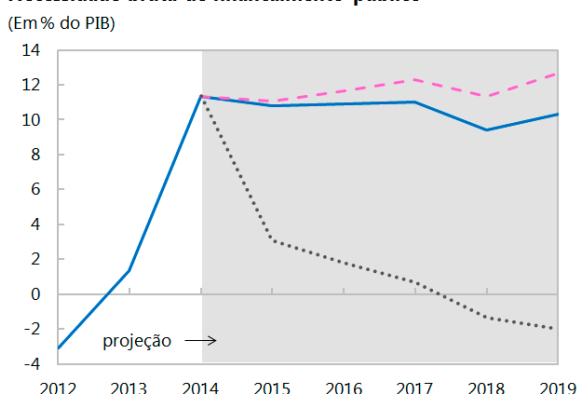
### Cenários alternativos

— Base      ..... Histórico      - - - - - Saldo primário constante

#### Dívida pública bruta nominal



#### Necessidade bruta de financiamento público



### Pressupostos subjacentes (em percentagem)

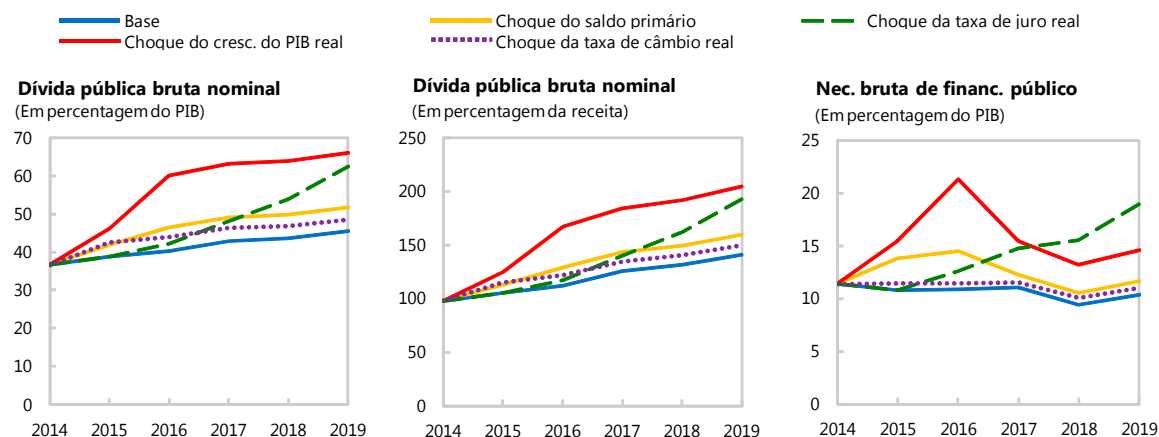
Cenário de base	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cresc. do PIB real	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2
Inflação	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	-2,7	-2,2	-1,9	-1,4	-1,2
Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	5,5	6,2	5,9	6,1
Cenário de saldo primário constante	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cresc. do PIB real	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2
Inflação	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	-2,9	-2,9	-2,9	-2,9	-2,9
Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	5,5	6,2	5,9	6,2

Cenário histórico	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cresc. do PIB real	3,9	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8
Inflação	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	4,7	4,7	4,7	4,7	4,7
Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	4,3	4,2	2,2	1,8

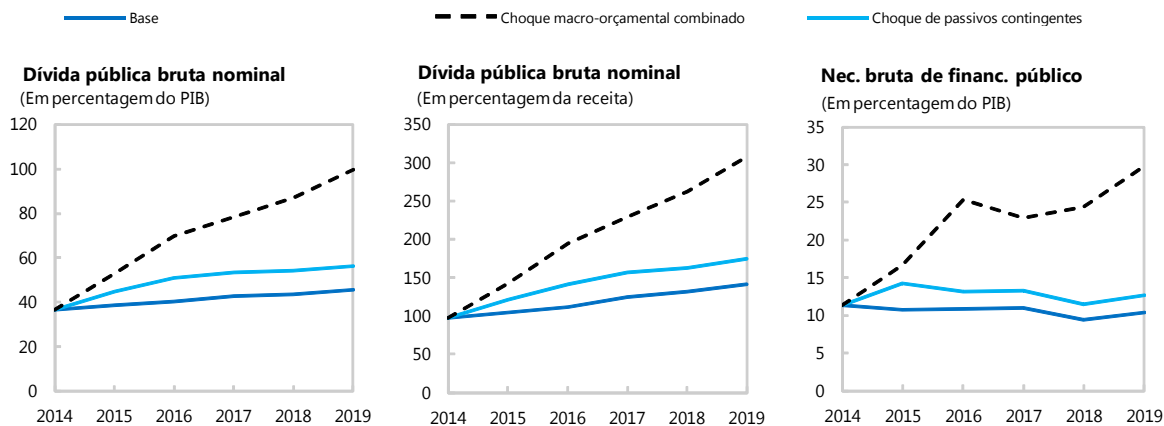
Fonte: Corpo técnico do FMI.

## Angola: ASD do Setor Público – Testes de Esforço

## Testes de Esforço Macro-Orçamental



## Testes de esforço adicionais

Pressupostos subjacentes  
(Em percentagem)

Choque do saldo primário	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Choque do cr. do PIB real	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento do PIB real	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2	Crescimento do PIB real	3,9	-1,7	-1,5	6,5	6,7	6,2
Inflação	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3	Inflação	3,7	1,6	1,0	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	-5,6	-5,2	-1,9	-1,4	-1,2	Saldo primário	-2,9	-6,6	-10,0	-1,9	-1,4	-1,2
Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	5,8	6,6	6,3	6,4	Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	5,8	7,1	6,7	6,8
<b>Choque de taxa de juro real</b>							<b>Choque da taxa de câmbio real</b>						
Crescimento do PIB real	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2	Crescimento do PIB real	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2
Inflação	3,7	3,5	2,9	3,5	3,8	4,3	Inflação	3,7	9,9	2,9	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	-2,7	-2,2	-1,9	-1,4	-1,2	Saldo primário	-2,9	-2,7	-2,2	-1,9	-1,4	-1,2
Taxa de juro efetiva	3,7	4,4	10,3	15,0	18,0	20,1	Taxa de juro efetiva	3,7	5,1	5,3	6,0	5,8	6,0
<b>Choque combinado</b>							<b>Choque de passivos contingentes</b>						
Crescimento do PIB real	3,9	-1,7	-1,5	6,5	6,7	6,2	Crescimento do PIB real	3,9	-1,7	-1,5	6,5	6,7	6,2
Inflação	3,7	1,6	1,0	3,5	3,8	4,3	Inflação	3,7	1,6	1,0	3,5	3,8	4,3
Saldo primário	-2,9	-6,6	-10,0	-1,9	-1,4	-1,2	Saldo primário	-2,9	-5,1	-2,2	-1,9	-1,4	-1,2
Taxa de juro efetiva	3,7	5,1	10,8	15,8	18,5	20,4	Taxa de juro efetiva	3,7	5,0	5,7	6,3	6,0	6,2

Fonte: Corpo técnico do FMI.



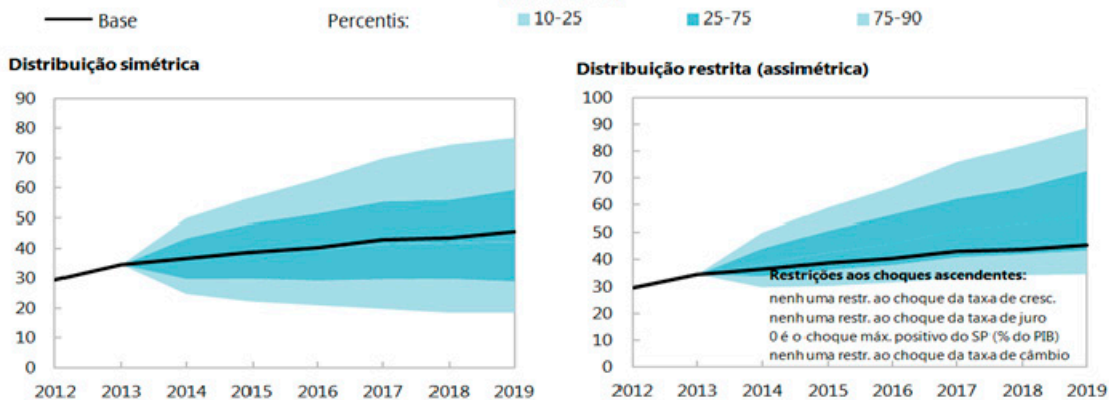
## Angola: ASD do Setor Público – Avaliação do Risco

### Mapa de tensão financeira

Nível de endividamento <sup>1/</sup>	Choque do cresc. do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivos contingentes
Necessidades finan. brutas <sup>2</sup>	Choque do cresc. do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivos contingentes
Perfil da dívida <sup>3/</sup>	Percepção do mercado	Nec. de financiamento externo	Var. na parcela da dívida de c/p	Dívida pública detida por não residentes	Dívida em moeda estrangeira

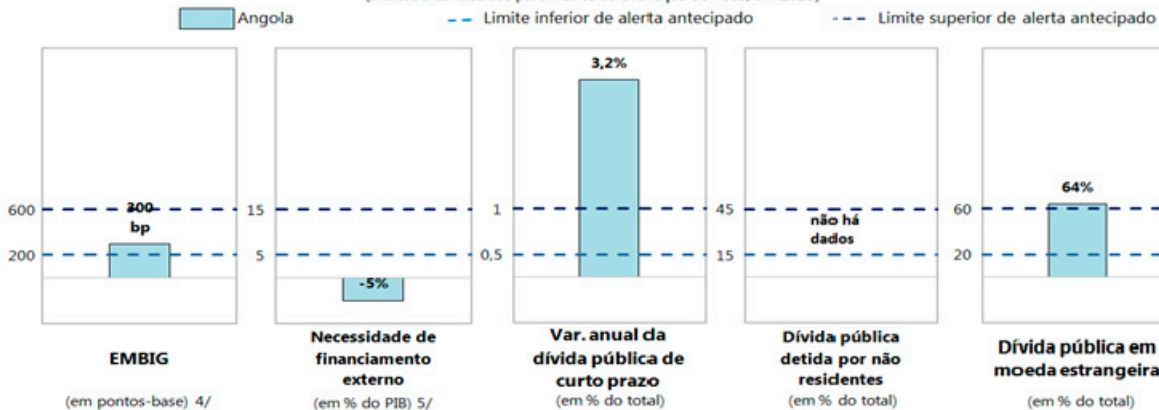
### Evolução das densidades preditivas da dívida pública bruta nominal

(Em % do PIB)



### Vulnerabilidades do perfil da dívida

(Indicadores face aos parâmetros da avaliação do risco, em 2013)



Fonte: Corpo técnico do FML

1/ A célula é destacada em verde se o parâmetro de endividamento de 70% não for ultrapassado no cenário de base ou de choque específico; em amarelo se a ultrapassagem ocorrer no cenário de choque específico mas não no de base, em vermelho se o parâmetro for ultrapassado no cenário de base e em branco se o teste de esforço não for pertinente.

2/ A célula é destacada em verde se o parâmetro de necessidade financeira bruta de 15% não for ultrapassado no cenário de base ou de choque específico; em amarelo se a ultrapassagem ocorrer no cenário de choque específico mas não no de base, em vermelho se o parâmetro for ultrapassado no cenário de base e em branco se o teste de esforço não for pertinente.

3/ A célula é destacada em verde se o valor correspondente ao país for mais baixo do que o limite inferior de avaliação do risco; em vermelho se tal valor for mais alto do que o limite superior de avaliação de risco, em amarelo se tal valor estiver entre os limites inferior e superior de avaliação do risco. Se não houver dados disponíveis ou se o indicador não for pertinente, a célula fica em branco.

Os limites inferior e superior do parâmetro de avaliação do risco são:

200 e 600 pontos-base para os diferenciais das obrigações; 5 e 15% do PIB para a necessidade de financiamento externo; 0,5 e 1% para a variação da parcela da dívida de curto prazo; 15 e 45% para a dívida pública detida por não residentes; e 20 e 60% para a parcela da dívida expressa em moeda estrangeira.

4/ EMBIG, média dos últimos 3 meses, 01/03/14 a 30/05/14.

5/ Define-se a necessidade de financiamento externo como a soma do défice da conta corrente, amortização do total da dívida externa de médio e longo prazo e total da dívida externa de curto prazo no final do período anterior.

## ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

**A posição da dívida externa de Angola parece ser sustentável.** No cenário de base, a dívida externa sobe de 22% do PIB em 2013 para 37% do PIB em 2019. O mais significativo entre os diversos choques-padrão é o choque da conta corrente (que representa um declínio nas exportações de petróleo). Nesse cenário de choque, presume-se que o saldo da conta corrente seja um desvio-padrão inferior ao do cenário de base, o que poderia constituir um choque de grande magnitude em vista da volatilidade recente. Nesse cenário, o rácio dívida externa/PIB subiria para 61% em 2019. O segundo choque mais significativo é o choque de depreciação real, que presume uma depreciação real e pontual de 30% da moeda nacional em 2015. Nesse cenário, o rácio dívida externa/PIB subiria para 54% em 2019. Os choques da taxa de juro e do produto teriam efeitos menos pronunciados.

**Não obstante as medidas que estão a ser tomadas pelas autoridades para recolher estatísticas sobre a dívida do setor privado, Angola ainda não dispõe de dados sobre esse tipo de dívida.** Por este motivo, até à altura, a análise de sustentabilidade da dívida externa de Angola refere-se apenas à dívida externa do setor público, incluindo as duas empresas estatais (Sonangol e TAAG).

**Angola: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, 2009-2019**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo					Projeções						Conta corrente excl. juros que estabiliza a dívida 6/ 0,4		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
<b>Base: Dívida externa</b>	20,2	21,7	20,2	19,7	22,1	<b>25,0</b>	<b>27,0</b>	<b>29,2</b>	<b>33,3</b>	<b>34,8</b>	<b>36,8</b>			
Variação da dívida externa	3,5	1,5	-1,4	-0,5	2,3	2,9	2,0	2,2	4,2	1,5	2,0			
Fluxos externos geradores de dívida identificados (4+8+9)	8,9	-4,3	-12,2	-5,3	-0,4	-0,3	-1,1	2,0	2,6	0,6	0,3			
Défice da conta corrente, excluindo pagamentos de juros	9,4	-8,6	-13,1	-12,2	-5,6	-4,7	-3,0	-0,9	-1,4	-0,7	-1,0			
Défice da balança de bens e serviços	0,4	-18,4	-23,2	-22,2	-15,1	-12,4	-9,9	-7,3	-7,2	-6,0	-6,0			
Exportações	55,0	61,4	65,4	61,9	55,8	51,5	48,2	44,6	41,6	38,9	36,9			
Importações	55,4	42,9	42,2	39,7	40,7	39,1	38,3	37,3	34,4	32,8	30,9			
Fluxos líq. de entr. de capitais não geradores de dívida (-)	-2,9	5,5	4,9	8,4	6,5	4,6	2,3	3,4	4,6	2,1	1,9			
Dinâmica automática da dívida 1/	2,4	-1,2	-4,0	-1,4	-1,3	-0,2	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8	-0,7			
Contributo da taxa de juro nominal	0,5	0,5	0,5	0,5	0,1	0,6	1,0	1,1	1,2	1,3	1,3			
Contributo do crescimento do PIB real	-0,4	-0,6	-0,7	-0,9	-1,2	-0,8	-1,4	-1,6	-1,8	-2,1	-2,0			
Contributo de variações cambiais e de preços 2/	2,4	-1,1	-3,8	-1,0	-0,2	...	...	...	...	...	...			
Resíduo, incl. variação nos ativos externos brutos (2-3) 3/	-5,4	5,8	10,7	4,8	2,8	3,3	3,1	0,2	1,6	0,8	1,8			
Rácio dívida externa/exportações (em percentagem)	36,6	35,3	31,0	31,8	39,6	48,6	56,0	65,4	80,2	89,4	99,7			
<b>Nec. bruta de financ. externo (em mil milhões de USD) 4/</b>	11,2	-3,7	-9,7	-9,4	-6,2									
em percentagem do PIB	14,9	-4,4	-9,3	-8,1	-5,0	10 anos	10 anos							
								<b>25,0</b>	<b>15,0</b>	<b>3,9</b>	<b>-4,2</b>	<b>-11,5</b>	<b>-17,1</b>	<b>5,5</b>
<b>Cenário com principais variáveis às médias históricas 5/</b>						Média histórica	Desvio padrão							
<b>Principais pressupostos macroeconómicos do cenário de base</b>														
Crescimento do PIB real (em percentagem)	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	10,8	7,6	3,9	5,9	6,2	6,5	6,7	6,2	
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-12,4	5,6	21,5	5,4	0,8	13,0	12,5	1,8	1,8	1,0	1,5	1,9	2,3	
Taxa de juro externa nominal (em percentagem)	2,8	2,7	3,0	2,9	0,4	3,7	2,3	2,8	4,1	4,2	4,4	4,2	4,2	
Crescimento das exportações (percentagem, em termos de USD)	-36,8	21,9	34,4	5,0	-3,1	25,8	31,0	-2,3	1,0	-0,8	0,8	1,8	3,2	
Crescimento das importações (percentagem, em termos de USD)	-3,0	-15,3	23,9	4,4	10,3	21,7	26,7	1,6	5,8	4,4	-0,5	4,0	2,3	
Saldo da conta corrente, excl. pagamentos de juros	-9,4	8,6	13,1	12,2	5,6	11,3	10,2	4,7	3,0	0,9	1,4	0,7	1,0	
Fluxos líq. de entrada de capitais não geradores de dívida	2,9	-5,5	-4,9	-8,4	-6,5	-2,5	4,7	-4,6	-2,3	-3,4	-4,6	-2,1	-1,9	

1/ Calculada como  $[r - g - r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$  multiplicado pelo stock da dívida do período anterior, sendo  $r$  = taxa de juro efetiva nominal da dívida externa;  $r$  = variação do deflador do PIB interno em termos de USD,  $g$  = taxa de crescimento do PIB real,  $e$  = valorização nominal (acréscimo no valor em USD da moeda nacional) e  $a$  = parcela da dívida expressa em moeda nacional no total da dívida externa.

2/ O contributo de variações cambiais e de preços é definido como  $[-r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$  multiplicado pelo stock da dívida do período anterior.  $r$  aumenta com a apreciação da moeda nacional ( $e > 0$ ) e a subida da inflação (com base no deflador do PIB).

3/ Para a projeção, esta linha inclui o impacto das variações nos preços e nas taxas de juro e de câmbio.

4/ Definida como o défice da conta corrente, mais a amortização da dívida de médio e longo prazo, mais a dívida de curto prazo no final do período anterior.

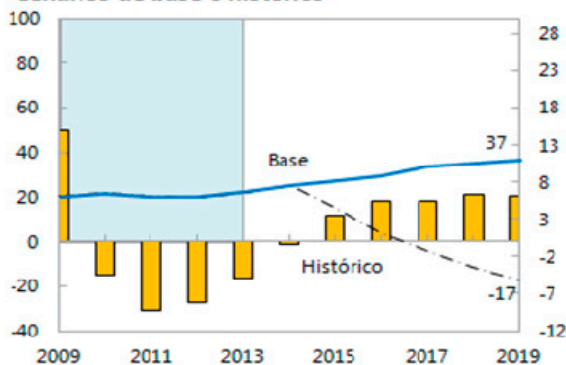
5/ As principais variáveis são o crescimento do PIB real, a taxa de juro nominal, o crescimento do deflador em dólares, a conta corrente excl. juros e os fluxos de entrada não geradores de dívida, os dois últimos como percentagem do PIB.

6/ Equilíbrio constante de longo prazo que estabiliza o rácio da dívida, presumindo-se que as principais variáveis (crescimento do PIB real, taxa de juro nominal, crescimento do deflador em dólares e fluxos de entrada não geradores de dívida como percentagem do PIB) permaneçam nos níveis do último ano das projeções.

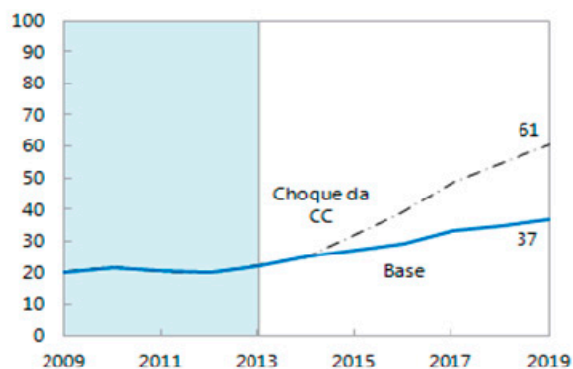
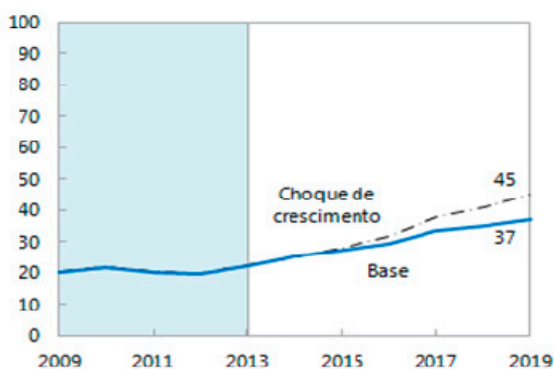
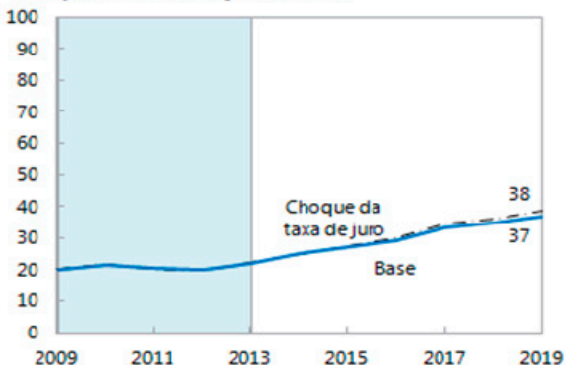
Fontes: Corpo técnico do FMI e autoridades.

## Angola: Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa: Testes-Limite 1/ 2/ (Dívida externa como % do PIB)

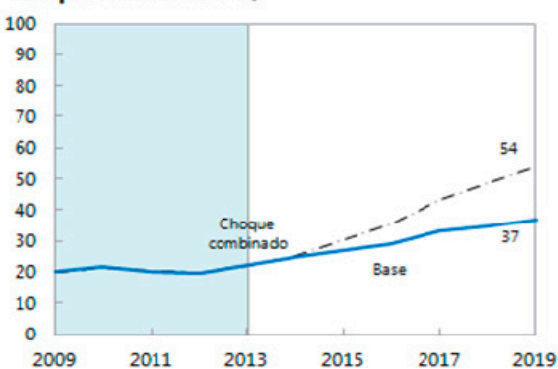
**Cenários de base e histórico**



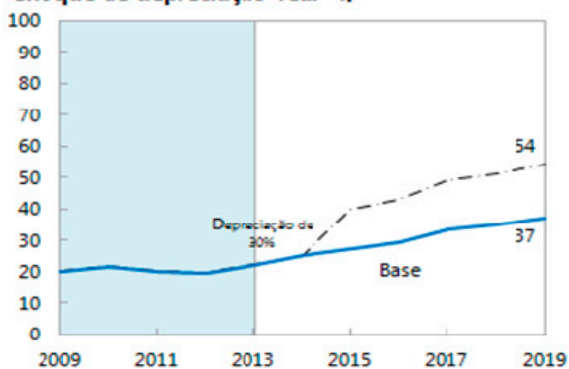
**Choque da taxa de juro (em %)**



**Choque combinado 3/**



**Choque de depreciação real 4/**



Fontes: Fundo Monetário Internacional, dados do AFR e estimativas do corpo técnico.

1/ As áreas sombreadas representam os dados efetivos. Os choques individuais são choques permanentes de meio desvio-padrão. As Figuras nas caixas representam as projeções médias para as respetivas variáveis de base e do cenário que está a ser apresentado. Também é mostrada a média histórica de dez anos da variável.

2/ Nos cenários históricos, as médias históricas são calculadas num período de dez anos, e a informação é usada para projetar a dinâmica da dívida para os próximos cinco anos.

3/ Aplicam-se choques permanentes de um quarto de desvio-padrão à taxa de juro real, taxa de crescimento e saldo da conta corrente.

4/ A depreciação real e pontual de 30% acontece em 2015.



# ANGOLA

14 de agosto de 2014

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2014 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África  
(em colaboração com outros departamentos)

### SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
PLANO DE AÇÃO DE GESTÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL	5
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	6

## RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de julho de 2014)

**Admissão e Regime de Consultas:** Admitido em 19 de setembro de 1989; Artigo XIV

<b>Conta de Recursos Gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Quota	286,30	100,00
Haveres do FMI na moeda do país	816,10	285,05
Posição na tranche de reservas		
<b>Departamento de DSE:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Afetação acumulada líquida	273,01	100,00
Haveres	234,40	85,86
<b>Saldo de Compras e Empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>%</b>
Acordos Stand-By	529,66	185,00

### Acordos Financeiros mais Recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (milhões de DSE)	Montante sacado (milhões de DSE)
Acordo Stand-By	23/11/2009	30/03/2012	858,90	858,90

### Projeção dos pagamentos ao FMI

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	2014	2015	2016	2017	2018
Capital	171,78	246,93	100,21	10,74	...
Comissões/juros	2,83	3,01	0,86	0,10	0,03
Total	174,61	249,94	101,06	10,84	0,03

**Implementação da Iniciativa HIPC:** Não se aplica

**Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):** Não se aplica

**Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR):** Não se aplica

**Avaliação das Salvaguardas:**<sup>1</sup> A primeira avaliação das salvaguardas, concluída em maio de 2010, constatou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é submetido a auditorias externas anuais por uma firma de boa reputação e toma medidas para resolver as questões que são objeto de ressalvas dos auditores. A avaliação confirmou, porém, que existem deficiências nas práticas de governação e transparência do BNA, entre elas a não publicação atempada das demonstrações financeiras anuais. A avaliação fez também recomendações visando o fortalecimento do quadro jurídico e a independência do banco central, bem como o reforço do quadro de controlo nas áreas de gestão de reservas e auditoria interna. Desde a avaliação, o BNA adotou medidas para aperfeiçoar a governação e a prestação de contas, inclusivamente no que respeita à elaboração de demonstrações financeiras. As demonstrações de 2009 foram auditadas e publicadas juntamente com o respetivo relatório de auditoria; a auditoria de 2010 foi concluída e os seus resultados foram publicados na página do BNA na Internet em meados de outubro de 2011. Desde o ano financeiro de 2011, o BNA tem vindo a publicar regular e atempadamente as suas demonstrações financeiras anuais, que são sujeitas a auditoria externa por uma firma internacional de boa reputação. Desde 2010, o BNA introduziu e consolidou vários órgãos de apoio ao seu Conselho de Administração, como o Comitê de Política Monetária, o Comitê de Estabilidade Financeira e o Comitê de Investimentos. O Conselho do BNA reforçou a sua função de auditoria interna e, em janeiro de 2011, reinstalou o seu Conselho Fiscal. Em dezembro de 2010, foram adotadas diretrizes para a gestão das reservas internacionais e em maio de 2011 foi realizada a primeira auditoria interna semestral sobre a aplicação destas diretrizes.

**Regime Cambial:** O regime cambial *de facto* de Angola foi classificado como "regime cambial estabilizado" a partir de outubro de 2009. O BNA intervém ativamente no mercado cambial para estabilizar a taxa de câmbio através da venda aos bancos, em leilões, de parte das receitas em divisas relacionadas ao petróleo. Os leilões foram temporariamente suspensos entre 20 de abril e 1 de outubro de 2009, o que resultou no estabelecimento formal de uma paridade cambial. Após a retoma dos leilões, o kwanza depreciou-se, mas manteve-se relativamente constante desde 2010. As autoridades mantêm controlo rigoroso sobre a taxa de câmbio, que é a principal âncora da política monetária. O BNA publica diariamente uma taxa de referência, calculada como uma média ponderada (pelas quantidades) das taxas negociadas no dia anterior com os bancos comerciais. Os bancos e as casas de câmbio podem efetuar operações cambiais entre si e com os seus clientes a taxas negociadas livremente, desde que estas taxas não ultrapassem em mais de 3% a taxa de referência. O corpo técnico continuará a acompanhar atentamente a evolução do regime cambial.

Angola continua a se valer do regime transitório previsto na Secção 2 do Artigo XIV e a manter duas medidas cambiais, nomeadamente: i) limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações invisíveis, tais como despesas de viagem, médicas e de educação e ii) limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e instituições baseadas no estrangeiro. Para além disso, Angola mantém duas restrições cambiais, nomeadamente: i) limites à remessa de lucros e

<sup>1</sup> Para uma descrição do quadro de Avaliação das Salvaguardas do FMI, consulte <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/safe.htm>.

dividendos dos investimentos estrangeiros não superiores a USD 1.000.000<sup>2</sup> e ii) cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio, restrições estas que estão sujeitas à aprovação do FMI nos termos da Secção 2(a) do Artigo VIII. Ademais, o país mantém duas práticas de taxas de câmbio múltiplas, na forma: i) do leilão holandês de divisas e ii) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio, práticas estas que estão sujeitas à aprovação do FMI nos termos da Secção 3 do Artigo VIII.

**Consulta ao abrigo do Artigo IV:** Aplica-se a Angola o ciclo normal de 12 meses. A conclusão das próximas consultas ao abrigo do Artigo IV está prevista para novembro de 2015.

**Assistência Técnica:** O quadro a seguir resume as atividades de assistência técnica desenvolvidas desde 2012:

	<b>Ano da prestação</b>
<b>Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)</b>	
Avaliação das necessidades em matéria de assistência técnica	2013
Assistência técnica após o FSAP	2013
AFRITAC Sul: Quadro de supervisão baseada no risco	2013
<b>Departamento de Finanças Públicas (FAD)</b>	
AFRITAC Sul: Cenário fiscal de médio prazo (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Controlo da despesa e atrasados (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Lei de Responsabilidade Fiscal e regras fiscais	2014
AFRITAC Sul: Workshop sobre o CFMP em países ricos em recursos	2012
<b>Departamento de Estatística (STA)</b>	
Estatísticas monetárias e financeiras	2014
AFRITAC Sul: Contas nacionais	2012
Migração para o <i>GFSM 2001</i>	2012
AFRITAC Sul: Índice de Preços no Consumidor	2012
<b>Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)</b>	
Programação e políticas financeiras para funcionários angolanos	2014

**Representante Residente:** O FMI tem um Representante Residente em Angola (Sr. Nicholas Staines) desde janeiro de 2011.

<sup>2</sup> Até 2012, o limite era de USD 100.000.



# PLANO DE AÇÃO DE GESTÃO CONJUNTA FMI- BANCO MUNDIAL

<b>Matriz de Implementação</b>			
<b>Título</b>	<b>Produtos</b>	<b>Prazo</b>	<b>Data de conclusão</b>
<b>A. Informação Mútua Sobre Programas de Trabalho Pertinentes</b>			
Programa de trabalho do BM nos próximos 12 meses	Project de desenvolvimento institucional do sector hídrico		Em curso
	Project de desenvolvimento local		Em curso
	Project de fortalecimento dos serviços municipais de saúde		Em curso
	Project para os pequenos agricultores voltado para o mercado		Em curso
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	Project "Educação para Todos"		Em curso
	Visita do Subdiretor-geral	Setembro de 2014	
	Visita do corpo técnico	Fevereiro de 2015	
	Missão anual de consulta de 2015 ao abrigo do Artigo IV	Setembro de 2015	
<b>B. Pedido de Contributos para o Programa de Trabalho</b>			
Pedido do FMI ao BM	Colaboração na análise dos resultados do inquérito ao orçamento familiar, que foi financiado pelo Banco Mundial		Em curso
Pedido do BM ao FMI	Colaboração no fornecimento de um conjunto completo de mapas e quadros macroeconómicos		Em curso
<b>C. Acordo sobre Programas e Missões Conjuntas</b>			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	Diálogo contínuo sobre previsões económicas e modelagem macroeconómica		Contínuo
	Melhor acompanhamento das empresas públicas (inclusive para reduzir os riscos fiscais)		Contínuo
	Intercâmbio de informações e consultas mútuas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos		Contínuo

## QUESTÕES ESTATÍSTICAS

O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas é apropriado, na generalidade, para fins de supervisão. A qualidade e atualidade dos dados inspiram alguma preocupação, mas prosseguem os esforços para reforçar a base estatística do país, inclusivamente com a assistência técnica do FMI e do Banco Mundial. As autoridades estão empenhadas em utilizar o Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) para melhorar o sistema estatístico. O país iniciou a sua participação no GDDS em outubro de 2003, com a publicação de metadados no Boletim Eletrónico sobre Normas de Difusão (DSBB) do FMI. Os metadados precisam de ser atualizados.

Angola tem hoje diversas publicações estatísticas regulares e informativas, o que reflete progressos significativos no fornecimento de dados e na transparência dos relatórios estatísticos. Os maiores avanços foram registados no BNA e, recentemente, no Instituto Nacional de Estatística (INE). Ambos disponibilizam e publicam de forma atempada uma grande quantidade de dados. De referir, porém, que o fornecimento e a publicação de dados do Ministério das Finanças ainda carecem de melhorias significativas. Os dados publicados na página do Ministério das Finanças na Internet incluem pormenores sobre as receitas do sector petrolífero, mas o Ministério do Petróleo não publica regularmente dados sobre a produção de petróleo.

### **Censo Nacional**

O INE concluiu recentemente o Recenseamento Geral da População, o primeiro em quatro décadas após a independência. Espera-se para setembro de 2014 a disponibilização de estimativas preliminares da população, mas a análise pormenorizada dos dados levará alguns anos. O questionário do censo abrange uma vasta gama de informações, mormente de natureza demográfica e social. O censo foi realizado na sequência da divulgação, em 2011, do Inquérito sobre o Bem-Estar da População, sobre os quais foram publicados dados apenas parciais.

### **Contas Nacionais e Estatísticas de Preços**

O INE divulgou as contas nacionais de Angola referentes ao período 2002-12, com dados preliminares sobre 2011 e 2012. Trata-se da primeira divulgação de contas nacionais em Angola, com dados anuais sobre o produto, a despesa e o rendimento. O INE tem planos de divulgar dados preliminares das contas nacionais com um desfasamento de um ano e dados definitivos após dois anos. As contas nacionais incluem o PIB anual a preços constantes utilizando preços de 2002. O Ministério do Planeamento continuará a divulgar estimativas preliminares e projeções do PIB anual (produto). Está em vias de produção uma série trimestral do PIB, e a sua publicação está prevista para 2015. O INE publica também relatórios mensais sobre os preços no consumidor e os preços grossistas. O IPC tem como base os dados de Luanda, mas o INE já começou a publicar dados sobre os preços no consumidor nas seis capitais das principais províncias. O objetivo é caminhar para um índice nacional de preços no consumidor. O INE publica ainda outros boletins de dados importantes, como os boletins trimestrais sobre a confiança das empresas, produção industrial e emprego, e comércio de mercadorias.

## **Estatísticas Monetárias e Financeiras**

Os dados do inquérito às sociedades de depósitos e do balanço do BNA passaram por uma revisão recente com o auxílio da assistência técnica do STA. Os dados baseiam-se agora nos novos formulários de declaração de dados, e Angola passou a contribuir plenamente para a base de dados IFS do FMI sobre estatísticas financeiras internacionais. O BNA transmite atempadamente dados ao FMI e publica dados pormenorizados na sua página na Internet todos os meses. O BNA começou também a publicar outros relatórios de grande importância, como o relatório trimestral sobre a inflação e o seu relatório anual (que resume a evolução monetária, macroeconómica e da inflação), para além de um relatório semestral acerca da estabilidade do sistema financeiro. Os dados do BNA sobre os indicadores de solidez financeira devem ser publicados a intervalos regulares (por exemplo, 30 ou 60 dias após o final de cada trimestre). A utilidade do Relatório de Estabilidade Financeira do BNA poderia ser reforçada se trouxesse informações mais atualizadas, uma vez que hoje é demasiado longo o intervalo entre o período a que o relatório se refere e o momento da sua publicação (o relatório mais recente, publicado no final de julho de 2014, se refere ao primeiro semestre de 2013).

## **Estatísticas das Finanças Públicas**

É preciso melhorar substancialmente a atualidade e qualidade das estatísticas das finanças públicas. As receitas e despesas são registadas corretamente pelo regime de especialização do exercício, mas perduram alguns problemas na reconciliação de operações acima e abaixo da linha. É fundamental assegurar a publicação regular (no mínimo em bases trimestrais) de dados consolidados e pormenorizados das finanças públicas na página do Ministério das Finanças na Internet. São publicadas mensalmente informações pormenorizadas e coerentes sobre as receitas do petróleo, mas estas seriam de maior utilidade para os analistas e outras partes interessadas se fossem publicadas como folhas de cálculos em lugar de imagens em PDF. A informação disponível é apresentada unicamente com base nos classificadores orçamentais, o que dificulta a análise económica da situação fiscal. Todas as informações devem ser apresentadas segundo a sua classificação económica, e não apenas orçamental. Até à altura, o Ministério das Finanças divulga dados segundo uma versão "modificada" da metodologia *GFSM 1986*, utilizando um fator de ajustamento para reconciliar as cifras acima da linha (registadas segundo o regime de especialização) com aquelas abaixo da linha (registadas segundo o regime de caixa). No momento oportuno, o Ministério das Finanças deverá iniciar a migração abrangente para a metodologia *GFSM 2001*.

## **Estatísticas do Setor Externo**

A balança de pagamentos e a posição de investimento internacional (PII) são compiladas em conformidade com as recomendações da quinta edição do *Manual da Balança de Pagamentos* do FMI (*BPM5*). Tais estatísticas são compiladas e divulgadas em base anual, com um desfasamento de nove meses em relação ao período de referência. Uma missão de assistência técnica do STA na área de estatísticas do sector externo, realizada em julho de 2010, observou que poucas recomendações da missão anterior haviam sido implementadas e que haviam sido feitos progressos mínimos no fortalecimento do trabalho de compilação. As unidades técnicas não contam com um número

suficiente de funcionários e as empresas residentes não cumprem todas as exigências em matéria de reporte de dados. Foi realizado um exame minucioso da balança de pagamentos e da PII de 2008 e 2009. As autoridades melhoraram o rigor metodológico da classificação das transações da balança de pagamentos, mas foram detetadas algumas inconsistências, sobretudo na classificação de transações que envolvem atrasados e DSE. A PII apresenta grandes inconsistências em relação ao demonstrativo da balança de pagamentos e da dívida externa. Uma das principais deficiências ainda é a cobertura e atualidade dos dados de base. O desenvolvimento do SIOBE, o sistema de comunicação de transações internacionais do BNA, foi interrompido devido à falta de pessoal e às incertezas quanto à sua possível substituição por um outro sistema que está a ser desenvolvido pelo BNA. Considerando que há grandes discrepâncias entre os dados do INE e do BNA sobre o comércio externo, recomenda-se a recomposição do grupo de trabalho composto pelo INE, BNA, Alfândegas e Ministério do Comércio.

### Indicadores Mais Comuns Exigidos para Efeitos de Supervisão

(Em 31 de julho de 2014)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>5</sup>	Frequência do reporte <sup>5</sup>	Frequência da publicação <sup>5</sup>
Taxas de câmbio	Junho 2014	Julho 2014	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias <sup>1</sup>	Junho 2014	Julho 2014	M	M	M
Reserva/base monetária	Maio 2014	Junho 2014	M	M	M
Massa monetária	Maio 2014	Junho 2014	M	M	M
Balanço do Banco Central	Maio 2014	Junho 2014	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Maio 2014	Junho 2014	M	M	M
Taxas de juros	Maio 2014	Junho 2014	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Junho 2014	Julho 2014	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>2</sup> – Governo Geral <sup>3</sup>	Março 2014	Maio 2014	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>2</sup> – Governo Central	Março 2014	Maio 2014	T	T	T
Dívida contraída ou garantida pelo Governo Central <sup>4</sup>	Dez. 2013	Julho 2014	T	T	T
Saldo da conta corrente externa	Dez. 2013	Junho 2014	A	A	A
Exportações e importações de bens e serviços	Dez. 2013	Junho 2014	A	A	A
PIB/PNB	2013 (Est.)	Julho 2014	A	A	A
Dívida externa bruta	Dez. 2013	Julho 2014	M	T	M
Posição de Investimento Internacional <sup>6</sup>	Dez. 2012	Junho 2014	A	I	A

<sup>1</sup> Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

<sup>2</sup> Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

<sup>3</sup> O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

<sup>4</sup> Composição por moeda e por vencimento.

<sup>5</sup> Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

<sup>6</sup> Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.



Comunicado de Imprensa n.º 14/410 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
3 de setembro de 2014

Fundo Monetário Internacional  
Washington, DC 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2014 com Angola ao abrigo do Artigo IV**

Em 29 de agosto de 2014, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta com Angola ao abrigo do Artigo IV.<sup>1</sup>

Após um vigoroso crescimento em 2013, estimado em 6,8%, o crescimento económico projetado para 2014 é de 3,9%, a despeito do declínio na produção de petróleo. O crescimento robusto da economia não petrolífera, impulsionado, sobretudo, pelo ótimo desempenho do setor agrícola, deverá compensar uma queda temporária porém expressiva na produção de petróleo.<sup>2</sup> Espera-se que os investimentos em curso na agricultura resultem num aumento da produção agrícola de cerca de 11,5% em 2014. Outros setores como indústria, eletricidade e serviços devem também contribuir para um bom resultado. Projeta-se que a inflação ascenda a 7,5% no final do 2014, confortavelmente dentro da meta do BNA. O saldo orçamental global, que vinha registando excedentes nos últimos quatro anos, deverá sofrer uma deterioração significativa em 2014, com um déficit de cerca de 4% do PIB. A receita do petróleo caiu 14% entre janeiro e maio de 2014, sobretudo devido a obras não programadas de manutenção e reparos nalguns campos petrolíferos. O nível de reservas internacionais no BNA continua apropriado, equivalente a 7¾ meses de importações.

Não obstante o forte crescimento económico verificado na última década, a pobreza e a desigualdade de rendimento ainda representam um desafio. O inquérito aos agregados familiares de 2009, divulgado em 2011, mostra que a distribuição de rendimentos em Angola é uma das mais desiguais da África Subsariana, com um terço do total de rendimentos a se

---

<sup>1</sup> Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

<sup>2</sup> Os cálculos se baseiam na série do PIB fornecida pelo Ministério do Planeamento e, por isso, não refletem ainda a série revista conforme calculada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

concentrar nas mãos dos 10% mais ricos, o que corresponde a um índice de pobreza de 37% em termos relativos (60% nas zonas rurais).

Estão a ser feitos bons progressos nas reformas estruturais. A tão esperada reforma dos impostos não petrolíferos foi aprovada pela Assembleia Nacional em 4 de julho de 2014, e constitui uma etapa fundamental para a redução da forte dependência do orçamento em relação à receita do petróleo. As reformas da gestão das finanças públicas (GFP) também avançaram, com a introdução de duas medidas essenciais para conter a proliferação de atrasados de pagamentos internos: i) a lei-quadro do orçamento inclui agora uma definição clara de atrasados que é compatível com as boas práticas internacionais, e ii) um novo procedimento de controlo exige a confirmação, pelo Ministério das Finanças, de todos os contratos de valor superior a USD 1,5 milhões. O Ministério da Economia continuou a pôr em prática uma série de medidas visando melhorar o ambiente de negócios, com destaque para o programa Angola Investe.

As perspetivas de crescimento económico a médio prazo continuam favoráveis. Espera-se que o setor petrolífero se recupere e cresça 2,25%, em média, nos próximos cinco anos, com o declínio da produção nalguns campos a ser mais do que compensado pela entrada em operação de sete novos campos, o que inclui a primeira fase de um campo de petróleo no pré-sal que deve iniciar as operações em 2017. Espera-se que os investimentos de grande envergadura no setor não petrolífero gerem a tão necessária diversificação e empregos, sobretudo no setor agrícola, mas também nos setores de eletricidade, indústria e serviços. Espera-se também que o forte crescimento projetado do setor não petrolífero, de cerca de 7,75% em média nos próximos cinco anos, aumente a concorrência interna, o que contribuiria para baixar ainda mais a inflação. A mais longo prazo, porém, as perspetivas de crescimento são incertas, mas devem se consolidar ao longo de 2015, à medida que a prospeção do pré-sal contribua para definir a quantidade de reservas petrolíferas comercialmente viáveis.

### **Avaliação do Conselho de Administração<sup>3</sup>**

Os Administradores concordaram com o teor geral da avaliação do corpo técnico e felicitaram as autoridades pelos progressos na senda da estabilidade macroeconómica, com a inflação a baixar para um mínimo histórico e as reservas internacionais a alcançar níveis adequados. Viram com satisfação as melhorias nas perspetivas económicas, mas registaram que os riscos exigiam esforços adicionais de fortalecimento das políticas. A longo prazo, reduzir a dependência do petróleo é fundamental para conter as vulnerabilidades externas e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo.

Os Administradores concordaram com a necessidade de se preservar o espaço para a reconstrução das infraestruturas e a redução da pobreza e da desigualdade, porém poupando parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras. Tal requer o tratamento dos défices

---

<sup>3</sup> Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:  
<http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

orçamentais emergentes e o retorno aos excedentes orçamentais a médio prazo, nomeadamente mediante o reforço da administração das receitas não petrolíferas, modernização da política salarial do setor público e eliminação progressiva dos onerosos e regressivos subsídios aos combustíveis, em simultâneo ao alargamento de redes de proteção social bem direcionadas. Tomando nota da anistia fiscal parcial concedida recentemente, os Administradores incentivaram as autoridades a exercerem um controlo rigoroso do cumprimento das obrigações fiscais no futuro para evitar qualquer impacto negativo sobre a arrecadação tributária.

Os Administradores salientaram a necessidade de um quadro coeso de gestão de ativos e passivos, incluindo um fundo de estabilização fiscal que poderia melhorar a gestão da riqueza em recursos naturais de Angola e proteger os orçamentos anuais da volatilidade das receitas do petróleo. Tomaram nota da eficiência muito baixa do investimento público e consideraram meritória a ideia de desenvolver um sistema de gestão do investimento público que contribua para o atendimento das necessidades de Angola em matéria de infraestruturas a um custo mais reduzido. Consideraram positivas as medidas recentes visando o reforço da gestão das finanças públicas e o fim dos atrasados de pagamentos internos, e esperam que as mesmas sejam implementadas com firmeza.

Os Administradores apoiaram os esforços das autoridades em desdolarizar a economia e consolidar a estabilidade financeira, salientando que a aplicação eficaz e imparcial das normas prudenciais é necessária para fomentar a confiança no sistema bancário. Nesse sentido, consideraram positivas as medidas extraordinárias tomadas para fazer face aos problemas no Banco Espírito Santo Angola (BESA) e a nova legislação que clarifica os procedimentos para a concessão de garantias governamentais, e incentivaram a tomada de medidas para corrigir as deficiências que ainda restam no quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Segundo os Administradores, as atuais condições de estabilidade relativa e inflação baixa são propícias à introdução de um elemento de flexibilidade cambial, o que ajudaria a reduzir a dolarização e desenvolver instrumentos mais eficazes de política monetária. Observaram que o atual nível de reservas é adequado e deveria ser mantido para ajudar a amortecer choques externos.

Os Administradores ressaltaram que a via mais apropriada para a redução sustentada da pobreza passa pelo desenvolvimento das pequenas e médias empresas no setor privado não petrolífero. Consideraram encorajadores os esforços das autoridades para diversificar a economia, melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade. Preocuparam-se, porém, com o crescente recurso a medidas protecionistas, e recomendaram um exame periódico da pauta de direitos de importação com vista à redução das tarifas dentro de um prazo específico.

Os Administradores acolheram com satisfação os progressos na compilação e divulgação de estatísticas económicas e incentivaram as autoridades a suprir as lacunas ainda existentes na produção de contas públicas pormenorizadas e atempadas e na cobertura da balança de pagamentos.

Espera-se que as próximas consultas a Angola ao abrigo do Artigo IV sejam realizadas no ciclo normal de doze meses.



Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2009-2015<sup>1</sup>

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
					Prel.	Proj.	
<b>Economia real</b> (variação percentual, salvo indicação em contrário)							
Produto interno bruto real	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	3,9	5,9
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-3,5	2,6
Setor não petrolífero	8,1	7,6	9,5	5,5	10,8	7,3	7,3
Produto interno bruto nominal	-5,2	26,6	29,0	12,6	8,8	7,8	9,7
Setor petrolífero	-25,4	27,6	36,7	8,4	-3,3	-1,1	2,6
Setor não petrolífero	21,1	25,7	22,8	16,4	19,0	13,9	13,9
Deflator do PIB	-7,4	22,4	24,2	7,1	1,9	3,7	3,5
Deflator do PIB não petrolífero	12,1	16,8	12,2	10,3	7,4	6,1	6,2
Preços no consumidor (média anual)	13,7	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	7,3
Preços no consumidor (fim de período)	14,0	15,3	11,4	9,0	7,7	7,4	7,2
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	5.989	7.580	9.780	11.011	11.984	12.917	14.167
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	2.662	3.396	4.641	5.030	4.864	4.808	4.933
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.327	4.184	5.139	5.982	7.120	8.109	9.234
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	75,5	82,5	104,1	115,3	124,2	131,4	141,8
Produto interno bruto per capita (USD)	4.081	4.329	5.305	5.706	5.964	6.128	6.418
<b>Governo central</b> (percentagem do PIB)							
Total da receita	34,5	43,5	48,8	45,9	41,0	37,5	37,0
D/q: Petrolífera	24,2	33,0	39,0	37,3	30,0	27,2	26,5
D/q: Não petrolífera	9,0	7,8	7,3	6,6	8,1	8,2	8,6
Total da despesa	41,9	40,0	40,2	41,3	40,7	41,6	41,2
Despesas correntes	29,5	28,6	30,0	29,0	28,7	29,6	29,3
Despesas de capital	12,4	11,4	10,2	12,3	12,0	12,0	11,9
Saldo orçamental global	-7,4	3,4	8,7	4,6	0,3	-4,1	-4,2
Saldo orçamental primário não petrolífero	-29,8	-26,2	-26,9	-29,2	-27,5	-28,9	-27,9
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-53,7	-47,4	-51,1	-53,7	-46,2	-46,0	-42,8
<b>Moeda e crédito</b> (fim de período, variação percentual)							
Massa monetária (M2)	62,6	14,0	33,5	8,4	15,3	21,4	19,8
Percentagem do PIB	38,5	34,6	35,9	34,5	36,5	41,1	44,9
Velocidade (PIB/M2)	2,6	2,9	2,8	2,9	2,7	2,4	2,2
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,4	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,5
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	59,5	25,0	30,4	24,2	10,9	15,2	17,7
<b>Balança de pagamentos</b>							
Balança comercial (percentagem do PIB)	24,2	40,1	45,2	40,7	33,6	29,6	26,0
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	54,2	60,4	64,6	61,3	54,8	50,4	47,2
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	52,8	58,8	62,3	60,1	53,7	49,4	46,1
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	30,0	20,2	19,4	20,6	21,2	20,8	21,2
Termos de troca (variação percentual)	-28,8	16,7	23,3	7,9	-2,1	1,3	-0,5
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-9,9	8,1	12,6	11,7	5,5	4,1	2,0
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	13.238	19.339	28.396	33.035	33.179	33.898	35.113
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	4,5	5,3	7,4	7,8	7,7	7,5	7,4
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	12.514	16.848	26.083	30.632	30.987	32.464	34.064
<b>Taxa de câmbio</b>							
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	79,3	91,9	93,9	95,5	96,5	...	...
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	89,4	92,6	95,3	95,8	97,5	...	...
<b>Dívida</b> (percentagem do PIB)							
Total da dívida (bruta) do setor público	49,9	39,8	32,2	29,6	34,6	36,6	38,8
<b>Petróleo</b>							
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1,809	1,758	1,660	1,735	1,716	1,656	1,700
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	39,9	48,5	64,8	69,3	66,7	64,9	65,4
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	60,8	76,5	110,3	110,9	107,3	107,9	106,1
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	61,9	79,6	111,0	112,0	109,1	108,2	106,1
Preço do petróleo segundo o WEO (média, USD por barril)	61,8	79,0	104,0	105,0	104,1	106,1	102,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Incorpora o impacto da nova lei cambial a partir de 2013.

**Declaração do Sr. Momodou Saho, Administrador para Angola, e da Sra. Chileshe Mpundu Kapwepwe, Administradora Suplente para Angola**  
**29 de agosto de 2014**

**1. Introdução**

Angola registou uma melhoria significativa das condições económicas nos últimos cinco anos, depois de ter sido fortemente afetada pela crise financeira mundial, pelos efeitos adversos dos choques dos preços das matérias-primas e por uma subsequente recuperação morosa da economia mundial. O empenho do governo em reforçar a estabilidade macroeconómica e manter a paz e a segurança assegurou o impulso necessário para fomentar um crescimento de base mais abrangente, acelerar o ritmo da diversificação e da transformação estrutural e impulsionar a produtividade, em particular nos setores não petrolíferos.

As autoridades estão gratas pelo empenho contínuo do FMI e valorizam as discussões e trocas de opiniões sinceras com o corpo técnico durante a recente missão de consulta ao abrigo do Artigo IV.

**2. Desenvolvimentos económicos recentes e perspetivas para 2014**

A agenda económica de Angola nos próximos anos, conforme definida no seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 2013-2017, é libertar o potencial de crescimento através da diversificação e transformação económica. Embora as receitas da extração dos recursos petrolíferos desempenhem um papel fundamental na mobilização de recursos internos para ampliar o fornecimento de infraestruturas e serviços sociais básicos, a dependência das receitas do petróleo continua a ser uma importante fonte de vulnerabilidade orçamental tendo em conta a volatilidade dos preços mundiais do petróleo. As prioridades de política para minimizar os riscos induzidos pela volatilidade dos preços das matérias-primas incluem o estímulo da produtividade nos setores agrícola e da indústria transformadora, bem como o desenvolvimento de capital humano e a criação de um ambiente propício à geração de emprego e à realização de negócios.

Projeta-se que o crescimento económico atinja 3,9% em 2014, uma diminuição face a 6,8% em 2013 e 5,2% em 2012, devido a interrupções temporárias na produção de petróleo e à desaceleração do crescimento do produto no setor agrícola por causa da seca. Espera-se que o crescimento sólido no setor não petrolífero (7,3%), impulsionado principalmente pelos investimentos em curso nos setores da agricultura, da indústria transformadora, de eletricidade e de serviços compense o declínio transitório no setor petrolífero (3,5%).

Estima-se que as expectativas inflacionistas em 2014 permaneçam no lado mais baixo e alinhadas com a meta do Banco Nacional de Angola (BNA) no médio prazo de 7-9%, devido principalmente ao ambiente benigno marcado pela descida dos preços internacionais dos géneros alimentícios, pelo aumento da produção agrícola e uma taxa de câmbio estável. As

reservas internacionais brutas diminuíram para USD 32,1 mil milhões em maio de 2014, de um máximo histórico de USD 36,6 mil milhões atingido em setembro de 2013, sobretudo devido a uma transferência de USD 5 mil milhões do Fundo Petrolífero para Infraestruturas para o Fundo Soberano de Angola. No entanto, o nível de cobertura das reservas internacionais para 2014 (7,1 meses de cobertura de importações) é ainda adequado para fazer face aos choques externos.

As autoridades angolanas continuam empenhadas no reforço das margens de manobra orçamentais. Após registar excedentes nos últimos quatro anos, as autoridades esperam um défice orçamental global de cerca de 4% do PIB em 2014, o que reflete uma diminuição de 10% nas receitas do petróleo no primeiro trimestre de 2014. Embora seja improvável que se trate de um fenómeno permanente, foram tomadas medidas importantes na reforma fiscal não petrolífera ao abrigo da legislação tributária recentemente aprovada com vista a diversificar as fontes de receitas não petrolíferas.

### **3. Reformas estruturais em 2014**

As autoridades angolanas deram início a um vasto leque de reformas estruturais para ampliar as fontes de receitas não petrolíferas, melhorar a gestão das finanças públicas e reforçar o setor financeiro. Como parte dos esforços das autoridades para reduzir a dependência orçamental das receitas do petróleo, a Assembleia Nacional aprovou, em julho de 2014, um pacote legislativo constituído por três códigos: o Código Geral Tributário, o Código do Processo Tributário e o Código de Execuções Fiscais. Além disso, foram introduzidas alterações ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas coletivas para fomentar o consumo e o investimento.

A implementação das reformas da gestão das finanças públicas prossegue. Mais importante, as autoridades tomaram medidas para evitar a acumulação e a proliferação de atrasados com a inclusão na lei-quadro do orçamento de uma definição clara de atrasados, consistente com as melhores práticas internacionais. Adicionalmente, um novo procedimento de controlo foi introduzido, o qual requer a confirmação do Ministério das Finanças de todos os contratos de valor superior a USD 1,5 milhões.

Para evitar a proliferação dos créditos vencidos, o BNA iniciou o processo de adoção de novos regulamentos relativos às definições e à classificação de créditos vencidos. Este novo regulamento melhorará a comparabilidade do desempenho dos bancos por parte de investidores e depositantes, e assegurará incentivos adequados aos bancos no sentido de melhorarem as suas práticas de concessão de crédito.

### **4. Perspetivas a médio prazo e prioridades de política**

O principal desafio de Angola, à semelhança da maioria dos países ricos em recursos naturais, é traduzir o crescimento económico em melhorias nos padrões de vida da sua população. Espera-se que a trajetória de crescimento no médio prazo se mantenha sólida,

sustentada por uma recuperação no setor do petróleo com a entrada em funcionamento de sete novos campos. Além disso, grandes investimentos no setor não petrolífero, em particular na agricultura, infraestruturas, indústria transformadora e serviços sociais deverão criar as condições necessárias para impulsionar a tão necessária diversificação económica e a criação de emprego. A este respeito, um dos aspetos centrais da implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento é dar prioridade aos recursos públicos para expandir a acumulação de capital e melhorar a produtividade no setor de bens não transacionáveis para reduzir a dependência das importações.

### ***Política orçamental***

Para fazer face ao abrandamento projetado das receitas do petróleo, as autoridades irão continuar a criar margens de manobra orçamentais através do aumento gradual de poupanças da atual riqueza do petróleo no Fundo Soberano. Adicionalmente, as autoridades continuam empenhadas em adotar medidas de reforço das receitas para mitigar os riscos decorrentes da volatilidade dos preços das matérias-primas, incluindo a diminuição das reservas de petróleo e uma inversão dos ganhos recentes nos atrasados internos. Mais importante ainda, as autoridades devem prosseguir a implementação da reforma tributária não petrolífera e reforçar a gestão das finanças públicas através da contenção de despesas recorrentes, em especial da massa salarial, eliminando gradualmente os subsídios aos combustíveis, melhorando a eficiência na despesa de capital e adotando programas eficazes de redes de proteção, em grande medida em linha com as recomendações do corpo técnico. Estas medidas são vitais para a manutenção das finanças públicas numa trajetória sustentável.

### ***Políticas monetária e cambial***

A orientação de política monetária das autoridades no curto prazo irá continuar a centrar-se em ancorar as expectativas inflacionistas, melhorar a gestão da liquidez e reforçar a supervisão financeira. Para melhorar a eficácia da sua condução da política monetária e da transição para um regime de metas de inflação, as autoridades irão centrar-se em três áreas principais. Primeira, para fomentar o processo de desdolarização, as autoridades irão empenhar-se em eliminar o desfasamento entre moedas nos balanços dos bancos e permitir, ao longo do tempo, uma maior flexibilidade na taxa de câmbio. Segunda, para aumentar o aprofundamento financeiro e reforçar o canal das taxas de juro, as autoridades estão a tomar medidas para que a taxa de juro passe a ser determinada com base no mercado. Terceira, o BNA e o Instituto Nacional de Estatística irão colaborar no desenvolvimento de indicadores de alta frequência para disponibilizar aos formuladores de políticas informação atempada para a tomada de decisões.

Para reforçar o sistema bancário nacional, o BNA introduziu novos regulamentos relativos à governança corporativa, gestão de riscos e controlo interno, bem como procedimentos de auditoria externa. As autoridades estão também empenhadas em implementar o conjunto de

políticas monetária e orçamental apropriado para manter a inflação dentro da meta de médio prazo do BNA, nomeadamente de 7-9%.

### ***Políticas do setor financeiro***

Fomentar o aprofundamento e a inclusão financeira é um dos principais desafios para criar mais oportunidades e apoiar o desenvolvimento do setor privado e a criação de emprego. Para o efeito, as autoridades lançaram uma série de iniciativas para melhorar o acesso das pequenas e médias empresas ao crédito, tais como o Programa de Facilitação do Acesso ao Crédito. As medidas em fase de implementação no âmbito desse programa incluem, entre outras, a simplificação do registo de direitos de propriedade, a legalização de direitos fundiários e a criação de um registo público de garantias de crédito. Outras medidas incluem: melhorar os processos e simplificar os requisitos legais para executar uma garantia, melhorar e alargar a utilização da Central de Informação de Risco de Crédito no BNA, promover o desenvolvimento de seguros agrícolas e expandir a educação financeira.

## **5. Conclusão**

As autoridades angolanas reiteram o seu empenho na implementação de políticas e reformas estruturais sólidas que fomentem a estabilidade macroeconómica, promovam um crescimento de base mais abrangente e reduzam a pobreza e a desigualdade. Para isso, as autoridades irão continuar a implementar reformas tributárias não petrolíferas, a melhorar a eficiência na despesa de investimento e a reforçar as margens de manobra orçamentais. A modernização do quadro de política monetária, incluindo a adoção de medidas que permitam uma taxa de câmbio mais flexível e uma transição gradual para um regime de metas de inflação, continuará a ser o pilar do reforço da eficácia da política monetária. Em nome das minhas autoridades desejo agradecer ao FMI pelo apoio contínuo e aconselhamento no sentido de promover o desenvolvimento económico e a prosperidade partilhada em Angola.